Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP
Programa de Pós–Graduação em Ciência Política – PPGCP
Mestrado em Ciência Política

LUCCA FANTUZZI SOARES

VOZES DO SUL – a influência do pensamento crítico latino-americano e caribenho nos pronunciamentos oficiais de Mia Amor Mottley, Primeira-Ministra de Barbados

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Roberta Rodrigues Marques da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva

Rio de Janeiro
Fevereiro/2024

LUCCA FANTUZZI SOARES

VOZES DO SUL – A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO NOS PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS DE MIA AMOR MOTTLEY, PRIMEIRA-MINISTRA DE BARBADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós–Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Política Mundial.

Orientadora: Roberta Rodrigues Marques da Silva.

Rio de Janeiro

Março/2024

LUCCA FANTUZZI SOARES

VOZES DO SUL – A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO NOS PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS DE MIA AMOR MOTTLEY, PRIMEIRA-MINISTRA DE BARBADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós–Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Roberta Rodrigues Marques da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.ª Dr.ª Larissa Rosevics

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Se estou hoje apresentando minha dissertação de mestrado, foi porque minha mãe, minha avó e meu irmão sempre acreditaram em mim. A educação para minha família sempre teve um valor inestimável: Foi a partir dela que meu irmão alcançou lugares incríveis e tem uma carreira acadêmica digna de respeito e, sobretudo, espelhamento. Foi a partir da valorização da educação, que minha avó e sua irmã puderam vislumbrar novas realidades. Minha mãe se desdobrou em quinhentas para garantir nossa educação, e foi graças e por eles que eu cheguei até aqui.

Neste momento, sei que aqueles que já não estão mais presentes devem estar orgulhosos, onde quer que estejam. Fico triste por não ter tido a oportunidade de mostrar à minha tia–avó esta pesquisa, logo ela, que sempre gostou de conversar sobre suas viagens, sobre suas leituras, sobre seus filmes favoritos. Mas, sei também, que onde quer que ela esteja agora, o sentimento é o de alegria e de orgulho.

Agradeço aos meus amigos, que aturaram meus surtos, que me incentivaram, que se reuniram comigo para desabafos (e fofocas, principalmente elas!). E quando falo de amigos, não me restrinjo somente às almas incríveis que a UNIRIO me presenteou. Falo daqueles que estão em outras cidades, outros estados, alguns até mesmo em outros países. Amigos virtuais, presenciais, de festas, de universidade, de graduação, de mestrado, da vida. Amigos! Minhas famílias secundárias!

Agradeço, sobretudo, aos meus professores. Do jardim de infância, até o mestrado. À minha orientadora, que em todo momento, acreditou nesta pesquisa e me incentivou a não perder o foco. Ao meu coorientador, testemunha do meu crescimento acadêmico e parceiro de publicações. Aos professores que me acompanharam em toda minha longa trajetória na UNIRIO, com conselhos, risadas, e até mesmo idas a bares, quem diria?

Agradeço a todos vocês que acompanharam essa dura jornada no mestrado, porque não é fácil. Em muitos momentos eu duvidei de mim mesmo, da minha capacidade. Então, renuncio à impessoalidade e permito uma pequena brecha que pode ser lida como narcísica, mas faço questão de agradecer a mim! Sim, eu consegui! E foram horas e mais horas de apoio emocional – de família, amigos, professores –, mas também dos momentos de distração, do tempo de descanso, do *Spotify* com meus artistas favoritos do volume máximo. Sem você, Lucca, isso aqui não seria possível. Obrigado! Realmente, a vida presta! *I have had the time of my life fighting dragons with you*!

RESUMO

Os pequenos Estados insulares têm sido desproporcionalmente impactados pelos eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, fenômeno de alcance global. Considerando o contexto histórico colonial dessas nações, este estudo tem como objetivo analisar os discursos oficiais proferidos pela Primeira-Ministra de Barbados, Mia Amor Mottley, em espaços internacionais, como a Assembleia Geral das Nações Unidas (entre 2018 e 2024) e as Conferências das Partes (COP 26, 27, 28 e 29). A pesquisa investiga a presença e a influência de conceitos centrais ao pensamento crítico latino-americano e caribenho no que se refere à política ambiental. Partindo do pressuposto de que todo conhecimento é situado e de que a identidade do enunciador influencia seus discursos, esta dissertação adota uma ampla revisão bibliográfica e a análise do discurso como método, com base no modelo teórico de Teun A. van Dijk. O estudo busca compreender o posicionamento político da liderança em questão e as referências teóricas que orientam sua abordagem sobre a crise climática.

Palavras-chave: Barbados; Crise Climática; Estudos Pós–Coloniais; Análise de Discurso; ONU; Mia Amor Mottley

ABSTRACT

Small island states have been disproportionately affected by extreme events resulting from climate change, a phenomenon of global scope. Considering the colonial historical context of these nations, this study aims to analyze the official speeches delivered by the Prime Minister of Barbados, Mia Amor Mottley, in international forums such as the United Nations General Assembly (from 2018 to 2024) and the Conferences of the Parties (COP 26, 27, 28, and 29). The research investigates the presence and influence of key concepts from Latin American and Caribbean critical thought concerning environmental policy. Based on the premise that all knowledge is situated, and that the speaker's identity significantly shapes their discourse, this dissertation employs a comprehensive literature review and discourse analysis as its methodological approach, drawing on Teun A. van Dijk's theoretical framework. The study seeks to understand the political positioning of this leadership figure and the theoretical references that inform her approach to the climate crisis.

Keywords: Barbados; Climate Crisis; Postcolonial Studies; Discourse Analysis; UN; Mia Amor Mottley

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Lentes analíticas de Ballestrin (2013)

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Lista Dos Países Associados À Aliança Dos Países Insulares

Quadro 2 – Verificando a incidência das variáveis “gênero”, negritude”, “justiça climática” e “colonialidade” nos discursos de Mia Mottley

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD – *Análise Crítica do Discurso*

AD – *Análise de Discurso*

AGNU – *Assembleia Geral das Nações Unidas*

APE – *Análise de Política Externa*

AOSIS – *Alliance of Small Island States*

BLP – *Barbados Labour Party*

BPP – *Black Panther Party*

CARICOM – *Caribbean Community*

CDB – *Caribbean Development Bank*

CLACSO – *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*

COPs – *Conference of Parties*

CRC – *CARICOM Reparations Committee*

DLP – *Democratic Labour Party*

EUCERS – *European Centre of Economic Resource Security*

FMI – *Fundo Monetário Internacional*

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

IPU – *Inter–Parliamentary Union*

M/C – *Grupo Modernidade/Colonialidade*

ONU – *Organização das Nações Unidas*

PNUMA – *Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente*

RI – *Relações Internacionais*

SIDS – *Small Island Developing States*

SSCSLR – *Small States Conference on Sea Level Rising*

UNFCCC – *United Nations Framework Convention on Climate Change*

WMO – *World Meteorological Organization*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. CALIBAN E A TEMPESTADE – PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO, COLONIALISMO E ECOLOGIA POLÍTICA CRÍTICA..... 8

1.1. A questão colonial – Diálogos e desavenças 12

1.2. Espaços Caribenhos 18

1.3. Ecologia Política Crítica – As perspectivas latino–americanas e caribenhas 25

1.4. Retorno a Caliban..... 36

2. O ARQUIPÉLAGO QUE FALA – CARIBE EM PERSPECTIVA 38

2.1. Terra sem Manman – A Colonização Inglesa e a Sociedade do Açúcar e da Escravidão..... 38

2.2 O Olho do Ciclone Colonial – Caribe e a Crise Climática 50

2.3. When will leaders lead? – Mia Mottley enquanto Primeira-Ministra de um país do Sul global 56

3. VOZ QUE REVERBERA – METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DISCURSOS DE MIA MOTTLEY NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU E NOS ENCONTROS DAS CONFERÊNCIAS ENTRE PARTES 66

3.1. Metodologia de Pesquisa..... 67

3.2. Análise de Discurso enquanto Campo de Pesquisa 68

3.3 Analisando os Discursos – Apresentação de Resultados 70

3.1.1 Assembleia Geral da ONU 71

3.1.2 Conferência entre Partes 82

3.4 Quadro Comparativo 86

4. "FAZER–MUNDO DIANTE DA TEMPESTADE" – CONCLUSÕES 92

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 95

ANEXOS 104

INTRODUÇÃO

Where are your monuments, your battles, martyrs?
Where is your tribal memory? Sirs,
In that grey vault. The sea. The sea
Has locked them up. The sea is History.
(Walcott, 2007)

Full fathom five thy father lies,
Of his bones are coral made;
Those are pearls that were his eyes;
Nothing of him that doth fade
But doth suffer a sea-change.
Into something rich and strange.
(Shakespeare, 2019 [1610-1611])

A crise climática é um dos maiores desafios do século XXI. Seus impactos, embora globais, afetam de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis — entre elas, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), como Barbados. Liderado por Mia Amor Mottley desde 2018, o país tem ganhado notoriedade internacional não apenas por sua posição geopolítica, mas pelo protagonismo discursivo de sua Primeira-Ministra. Em espaços como a Assembleia Geral da ONU e as Conferências das Partes (COPs), Mottley tem vocalizado demandas que extrapolam os limites territoriais do Caribe, articulando críticas à ordem internacional com denúncias de injustiça climática, neocolonialismo e racismo ambiental.

É nesse contexto que se insere esta pesquisa, cujo objetivo central é analisar como o pensamento crítico latino-americano e caribenho influencia os pronunciamentos oficiais de Mia Mottley entre os anos de 2018 e 2024. A pergunta que orienta esta dissertação é: **de que forma os discursos de Mottley são atravessados por conceitos oriundos desse campo crítico, em especial no que tange à colonialidade, à negritude, ao feminismo e à justiça climática?**

A hipótese que sustento é a de que Mottley, enquanto mulher negra em posição de liderança no Sul global, mobiliza em seus discursos estratégias discursivas e marcos teóricos alinhados a esse pensamento periférico, performando uma forma de agência política situada, que tensiona as estruturas internacionais dominadas pelo Norte Global. A partir de autores como Nelson Maldonado-Torres, Frantz Fanon, Gloria Anzaldúa, Maria Lugones, Enrique Dussel e Malcom Ferdinand, entendo que essa agência discursiva não é neutra, mas marcada por uma **corpo-política do conhecimento** (Grosfoguel, 2007), que transforma a presença de Mottley em arenas internacionais em um gesto de denúncia e proposição.

O referencial metodológico adotado é a Análise Crítica do Discurso (ACD), tal como proposta por Teun A. van Dijk. A partir desse enquadramento, analiso os pronunciamentos da Primeira-Ministra na ONU e nas COPs, observando como temas como justiça climática,

colonialismo, raça e gênero são construídos discursivamente. A metodologia permite identificar os elementos explícitos e implícitos que atravessam suas falas, bem como os sentidos disputados no campo da política internacional.

Estabelecido pela Organização Meteorológica Mundial (*World Meteorological Organization* – WMO) e pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) em 1988, o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC) declarou, por meio do relatório de 2007, que desde o ano de 1750, a concentração atmosférica global de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso aumentaram acentuadamente como resultado da ação humana e excedem em muito os valores pré-industriais.

Conforme aponta o relatório, a concentração do dióxido de carbono, o mais importante gás de efeito estufa antropogênico, aumentou de 280 partes por milhão na era pré-industrial para um valor de 379 partes por milhão em 2005. O metano aumentou de 715 partes por bilhão para 1732 partes por milhão, e o óxido nitroso foi de 270 para 319 partes por bilhão em 2005. A partir destes dados, o IPCC concluiu, com grande confiança, que o efeito líquido médio global das atividades humanas desde 1750 tem sido de aquecimento inequívoco, demonstrado pela apuração de que os onze anos entre 1995 e 2006 foram registrados como os mais quentes desde 1850. O aumento da temperatura global entre 1850–1899 e 2001–2005 atingiu 0,76 ºC. A temperatura dos oceanos também aumentou, e as geleiras das montanhas e a cobertura de neve diminuíram em ambos os hemisférios, o que tem contribuído para o aumento do nível dos oceanos em todo o globo.

Conforme aponta o cientista brasileiro Paulo Artaxo (2014), desde os anos 1980, cientistas e pesquisadores começaram a definir "o termo Antropoceno como uma época em que os efeitos da humanidade estariam afetando globalmente nosso planeta" (p. 15). A partir dos trabalhos (Crutzen, 2002) do prêmio Nobel de química (1995), Paul Crutzen, o termo ganhou popularidade nos anos 2000. Segundo Artaxo, "a humanidade emerge como uma força significante globalmente, capaz de interferir em processos críticos de nosso planeta, como a composição da atmosfera e outras propriedades" (p. 15).

Embora ainda seja um termo controverso[1] para o mundo científico – tanto a partir da interpretação das Ciências da Natureza quanto dentro dos debates realizados no cerne das

[1] Embora não seja o interesse desta dissertação, destaca-se aqui os debates dentro dos diversos campos científicos acerca da temática do antropoceno propostos por ARTAXO, Paulo. "Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?" Revista USP. São Paulo. n. 103, p. 13-24. 2014; MOREIRA, Danielle de Andrade; GARRIDO, C. F. . "Uma nova Época: Antropoceno ou Capitaloceno? Contexto histórico e desafios contemporâneos da crise climática". In: Gisele Cittadino; Suze Piza; Jessé Souza. (Org.). Como parar o relógio do juízo final? 1ed.São

Ciências Humanas e Sociais – Milani (2022) destaca "o avanço das discussões sobre suas causas implicações, trazendo inovações e apontando contradições expressadas nas categorias propostas de capitaloceno, plantationceno, chthuloceno e faloceno." (p. 4). Dentro da Ciência Política e das Relações Internacionais, uma das linhas de interpretação e de pesquisa que trabalha com o conceito de Antropoceno é a da Justiça Climática. Essa lente é fundamental pois alinha-se ao pensamento crítico a partir da América Latina e do Caribe – sendo pertinente a todo o Sul global, de maneira geral –, no sentido de compreender que são os mais pobres, as mulheres e as pessoas racializadas os mais afetados pelos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas que, embora configurem um fenômeno global, afetam populações variadas de maneiras desproporcionais.

Não é novidade para as Ciências Humanas o estudo sobre o impacto do racismo e do colonialismo (ou, ainda, para a manutenção das relações coloniais através da colonialidade) no agravamento das desigualdades sociais que permeiam o mundo em que vivemos. Olumide Abimbola et al (2021) argumenta que "o ano de 2020 expôs fortemente a política anti-negro e muitas outras formas de racismo nas sociedades do Norte Global, levando a um crescente reconhecimento das ligações entre injustiça racial e climática" (p. 5). Para os autores, "não é coincidência que a mudança climática antropogênica e o racismo emergiram juntos durante a conquista genocida das Américas." (p. 6).

No mesmo sentido, Malcom Ferdinand (2022) ao pensar a ecologia em sua perspectiva decolonial a partir da experiência caribenha, reflete sobre os reflexos do *Habitar Colonial* e o que ele chama de "matricídios do *plantation",* na construção de um mundo individualista, focado na exploração de humanos e não humanos e no apagamento de outras formas de se relacionar com a Terra.

Enrique Dussel (1995, 2012) já argumentava, por exemplo, que as teorias biológicas e a hierarquização de raças humanas foram meios de justificar o processo colonial estabelecido por Portugal, Espanha e outras nações europeias. Também serviram como base de fundamento para a defesa da escravidão, genocídio e catequização de populações ameríndias, bem como da escravidão de negros africanos, traficados de seu continente para trabalhar em fazendas de *plantation*.

Paulo: Instituto Conhecimento Liberta, 2023, v. 1, p. 133-177; STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J. e MCNIELL, John R. "The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature". AMBIO: A Journal of the Human Environment, 36, 8. p. 614-621; SVAMPA, Maristella. "El antropoceno como diagnóstico y paradigma". Lecturas globales desde el sur, Utopia y praxis latinoamericana, v. 24, n. 84, pp. 33-54, 2019.

Para Maristella Svampa e Enrique Viale (2020), o Antropoceno inicia “uma etapa marcada pelas narrativas do fim”. O “terricídio”, como os autores chamam, é indissociável da dinâmica histórica do capitalismo e do seu vínculo com um determinado regime ecológico/ambiental, sobre a visão antropocêntrica que permeia a civilização humana, e por um modelo de vida a qual Ulrich Brand e Markus Wissen (2021) chamam de “um modo de vida que depende da exploração global da natureza e do trabalho – remunerado e não remunerado – , que simultaneamente externaliza suas consequências sociais e ecológicas de diversos modos.” (p. 45).

Para Brand e Wissen, o desequilíbrio de forças torna-se evidente à medida que expõem-se as diferentes consequências deste modo de vida imperial, levando em consideração a emissão de gases de efeito estufa na produção de *commodities* para o Norte Global; na extração de matérias-primas metálicas do Sul, indispensáveis para a digitalização do Norte; no impacto causado na vida dos trabalhadores da periferia global, expostos à pesticidas para produzir os alimentos exportados e que arriscam a vida e a saúde na extração de minérios, metais e na reciclagem de lixo eletrônico vindo do Norte.

Para os autores, se apenas o Sul global enfrenta o caos ambiental, tornando instável seu futuro político e econômico, o Norte deve focar na defesa de sua civilização (p. 43).

Jordi Manzano (2016) destaca que a ideia de dívida ecológica destaca a desigualdade e a insustentabilidade do atual sistema de relações internacionais como estrutura de intercâmbio social global. Para o autor, expressa uma distribuição “ilegítima e injusta de benefícios e encargos dentro do metabolismo social, incluindo trocas ecológicas desiguais e ocupação desproporcional de danos aos bens comuns, como a atmosfera” (p. 382). Para o autor, este devia ser um mecanismo que assegurasse aos países do Sul global um equilíbrio na balança de poder em relação ao Norte, mas acaba por expor a ineficiência do Sistema Internacional de assegurar a justiça climática e ambiental.

A Organização das Nações Unidas, em 2008, através do relatório “*Climate Change in the Caribbean and the Challenge of Adaptation”*, demonstra que os Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (*Small Island Developing States* – SIDS) possuem características em comum que os tornam vulneráveis aos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas, como o aumento do nível dos oceanos (*Sea-Level Rising)*, aumento da frequência e da força de fenômenos naturais como furacões, escassez de água, dentre outros.

O documento aponta que os setores produtivos destas ilhas são fortemente dependentes de suas bases limitadas de recursos naturais (como agricultura, silvicultura, pescas e turismo), e que estão suscetíveis às vontades dos países centrais do Norte Global, estes, à frente das

organizações internacionais e com recursos de poder suficientes para determinar o futuro destas pequenas nações.

Dados do IPCC (2007b) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC) (UNFCCC, 2007a) apontam uma tendência de deterioração das condições costeiras, como a erosão das praias e o branqueamento dos corais, o que impacta negativamente os recursos locais, incluindo a pesca, além de reduzir o valor dessas áreas como destinos turísticos. O aumento do nível do mar intensifica inundações, marés de tempestade, erosão e outros riscos costeiros que ameaçam infraestruturas essenciais, assentamentos e meios de subsistência das comunidades insulares. Até meados do século, a redução dos recursos hídricos pode comprometer a capacidade de atender à demanda em períodos de baixa pluviosidade.

Além disso, o aumento das temperaturas favorece a invasão de espécies não nativas, especialmente em ilhas de médias e altas latitudes. A produção agrícola, também, tende a diminuir devido à redução do período de cultivo e à ocorrência de secas, resultando em perdas econômicas significativas. O aumento do nível do mar pode levar à destruição de florestas de mangue e recifes de coral, enquanto a acidificação dos oceanos e eventos extremos impactam negativamente os ecossistemas terrestres e marinhos.

A intrusão salina e a diminuição das chuvas comprometem a disponibilidade de água doce, reduzindo a extensão dos lençóis freáticos. Assentamentos costeiros e terras cultiváveis estão cada vez mais vulneráveis à inundação, e a maior frequência e severidade de eventos climáticos extremos ameaçam o setor do turismo, essencial para muitas economias insulares.

Barbados é um pequeno país insular localizado nas Pequenas Antilhas da Índias Ocidentais e tem um passado marcado pela colonização britânica – em especial pelo modelo de *plantation* e pelo tráfico transatlântico de negros africanos.

Apesar da relativa estabilidade política, passou por graves crises econômicas na década de 1990 e durante a grande crise de 2008. Seu histórico colonial é um dentre muitos fatores que contribuem para seu *status* de vulnerabilidade climática, que, em um cenário de eventos extremos causados pelo fenômeno global das mudanças climáticas, preocupa sua população e atores políticos.

Assim como outros SIDS, Barbados está na vanguarda da crise climática, e enfrenta duras barreiras fiscais[2] que dificultam o investimento em adaptação climática. Nos últimos anos, a frequência de chuvas mudou, bem como o aumento dos períodos de seca e estiagem,

[2] Sheller, Mimi. Caribbean futures in the offshore Anthropocene: Debt, disaster, and duration. Environment and Planning D: Society and Space. 2018

fatores esses que impactaram a produção agrícola e o abastecimento de água do país (Wellington e Moore, 2001).

Liderado desde 2018 por Mia Mottley, sua Primeira-Ministra, Barbados tem se destacado cada vez mais no cenário internacional devido aos assertivos discursos de Mottley nos âmbitos internacionais. Como a primeira mulher a ocupar o cargo desde a independência do país em 1966, Mottley tem tido um posicionamento crítico ao que ela chama de declínio da liderança moral e de valores como empatia e solidariedade em detrimento da lógica do lucro e da acumulação perpétua em um mundo onde a linha que separa as vidas que importam daquelas descartáveis mostra-se menos sutil e discreta.

Por sua atuação, já foi laureada com várias premiações, inclusive o título de "Campeã da Terra", dado pelo PNUMA. Responsável pela transição do sistema parlamentarista monárquico para uma república parlamentar, seus esforços são lidos por estudiosos (Lustgarten, 2022; Boyce-Davies, 2023; Nartey, 2023) como ações políticas decoloniais/anticoloniais.

Para poder alcançar o objetivo de responder à pergunta que move esta dissertação, a divido em quatro capítulos. No primeiro, utilizo a personagem-conceito Caliban, advindo da peça Shakespeariana *A Tempestade*. A partir de uma reflexão sobre o lugar do intelectual periférico, e as interpretações acerca desta personagem, muito comuns dentro da literatura crítica latino–americana e caribenha, direciono o olhar para o debate sobre a questão colonial, pondo o Caribe no centro do debate – tensionando sua diversidade cultural, histórica e, sobretudo, identitária.

Além disso, introduzo, também, o debate sobre o campo da Ecologia Política Crítica a partir do viés regional da América Latina e do Caribe, trazendo, principalmente, a análise sobre o *habitar colonial* que Malcom Ferdinand (2022) apresenta em sua obra *Uma Ecologia Decolonial*.

O segundo capítulo tem como foco a contextualização. A partir de uma grande reflexão sobre o histórico colonial inglês e a formação da Sociedade do Açúcar e da Escravidão em Barbados, reflito sobre como este mesmo passado é responsável pela questão fundamental da vulnerabilidade climática que o Caribe inteiro, enquanto região geográfica, está exposto.

Saliento, sobretudo, os esforços diplomáticos da coalização dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (*Small Island States* – SIDS) que, apesar de representarem países com forte histórico colonial, pouco contingente populacional e área territorial reduzida – o que os coloca em posição de extrema desigualdade no cenário internacional no que se refere à posse de recursos de poder e de barganha –, conseguiram, na contemporaneidade, se destacar e alcançar espaços de protagonismo até então inimagináveis. Contextualizo, também, neste

capítulo, a trajetória política de Mia Mottley em meio a um cenário conturbado para a presença de mulheres em espaços de poder.

No terceiro capítulo, atenho-me à discussão metodológica e para a apresentação dos resultados da pesquisa, apresentando as estratégias e os métodos utilizados para a realização desta dissertação e para o processo de escrita aqui realizado. Utilizando os discursos disponíveis tanto no âmbito da ONU (2018 a 2024) quanto nos das COPs (os encontros de 2021 a 2024), emprego a metodologia de análise de discurso pensada a partir dos escritos do Van Djik (1993a, 1993b, 1995b, 1995c, 2003, 2007).

E no último capítulo, cujo título faz referência à conclusão do livro de Malcom Ferdinand (2022), faço um retrospecto de tudo o que foi argumentado aqui, relacionando os discursos de Mottley ao arcabouço teórico, e refletindo sobre a ação de protagonismo dos pequenos países insulares que, apesar da vulnerabilidade social e climática exacerbadas, não se submetem à uma posição passiva de vítimas, e alcançam o protagonismo por meio da coalização e do multilateralismo.

1. CALIBAN E A *TEMPESTADE*[3] – PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO, COLONIALISMO E ECOLOGIA POLÍTICA CRÍTICA

> A senhorita me ensinou sua língua, e o que ganhei com isso foi que aprendi a praguejar. Que a peste vermelha acabe com vocês, por me terem ensinado sua linguagem. (A Tempestade, William Shakespeare, 2019 [1610–1611], p. 28)

> Para os europeus do século XVI, a palavra "Caribe", nome dos primeiros habitantes do arquipélago, designava selvagens e canibais. A exemplo do personagem Caliban da peça *A tempestade* de Shakespeare, "Caribe" significaria uma entidade desprovida de razão cuja fiscalização por parte das colonizações europeias e de suas ciências faria emergir lucros econômicos e saberes objetivos. (Ferdinand, 2022, p. 22)

No campo das Ciências Humanas, não é incomum o resgate da personagem Caliban da peça shakespeariana *A Tempestade* para referir-se a povos marginalizados e subalternizados. Pereira da Silva (2024), ao resgatar as tipologias ideais atribuídas à personagem – como o negro colonizado, o negro pós-colonial, o mestiço latino-americano e caribenho, o antropófago, e o proletário filho de Sycorax –, pontua que os usos dessa relação já aparecem em textos datados, em sua grande maioria, no período entre os anos 1950 e 1970, quando muitos dos países africanos e caribenhos vinham conquistando suas independências.

Em sua peça de 1610, Shakespeare narra a história do duque de Milão, Próspero. Após sofrer um golpe orquestrado por seu irmão, ele é deposto e exilado em uma ilha, levando consigo sua filha, Miranda. Na ilha, os dois compartilham o espaço com um escravizado de corpo coberto por deformidades, Caliban, e com Ariel, um espírito dotado de poderes sobrenaturais que também é escravizado. A peça tem como fio condutor uma tempestade que provoca o naufrágio de uma embarcação que transportava o Rei de Nápoles, seu filho, Ferdinand, e outros passageiros, lançando-os em direção à ilha. A interação entre as personagens na ilha possibilita a Próspero recuperar sua posição política e manter sua condição de senhor sobre os escravizados.

George Lamming, importante romancista barbadiano, fora um dos intérpretes da obra de Shakespeare a partir da lente de Caliban como uma personagem-conceito. Em seu livro *The Pleasures of Exile (*1960), o autor entende a personagem quase que de maneira autobiográfica (Dudalski, 2013). Sendo ele próprio um intelectual caribenho autoexilado na Inglaterra, o argumento posto é o do diálogo entre o colonizado e o colonizador.

Aimé Césaire – escritor, poeta, ensaísta, dramaturgo e político martinicano, referência obrigatória na luta anticolonial e um dos principais nomes do movimento da Negritude –,

[3] O título deste capítulo faz referência ao artigo *Os Calibans da Terra*, de Pereira da Silva (2024).

adaptou-a para o teatro negro, a intitulando de *Une Tempête* (1969). Em seu texto, com referências claras ao movimento dos Panteras Negras dos Estados Unidos, bem como a elementos dos movimentos de libertação e descolonização na África (como a revolta dos Mau–Mau em 1952, no Quênia[4]).

Césaire atribui a Caliban uma identidade negra e colonizada, que se organiza para superar e derrotar seu algoz colonizador. Diferente do texto original, que coloca Próspero como o herói em busca da redenção do público, aqui, Caliban é elevado ao posto de protagonista, e luta pela sua liberdade.

Em Retamar (2004), uma outra chave analítica surge, o que Pereira da Silva (2024) descreve como uma referência a um embate entre Norte e Sul global. O poeta e ensaísta cubano, ao abordar a obra de Shakespeare, o faz por dois caminhos distintos. Em primeiro lugar, ele descreve a forma como o conceito de Caliban fora trabalhado por autores como Paul Groussac[5], Rubén Darío[6] e José Enrique Rodó[7]. Neles, Ariel, o espírito etéreo seria uma analogia à América Latina, enquanto Caliban representaria os Estados Unidos. Em seguida, o caminho que Retamar trilha é uma análise mais positiva de Caliban, enxergando–o como o mestiço latino-americano e caribenho.

> Na obra de Retamar vemos o Caliban antilhano que vai se metamorfoseando em latino-americano. Um indígena caribenho que não pode mais falar por si mesmo, ou não podia então falar por si mesmo. Agora trata–se de um Caliban não mais indígena, ou negro, mas mestiço – como mestiço seria o subcontinente latino-americano e caribenho, este novo sujeito histórico que emerge das reflexões de Retamar. (Pereira da Silva, 2024, p. 14).

Vale destacar, também, a contribuição da escritora e dramaturga jamaicana Sylvia Wynter. Ao abordar a obra de Shakespeare, Wynter[8] argumenta que a variável raça complexifica as narrativas sobre gênero, ilustrando essa ideia com o apagamento e silenciamento da "mulher de Caliban". Esse apagamento, segundo Wynter, sustenta a figura de Miranda "como a gênese de um feminismo ocidental ou, no mínimo, como a voz de uma mulher branca em relação aos princípios fundadores do colonialismo" (Boyce-Davies, 2021). Sua

[4] A Revolta dos Mau-Mau foi um movimento de insurgência no Quênia contra a colonização europeia nos anos 1950 que resultou na morte e na prisão de milhares de africanos por parte do regime britânico.
[5] Segundo, Maria Bernardete Ramos Flores (2006), passagens essenciais da crítica de Groussac foram reproduzidas em *La Razón*, em 6 de maio de 1898, logo após a intervenção norte-americana em Cuba.
[6] Rubén Darío, Antología del Ensayo Hispánico, Disponível em: https://ensayistas.org/antologia/XIXA/dario/. Acesso em: 13 fev. 2025.
[7] RODÓ, José Enrique. Ariel. 1900. In: VACCARIO, Alberto José. *Obras Completas de José Henrique Rodó*. Buenos Aires: Antônio Zamora, 1948, pp. 162-210
[8] WYNTER, Sylvia. Beyond Miranda's Meanings: Un/Silencing the 'Demonic Ground' of Caliban's 'Woman'". In: *Out of the Kumbla*: Caribbean Women and Literature. Eds. BOYCE DAVIES, Carole; FIDO, Elaine Savory (eds.). Trenton, New Jersey: Africa World Press, 1990, pp. 355-371

crítica enfatiza o apagamento das mulheres nativas e afrocaribenhas na hegemonia do pensamento epistemológico.

Essa perspectiva dialoga com a obra organizada pela porto-riquenha Consuelo López Springfield, *Daughters of Caliban: Caribbean Women in the Twentieth Century* (1997), que reúne ensaios de diversas pensadoras feministas caribenhas. O livro aborda temas como saúde, justiça, política e cultura popular, reforçando a importância de uma visão crítica e interseccional sobre as experiências das mulheres no Caribe.

Para não me esgotar na discussão sobre as tipologias ideais, resgato mais uma interpretação, a de Felix Valdés García (2017) presente no livro *La in–disciplina de Caliban: Filosofía em el Caribe más allá de la academia*. García argumenta que ao dar seu idioma a Caliban, Próspero acabou, ainda que sem querer, lhe dando a oportunidade de pensar e filosofar. Aqui, Caliban não apenas aprende, mas também reproduz e mimetiza a língua, e se capacita para se rebelar e amaldiçoar, para discordar do estabelecido e subverter a lógica imposta pelo seu senhor (pp. 9–10). Ele ainda é escravizado, mas pensa sobre seu cosmos, e retoma sua identidade, roubada pelo colonizador.

O resgate literário apresentado até agora contextualiza Caliban enquanto um personagem–conceito, um símbolo representativo dos povos colonizados, e, sobretudo, da identidade caribenha. Embora não se pretenda aqui aprofundar a discussão acerca das múltiplas interpretações da personagem ou de suas representações ideais, reconhece-se que a figura de Caliban tem sido frequentemente apropriada por intelectuais periféricos que se identificam como subalternizados.

Segundo Pereira da Silva (2024), Caliban pode ser compreendido como a personificação do "sujeito colonial, o subalterno, o condenado da Terra, o oprimido". De maneira análoga à personagem shakespeariana, que aprende o idioma de Próspero e o utiliza para maldizer seus opressores, como observa Retamar (2004), Caliban simboliza a resistência através da apropriação da linguagem do colonizador.

> O que mais Caliban pode fazer senão usar esse mesmo idioma para amaldiçoar, para desejar que sobre ele recaia a praga escarlate? Não conheço outra metáfora mais precisa para a nossa situação cultural, para a nossa realidade. (…) O que é a nossa história, o que é a nossa cultura, senão a história, senão a cultura de Caliban? (Retamar, 2004, p. 34, tradução nossa[9])[10].

[9] Todas as traduções de citação direta com mais de 3 linhas foram feitas pelo autor desta dissertação. Doravante, esta expressão não irá mais aparecer, embora os excertos originais sejam apresentados nas notas de rodapé.

[10] Tradução do original em espanhol: ¿Qué otra cosa puede hacer Caliban sino utilizar ese mismo idioma para mal decir, para desear que caiga sobre él la roja plaga? No conozco otra metáfora más acertada de nuestra situación cultural, de nuestra realidad. (…) ¿qué es nuestra historia, ¿qué es nuestra cultura, sino la historia, sino la cultura de Caliban?

O objetivo deste capítulo teórico é desenvolver uma reflexão sobre os "Calibans da Terra" — intelectuais periféricos subalternizados por uma concepção hierárquica de produção de conhecimento que se autopercebe como superior. Maldonado-Torres (2007, 2018) discute a "dupla negativa" implícita na frase atribuída a Descartes, "penso, logo existo".

Nesse enunciado, o sujeito oculto "eu" refere–se ao homem branco ocidental europeu, a quem se confere a exclusividade da capacidade de produzir conhecimento e, consequentemente, de existir. O autor conclui que, por trás do "eu penso", lê–se implicitamente que "os outros não pensam".

Ademais, ele afirma que essa negação não só sugere que "os outros não pensam", mas também que "os outros não existem" ou carecem de resistência ontológica suficiente (Maldonado-Torres, 2018, p. 12). De maneira semelhante, Césaire, em seu *Discurso sobre a Negritude* (Césaire, 2022, p. 217), fala sobre o "sistema de pensamento e da tendência instintiva de uma civilização eminente e prestigiosa a abusar de seu prestígio a ponto de produzir um vácuo à sua volta, reduzindo abusivamente às suas próprias dimensões a noção de universal".

> É possível ver, e têm–se visto abundantemente, as consequências disto: apartar o ser humano de si mesmo, apartar o ser humano de suas raízes, apartar o ser humano do universo, apartar o ser humano do ser humano e isolá-lo em definitivo num orgulho suicida, para não dizer numa forma racional e científica da barbárie. (Césaire, 1987 [2022], p. 217)

No mesmo sentido, Fanon (1967), Dussel (1977), Anzaldúa (1987), Haraway (1988), Collins (1990) e Grosfoguel (2008) compreendem o conhecimento como algo situado num espaço geográfico, num corpo cujo gênero e raça importam. Para além do detalhamento sobre os tipos ideais do Caliban enumerados por Pereira da Silva (2024), o que importa aqui é a compreensão de que este personagem–conceito dialoga com a realidade da produção de conhecimento a partir do Sul global, com um *status* de periférico, de "inferioridade", de subalternidade.

Reunir, em um único capítulo, os fragmentos que compõem o pensamento crítico latino-americano e caribenho em questões ambientais não é uma tarefa simples. Este capítulo não se propõe a esgotar o debate, nem a expandi-lo de maneira a comprometer o espaço dedicado à análise metodológica e à apresentação dos resultados, que será abordada de forma aprofundada mais à frente. O objetivo, aqui, é destacar conceitos fundamentais dessa linha de pensamento, trazendo para o centro da análise as discussões que têm sido predominantes entre intelectuais periféricos na contemporaneidade. E é notável como estes autores conseguem, de maneira geral, dialogar entre si em mais de uma temática aqui retratada.

Para tanto, o capítulo está organizado em quatro subseções interconectadas, todas atravessadas pela preocupação com as interseções entre raça, gênero e classe. A primeira subseção examina a questão colonial, explorando os diálogos, limites e perspectivas das abordagens pós–coloniais e decoloniais. A segunda subseção foca nas construções teóricas oriundas do Caribe, abordando temas como identidade, cultura, espaço, diáspora, raça e gênero.

A terceira subseção tem como foco a ecologia política crítica, privilegiando a perspectiva latino–americana e caribenha, com ênfase em autores que articulam a justiça ambiental e climática com as lutas das comunidades periféricas e as dinâmicas de gênero. Por fim, a última subseção retoma a figura de Caliban como arquétipo do intelectual periférico, não apenas para contextualizar os temas discutidos ao longo do capítulo, mas também para traçar caminhos prospectivos para a região, reconhecendo as complexidades de raça, classe e gênero na construção do pensamento crítico.

1.1. A QUESTÃO COLONIAL – DIALOGOS E DESAVENÇAS

> Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando–lhe a identidade, tirando–o de sua cosmologia, distanciando–o de seus sagrados, impondo–lhe novos modos de vida e colocando–lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Bispo dos Santos, 2023, pp. 11–12)

Em *Discurso sobre o colonialismo* (1955, [2022]), Césaire inicia sua reflexão considerando a Europa como indefensável. Para o autor, a civilização europeia revela sua decadência ao se mostrar incapaz de resolver o problema colonial, que ela própria criou.

Césaire rejeita as justificativas tradicionais para a colonização, negando que seja um processo de evangelização, caridade filantrópica ou um esforço para "resgatar" civilizações de um suposto atraso evolutivo. Para ele, é preciso reconhecer uma realidade incontornável: a colonização se sustenta na vontade de uma forma de civilização que se via “internamente compelida a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas” (Césaire, 2022, p. 162).

O processo colonial, conforme apontado por Césaire (1955, [2022]), revela uma dupla negação da civilidade. Ao desumanizar os povos colonizados, despojando–os de suas culturas, saberes e modos de vida, a colonialidade instaura uma barbárie paradoxalmente legitimada e justificada pelas próprias metrópoles.

Essa normalização da violência embasada em discursos racistas e hierarquizantes, expõe o que Césaire denomina como “Hitler recôndito” do humanismo europeu. Em seu *Discurso*, o autor demonstra como a ciência foi instrumentalizada para justificar a dominação, apresentando

a colonização como uma missão civilizadora destinada a "modernizar" povos considerados primitivos. Essa pretensa superioridade racial serviu de fundamento para a exploração e a opressão motivadas pelo processo colonial.

> O que só pode significar uma coisa: que um regime político e social que suprime a autodeterminação de um povo, mata ao mesmo tempo o seu poder criador. Ou, o que vem a dar no mesmo, que sempre que houve colonização, povos inteiros foram esvaziados da sua cultura, esvaziados de toda a cultura. (Césaire, 2011, p. 258)[11].

O pensamento colonial, no entanto, não se restringe ao processo formal de colonização. Kwame Nkrumah (1977 [2011]), por exemplo, ao falar sobre Estados–Clientes, pontua sobre a superestrutura de dominação, dependência econômica e, sobretudo, política que acomete alguns países ditos "independentes". Outro caso de destaque é o Irã, que apesar de não ter sido uma colônia formalizada, sofreu com os reflexos dessa relação que supera a lógica histórica–temporal: a colonialidade.

Compreende-se colonialidade como "um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista" (Quijano, 2005a). Para além do fator histórico–temporal referente à permanência dos colonizadores em suas colônias, o conceito refere-se às relações de poder e dominação que se sustentam nestes territórios *a posteriori*. Essa independência, afirma Maldonado-Torres (2018), não significa necessariamente descolonização, já que as lógicas e os legados coloniais podem continuar existindo para além da expressão concreta–estrutural do colonialismo.

Essa construção imagética dos povos colonizados como o "Outro" – aquele que não pensa e que não existe (Maldonado-Torres, 2018) – dialoga com o que Edward Said chama de "orientalismo". Para Said (1978, [2011]), "o Oriente era quase uma invenção europeia"; ou seja, só há um Oriente inferiorizado, primitivo, atrelado ao pecado, à barbárie, porque existe o seu contraste, um Ocidente civilizado, polido, religioso, sábio, avançado e científico. Para o autor, a relação que se dá entre os dois polos é uma relação de poder e dominação de um sobre o outro.

Nesta mesma lógica, Quijano argumenta sobre como o processo colonial europeu primeiramente despojou os povos colonizados de suas culturas, religiões, espiritualidades, saberes e modos de vida e de produção. E que, seguidamente, passaram a estes povos – ainda que de uma maneira específica– seus próprios valores, no objetivo de cooptá-los e seduzi-los. Há aqui, portanto, uma ponte de diálogo entre Said e Quijano. O colonizado só existe porque o colonizador se estabelece como superior, como um exemplo valoroso e virtuoso a ser seguido.

[11] Césaire, A. (2011). "Cultura e Colonização". In M. R. Sanches (Org.), Malhas que os Impérios Tecem: Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais (pp. 253-272). Lisboa: Edições 70.

Esses binarismos também se refletem nas categorias de gênero e sexo, conforme argumenta María Lugones em sua crítica aos escritos de Aníbal Quijano. Para a socióloga argentina, tanto o gênero quanto o sexo são construções coloniais que sustentam a heteronormatividade e a opressão das mulheres, especialmente das mulheres racializadas. Essas mulheres, segundo Lugones, são frequentemente alijadas da própria percepção do que é ser mulher, conforme definido pela narrativa do feminismo ocidental e branco, que se mostra incapaz de abarcar plenamente a interseccionalidade. Lugones propõe, além da colonialidade do poder e do saber, a existência de uma colonialidade de gênero, que está intrinsecamente ligada à questão racial.

A teoria decolonial, conforme abordada por Maldonado-Torres (2018), oferece uma reflexão crítica sobre o senso comum e os pressupostos científicos relacionados a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras dimensões fundamentais da experiência humana.

Segundo o autor, essa abordagem permite não apenas identificar e explicar como os sujeitos colonizados vivenciam a colonização, mas também fornece ferramentas conceituais que possibilitam o avanço do processo de descolonização. A ideia de libertação aqui adquire um caráter ativo – o que prevalece não é uma longa espera por uma maturidade emancipatória, mas, sim, a organização e a obtenção de sua própria liberdade, tal qual o modelo desenhado por Fanon (2004).

Para Maldonado-Torres, o pensamento e a teoria decoloniais exigem um engajamento crítico com as teorias da modernidade, no sentido de promover uma ruptura à lógica espaço–temporal proposta pela modernidade europeia. O autor argumenta ainda que não há modernidade sem colonialidade, sendo os processos de "descoberta" das Américas o marco inicial do processo de colonialismo.

Porém, é importante ressaltar que, embora o objeto analisado por estes teóricos seja a relação antagônica entre colonizado e colonizador, há uma diferença entre as perspectivas anticoloniais, as pós–coloniais e as decoloniais. E essa distinção, embora não seja um esforço fácil ou sequer esgotado aqui neste capítulo, é necessária para que as linhas não se confundam, apesar de à primeira vista apresentarem semelhanças. Para tentar distingui-las e situá-las numa linha temporal, seguirei aqui os textos de Aureo Toledo (2021), Larissa Rosevics (2017) e Luciana Ballestrin (2013, 2017), que tentam estabelecer as linhas, explorando críticas e traçando diálogos entre elas.

Rosevics (2017) argumenta sobre o caráter difuso dos estudos pós–coloniais, no sentido de não ser possível verificar neles uma matriz única de origem, tendo como autores associados

nomes como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Albert Memmi, Edward Said, Stuart Hall e os estudos subalternos da Índia de Ranajit Guha, Gayatri Spivak. Para ela, estas pesquisas seguiram a trajetória dos estudos literários e culturais, cujo foco se apresentava na crítica à modernidade eurocentrada e nas representações das identidades ocidental e oriental.

O objetivo central era compreender a relação entre colonizado e colonizador, investigando como o mundo colonizado é construído pelo olhar do colonizador e de que maneira o subalterno pode construir sua própria identidade a partir do discurso daquele que se apresenta como superior.

Spivak (2010), ao analisar a Índia, identifica uma dupla fragmentação nesse processo: por um lado, a produção de conhecimento cria a figura do subalterno (particularmente em sociedades divididas em castas); por outro, o subalterno também pode produzir conhecimento, embora esse conhecimento frequentemente seja relegado à ilegitimidade.

Ballestrin (2017) identifica três fases distintas no desenvolvimento do pensamento pós–colonial. A primeira é denominada "pós-colonialismo anticolonial", associada aos escritos pioneiros do pós-colonialismo, que emergiram em sintonia com a insurgência revolucionária e os movimentos de luta pela libertação dos povos colonizados na África e na diáspora, especialmente no Caribe francófono.

Segundo Ballestrin, essa fase reúne intelectuais, acadêmicos e figuras políticas cuja produção era frequentemente dispersa e nem sempre vinculada à academia. Como ela observa, “os escritos desta época variaram de discursos políticos à poesia, envolvendo pensadores latino-americanos, africanos e europeus (sobretudo, franceses)” (p. 509).

Entre os nomes destacados estão Amílcar Cabral, Che Guevara, Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Jean–Paul Sartre, Aimé Césaire e Albert Memmi. Essa fase é marcada pela influência da psicanálise (particularmente nas leituras de Fanon), do panafricanismo, do pensamento afro–diaspórico e do marxismo revolucionário.

A segunda fase, que Ballestrin chama de “pós-colonialismo canônico” ou “pós–estrutural”, tem como obra central *Orientalismo* (1978), de Edward Said. Em seu trabalho, o autor palestino aborda o orientalismo não como uma disciplina acadêmica sobre o Oriente, mas como uma construção identitária que define o Oriente como o "Outro": inferior, bárbaro e primitivo.

Said argumenta que essa concepção do Oriente é uma construção estereotipada, elaborada pelo Ocidente europeizado para legitimar e sustentar o poder colonial. Essa fase inclui os estudos subalternos de autores como Guha, Spivak, Homi Bhabha, Paul Gilroy e Stuart

Hall, além de influências significativas de Foucault, Derrida e Gramsci, especialmente no resgate do conceito de "subalterno".

Por fim, a terceira fase, que Ballestrin denomina "decolonial", é fortemente influenciada pelo contexto da América Latina. Essa fase surge a partir da dissolução, nos anos 1990, do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos (*Grupo Latino-americano de Estudios Subalternos*, em espanhol) e da formação do Grupo Modernidade/Colonialidade (doravante referido como M/C). A perspectiva decolonial busca recuperar as contribuições regionais do pensamento anticolonial e, ao mesmo tempo, distanciar–se do cânone pós-colonial, ao atribuir–lhe uma incapacidade de superar a dominação epistemológica eurocêntrica.

Há aqui uma inserção da América Latina no debate e uma radicalização da crítica à modernidade e, sobretudo ao eurocentrismo. A base teórica para esta linha encontra–se na junção da teoria da dependência com a filosofia da libertação, a teoria do sistema–mundo de Wallerstein (que Grosfoguel a reinterpreta e reinventa), filosofia afrocaribenha e o feminismo latino-americano. Aqui destacam–se Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Maldonado–Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro–Gómez, Eduardo Restrepo, Arthuro Escobar, Quijano, Enrique Dussel e Wallerstein.

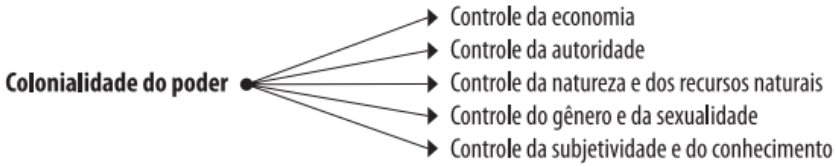
Ballestrin (2013), ainda, atribui aos encontros organizados pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais *(Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO*) que tiveram início ainda no ano de 1998, a semente do que viria a configurar-se como Grupo M/C. Surgido a partir de insatisfações conjuntas de intelectuais como Mignolo e Grosfoguel para com outros agrupamentos de cientistas sociais que pensavam sobre o legado da colonialidade e a problemática do eurocentrismo, o Grupo M/C, através da lente de Escobar (2003), apresentava–se como um programa de investigação cuja principal força orientadora se daria pela reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino–americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos.

Se anteriormente, a “moda” no meio acadêmico se dava pela leitura pós–colonial, no sentido de entender o legado colonial nos países recém–independentes, a leitura do M/C – que foi se construindo e se entendendo como uma oposição aos pós–coloniais – era pautada na compreensão de que, apesar do processo de independência, as raízes coloniais ainda eram intrínsecas aos países colonizados, ainda que não de maneira explícita e formal.

Ou seja, através do conceito utilizado por Quijano (1989) de colonialidade do poder, o M/C defendia que há ainda colonialidade mesmo com o fim do colonialismo. Tal conceito, conforme apontado no artigo de Ballestrin (2013), fora utilizado fortemente pelo M/C, em

perspectivas tais que não se limitavam somente à ideia de poder, conforme ilustrado na figura destacada abaixo:

Figura 1 – Lentes analíticas de Ballestrin (2013)



Fonte: Ballestrin, Luciana, 2013, p.100

Por sua vez, o conceito de Giro Decolonial, este, pautado por Nelson Maldonado-Torres em 2005, é um termo que se aplica ao movimento de resistência teórico e prático, epistemológico e político, à lógica da modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2013).

Aureo Toledo (2021) ressalta, também, pelo menos cinco interpretações distintas para o conceito "pós–colonialismo". A primeira delas é o período temporal, ao qual refere–se ao momento subsequente ao final da formalidade do processo colonizador. A segunda refere–se à condição relacionado ao estado das coisas a partir do fim do colonialismo.

A terceira refere–se à tradição teórica do pós-colonialismo enquanto uma vertente que centra suas análises em questões de raça, gênero e identidade, bem como desenvolvimento e as relações entre poder e conhecimento. A quarta faz referência ao pós-colonialismo enquanto crítica literária, no sentido de verificar a construção das identidades de colonizador e colonizado. E, por fim, a quinta interpretação, que pode ser entendida como um sinônimo de anticolonialismo, ou seja, uma crítica ao processo colonizador (seja ele de matriz econômica, política, intelectual, artística ou cultural) e a busca pela libertação.

É interessante observar estas nuances, tendo em vista que, independentemente do olhar empregado sobre a situação colonial e para a resposta dos sujeitos coloniais, o argumento parte do mesmo lugar: do medo. É o colono que estipula que aquilo que é sagrado para o colonizado é pecado, é errado, é assustador.

A crítica decolonial se dedica, portanto, a denunciar que os modelos de desenvolvimento capitalistas, os modos de vida imperial e a lógica da acumulação perpétua, bem como a invalidação de vozes subalternizadas pelas relações de colonialidade têm sido responsáveis pela ampliação de desigualdades sociais em todos os países do globo, além de atacar e explorar a natureza de forma predatória e abusiva.

A busca, portanto, de outras epistemologias e cosmovisões que pensem a sociedade a partir de uma matriz de cooperação, solidariedade, harmonia, confluência, biointeração e

relacionalidade é fundamental para que se crie outros mundos para se conviver e coexistir, e superar a modernidade na qual a sociedade global está inserida.

1.2. ESPAÇOS CARIBENHOS

A escolha de intitular esta subseção com a expressão "espaços caribenhos" faz referência à obra homônima da especialista em literatura da diáspora africana, a trinitária–tobagense Carole Boyce Davies. Em seu livro, Davies (2013) argumenta que, a partir da diáspora caribenha, o espaço foi ressignificado, transformando o entendimento do que significa ser caribenho no mundo, rompendo com a ideia de fragmentação.

Nesta dissertação, a expressão é empregada de maneira análoga: reconhece–se a rica e extensa produção de pensamento crítico originada no e a partir do Caribe, sem a pretensão de esgotar o tema. O objetivo é, antes, destacar e introduzir leituras que permanecem sub–representadas na academia brasileira, especialmente no campo da Ciência Política, ao mesmo tempo em que se enfatiza sua relevância como fundamentos para compreender a relação entre o pensamento crítico e a atuação política prática de Mia Mottley no cenário internacional.

Norman Girvan (2003), ao questionar-se sobre "o que constitui o Caribe?" (p. 3), argumenta que a resposta varia conforme o "contexto e da perspectiva" (p. 3). O Caribe Anglófono[12], por exemplo, entende-se somente como as *West indies*, ou como membros da CARICOM (Comunidade do Caribe). Já na literatura de língua espanhola, há a presença do Caribe espanhol, ou referências a *las Antillas*.

Há, também, distinções entre o Caribe insular e *El Gran Caribe*. Para os historiadores, reflete as cicatrizes da colonização, do *plantation* e do tráfico de escravos, e abrange as ilhas, partes do continente adjacente e espaços da diáspora no exterior. Girvan (2001) resgata o historiador porto-riquenho Gaztambide-Geigel (1996, p. 84) que dizia "haver muitos Caribes". Há, portanto, respostas geográficas, culturais, econômicas, geopolíticas, idiomáticas/linguísticas, identitárias.

No ensaio *Más allá de un nombre – El Caribe como concepto en construcción*, os acadêmicos cubanos Félix Valdés García e Milagros Martínez Reinosa (2022) analisam as múltiplas interpretações e ressignificações do conceito de "Caribe" ao longo da história, explorando sua nomenclatura nos campos da cartografia, geografia e geopolítica.

[12] Dentro do Caribe Anglófono, há diversas interpretações sobre um vácuo deixado pela população ameríndia, e que os valores culturais desse povo teriam sido aglutinados pelos negros africanos da diáspora forçada pela escravidão e pela colonização. Embora não seja o foco desta dissertação, destaco aqui o ensaio *Returns to a Native Land: Indigeneity and Decolonization in the Anglophone Caribbean* de Melanie J. Newton (2013). Nele, a autora tenta contra–argumentar esta tese, apontando lacunas nos trabalhos de autores como os próprios Brathwaite e Wynter, dentre outros importantes expoentes do pensamento caribenho.

Seja sob as denominações “Antilhas”, “Caraíbas” ou *West Indies*, os autores argumentam que o termo passou por transformações ao longo do tempo, com algumas designações caindo em desuso enquanto outras surgiram para refletir novas abordagens conceituais. No entanto, o que permanece central é a compreensão do Caribe como um espaço dinâmico, historicamente marcado por processos como a diáspora africana, a escravidão, a economia açucareira e o modelo de *plantation*, elementos fundamentais para a configuração sociopolítica da região.

Valdés García e Martínez Reinosa (2022) retomam as contribuições de diversos autores que se debruçaram sobre a definição do Caribe. Eric Williams[13], por exemplo, adota uma interpretação histórica que vincula a região ao capitalismo moderno, enfatizando a economia do açúcar e a escravidão como forças estruturantes. Juan Bosch[14], por sua vez, propõe uma leitura geopolítica e pós–colonial, considerando o Caribe como uma fronteira do imperialismo.

Já Fernando Ortiz[15] introduz a noção de transculturação, destacando a interconexão entre culturas como elemento essencial na formação da identidade caribenha. Antonio Benítez–Rojo[16], por meio do conceito de *meta–arquipélago cultural*, argumenta que o Caribe transcende suas fronteiras geográficas, constituindo-se como uma rede de conexões históricas e culturais.

Esta dissertação não se propõe a privilegiar uma única perspectiva entre as diversas interpretações do Caribe, mas sim a reconhecer a multiplicidade de abordagens que compõem seu campo de estudos.

Nesse sentido, adota–se um alinhamento com a argumentação de Stuart Hall (2001), cuja análise permite compreender o impacto do colonialismo e do tráfico negreiro na formação de uma sociedade caribenha profundamente marcada pela diáspora africana. O reconhecimento dessas diferentes perspectivas é essencial para abordar a região em sua totalidade, destacando as intersecções entre raça, gênero e classe no Caribe, bem como evidenciando a relevância desses elementos na constituição do pensamento crítico produzido na região.

Stuart Hall (2001, p. 28) sustenta que o caldeirão cultural e étnico–racial do Caribe o torna a mais original, mais pura e a primeira diáspora da história. Ele relata que, ao preparar um relatório sobre a região para a *British Broadcasting Corporation* (BBC), visitou diversas ilhas do Caribe, algumas delas pela primeira vez.

[13] *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean 1492-1969* (1970)
[14] *De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial* (1970)
[15] *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (1940)
[16] *La isla que se repite* (1998)

Nessas viagens, antes mesmo de destacar as diferenças culturais ou as barreiras linguísticas, o que mais lhe chamou a atenção foi constatar que "nenhuma ilha caribenha se assemelha a outra em termos de sua composição étnica, incluindo as diferentes características genéticas, físicas e traços dos seus habitantes" (p. 27). O argumento de Hall (2001) dialoga com as reflexões de Boyce Davies, que reconhece a complexidade da formação da identidade caribenha a partir dos processos de colonização, escravidão e economia de plantation.

Apesar das inúmeras barreiras socioculturais, étnico–raciais e, sobretudo, linguísticas, o Caribe também evidencia um esforço coletivo de encontrar as origens dessas identidades na diáspora africana. Esse movimento não se limita a idealizar a África como um lugar idílico ou um passado perdido, mas busca compreendê-la à luz do século XXI, reconhecendo o continente como uma região marcada pela desigualdade, pobreza significativa e crises democráticas, muitas delas aprofundadas pelo legado colonial.

O feminismo caribenho emerge como uma dimensão fundamental nesse debate, ao desafiar tanto os paradigmas eurocêntricos do feminismo ocidental quanto as narrativas masculinas predominantes no pensamento anticolonial. Intelectuais como Carole Boyce Davies[17], Sylvia Wynter[18], Rhoda Reddock[19] e Verene Shepherd[20] contribuem significativamente para essa discussão, evidenciando como as mulheres caribenhas desempenharam papéis centrais na resistência ao colonialismo e na formulação de uma política social e econômica que questiona as estruturas de opressão herdadas do passado colonial.

Kennedy-Jude Providence (2023) constata, em seu ensaio *Anglophone Caribbean Feminism*, a dificuldade que o feminismo branco e ocidental tem se abranger outras realidades – em especial, a da mulher negra.

Em seu texto, ela exemplifica esta barreira através do artigo de Jamie Rosenthal (2018), *From Radical Feminist to Caribbean Slave-Owner: Eliza Fenwick's Barbados Letters*, onde a feminista radical e abolicionista da primeira onda, Eliza Fenwick, ao mudar-se para Barbados em busca de maior garantia de renda, muda seu discurso e adquire escravos, dentre eles, mulheres negras, apesar de ter mantido por anos o discurso de que a vida que as mulheres brancas levavam era análoga à escravidão.

---

[17] BOYCE DAVIES, C. Caribbean Spaces. [s.l.] University of Illinois Press, 2013; BOYCE DAVIES, C. Black Women's Rights. [s.l.] Rowman e Littlefield, 2022.
[18] WYNTER, Sylvia. 1994. "No Humans Involved: An Open Letter to My Colleagues".
[19]REDDOCK, Rhoda. 1998. "Women's Organizations and Movements in the Commonwealth Caribbean: The Response to Global Economic Crisis in the 1980s." Feminist Review, 59 (Summer): 57–73.
[20]SHEPHERD, V.; BRERETON, B.; BAILEY, B. Engendering history: Caribbean women in historical perspective. New York: St. Martin's Press, 1995.

Wynter, em sua crítica ao humanismo europeu, demonstra que o constructo Homem se difere de tudo aquilo que é visto como o Outro – o negro, a mulher, o índio, a índia, os nativos. A este Outro, não é reservada nenhuma forma de humanidade e a ele é autorizada a tortura, a matança, a evangelização, e, sobretudo, a dominação violenta da colonização.

> Na concepção autorreferente da Idade Média, na Europa, existiam os *Cristãos* e os pagãos. (...) Similarmente, a concepção de *Homem*, no contato com outros povos, nomeou-os como nativos, negros, negras, índios e índias, marcando uma distinção entre o *Homem* e estes últimos. O debate na Europa então seguia a mesma lógica do debate não secularizado: variava entre atribuir aos nativos uma distinção em essência – um Outro totalmente distinto de humanidade – e considerá-los uma variante menos racional, menos civilizada, menos humana do *Homem*. A concepção autorreferente, localizada geográfica e historicamente na Europa, se impôs sobre as outras concepções de humanidade, tratando o *Homem* como sinônimo de humanidade. O mapa – a representação de uma humanidade – confunde-se com o território – o conjunto das concepções de humanidade existentes. (Paterniani, Belisário, Nakel, 2022, p. 11)

Diante da intensa mistura étnico-racial resultante do processo colonial e da diáspora forçada dos negros africanos, os temas mais relevantes para o pensamento social caribenho são aqueles vinculados à questão racial e cultural. García (2017) discute três conceitos principais: a negritude, o *"choteo"* e a *"creolización"*. Esses três fundamentos estruturam o pensamento caribenho na medida em que expressam, em certo grau, aspectos da realidade histórico–concreta da vivência na região.

Longe de serem meramente abstratos, esses conceitos estão profundamente enraizados no contexto histórico e na prática social do Caribe, refletindo experiências concretas e dinâmicas sociais. Assim, promovem a articulação entre reflexão teórica e prática transformadora, contribuindo para uma compreensão crítica da realidade. García argumenta ainda que a classificação desses conceitos como filosóficos suscita uma problemática gnosiológica, imersa em suas próprias contradições.

A negritude, conceito trabalhado pelo martinicano Aimé Césaire, pelo senegalês Léopold Senghor e pelo franco-guianense Léon-Gontran Damas, trata da valorização da identidade negra, tanto em termos de tradição quanto de cultura. Esses autores, considerados intelectuais híbridos, ao serem assimilados pela metrópole, depararam-se com um grau de racismo ao qual não estavam acostumados. O sentimento de exílio é constitutivo da literatura da negritude (Irele, 2011).

Nesse contexto, compreenderam seu lugar de fala como intelectuais subalternizados do Terceiro Mundo. Esse constructo conceitual evidencia, sobretudo, o apagamento da identidade negra pelo Ocidente colonizador e racista. Assim, a negritude reconhece o componente africano na identidade caribenha e reafirma a existência do negro em uma sociedade estruturalmente racista.

> Há, portanto, dois movimentos concomitantes para esses autores: seu descolamento da massa dos colonizados na direção de uma classe intermediária em gestação, formada sob os valores franceses para atuar como mediadora entre colonizadores e colonizados; e seu deslocamento para o centro metropolitano como condição para concluir sua formação superior. O descolamento sociológico os distinguia de outros africanos e caribenhos, tornando-os, de certo modo, franceses; mãos o deslocamento geográfico os tornava irremediavelmente negros entre brancos, ou seja, nunca franceses de todo. (Pereira da Silva, 2023, p. 69).

Embora o conceito de negritude tenha se consolidado apenas nos anos 1930, com a criação, na França, da revista *L'Étudiant noir* [O estudante negro] e com as publicações dos três autores — especialmente a insistência de Césaire no termo, aplicado em seu *Diário de um retorno ao país natal* —, suas raízes remontam a movimentos anteriores das primeiras décadas do século XX, voltados à valorização da identidade negra.

O *Harlem Renaissance*, por exemplo, foi um período de grande efervescência cultural, social e artística nos Estados Unidos entre as décadas de 1910 e 1930, especialmente em Nova Iorque, sendo considerado a era de ouro da cultura afro–americana. Esse movimento reuniu grandes expoentes como Louis Armstrong, Marcus Garvey e Zora Neale Hurston, entre outros artistas, escritores, ativistas e músicos.

No Caribe, destaca–se o indigenismo haitiano de Jean Price–Mars e a publicação da revista *Légitime Défense*, pelos martinicanos Jules Monnerot, Étienne Léro e René Ménil, em 1932, que questionavam o mundo capitalista, cristão e burguês e reivindicavam uma sociedade mais justa, anticolonial e antirracista.

Dentre os pensadores que contribuíram para o debate racial no Caribe, destaca–se o filósofo haitiano Anténor Firmin[21], que, em sua obra *De l'Égalité des Races Humaines* [Sobre a igualdade das raças humanas], refutou o *Essai sur l'inégalité des races humaines* [Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas], um marco do racialismo científico europeu, elaborado pelo filósofo francês Joseph Arthur Gobineau.

No Caribe hispânico, há também uma tradição de reflexão sobre a centralidade do negro, presente nos estudos de José Martí — especialmente nos ensaios *Nuestra América*[22] e *Mi Raza*[23] —, na poesia de Nicolás Guillén sobre o negrismo hispano–caribenho e nas pesquisas de Fernando Ortiz.

Para Césaire, em seu *Discurso sobre a Negritude*, proferido na Primeira Conferência Hemisférica dos Povos Negros da Diáspora, em Miami, em 1987, a negritude "é uma maneira de viver a história de uma comunidade cuja experiência se revela singular, com suas

[21] FIRMIN, A. De l'égalité des races humaines. Anthropologie positive. [s.l.] Paris, 1885.
[22] MARTÍ, J.; UREÑA, P. H. Nuestra América. Santo Domingo: Ediciones Cielonaranja, 2016.
[23] MARTÍ, J. Mi Raza. 1893.

deportações populacionais, suas transferências de pessoas de um continente a outro, suas memórias de crenças distantes, seus escombros de culturas assassinadas.” (Césaire, 2022, p. 215). Ou seja, ele reafirma o caráter histórico da negritude, em contraposição a uma interpretação meramente biológica.

Décadas antes, ele havia afirmado em versos que se tornaram célebres:

> Minha negritude não é uma mancha de água morta / sobre o olho morto da terra / minha negritude não é nem uma torre nem uma catedral / ela mergulha na carne vermelha do solo / ela mergulha na carne ardente do céu / ela perfura o peso opaco de sua paciente altivez. (Césaire, 1983)[24].

O romancista, ensaísta e poeta haitiano René Depestre, em sua crítica ao conceito de negritude, salienta que Césaire escolheu o termo como uma afronta, não apenas à lógica racista, mas também aos próprios colegas antilhanos que, segundo ele, "tinham vergonha de ser negros e procuravam todos os tipos de perífrases para designar um negro. Dizia–se 'um negro', 'um homem amorenado' e outras besteiras como essas, e então nós tomamos a palavra negro como uma palavra desafio" (Depestre, 1980).

Essa perspectiva crítica também aparece no poema *Diário de um retorno ao país natal*, no qual Césaire aceita sua própria biologia, sua pele, seu cabelo, seu nariz. Conforme aponta Pereira da Silva (2024, p. 74), “A (auto)aceitação do poeta de sua identidade negra ao longo do poema é como o retorno de Orfeu das profundezas nas quais foi reivindicar Eurídice, como um reerguimento.”

É interessante perceber aqui um ponto de ruptura substancial: Césaire, na defesa de seu argumento sobre a negritude, demarca sua identidade como a de um Negro. Há um desafio em sua tomada de consciência, uma provocação àqueles que não a fazem por vergonha. Esta demarcação vira, futuramente, uma crítica de movimentos outros dentro do Caribe, como é o caso do *Creolité* ou “crioulidade” proposto pelos também martinicanos Jean Bernabé, Raphaël Confiant e Patrick Chamoiseau.

Bernabé, Confiant e Chamoiseau lançaram, no ano de 1989, um ensaio chamado *Élogé de la Creolité,* onde eles proclamam a identidade crioula, em detrimento de um reconhecimento como africano, ou como europeu. Para os autores, ser crioulo é afirmar “uma consciência antilhana que é descrita como um "envelope mental" no qual o mundo é construído e compreendido” (Perina, 2009, p. 70). Os três têm influência nos estudos de Édouard Glissant,

[24] Tradução do original em francês: ma négritude n'est pas une taie d'eau morte /sur l'œil mort de la terre / ma négritude n'est ni une tour ni une cathédrale / elle plonge dans la chair rouge du sol / elle plonge dans la chair ardente du ciel / elle troue l'accablement opaque de sa droite patience.

e, como afirma Magalys Pedroso (2024), é possível destacar variações na interpretação de Glissant e de Kamau Brathwaite:

> Vaivéns, atritos, trocas que fazem parte do que ele chama de processo de crioulização – termo que não existia em francês e que ele toma do poeta barbadense Edward Kamau Brathwaite. Brathwaite (1979) observa a crioulização como um fenômeno dentro do processo de aculturação que se dá nas ilhas anglófonas do Caribe. Trata–se da tensão entre a adaptação e a rejeição que se forja entre as distintas camadas sociais dos dominados e os dominantes e o surgimento de formas novas não só de expressão, mas de comportamento, de imaginários. Formas essas que escapam à norma e ao controle, formas soltas que não configuram padrões. Todavia, enquanto Brathwaite pensa esse fenômeno como uma formação do passado, Glissant quebra essa temporalidade e coloca esse embate dialético e frutífero não só no presente, mas também além do Caribe. (Pedroso, 2024, p. 7).

Em seguida, García trabalha com o conceito de *creolizacíon*, conforme trabalhado por Brathwaite (1973, 1974, 1984). Brathwaite refere–se à *crioulização* do Caribe a partir de três fenômenos: a colonização, a diáspora africana e, por fim, o pós-colonialismo. A junção de africanos, europeus e indígenas nativos resultou numa mistura de identidades e na transformação cultural e social daquele lugar – numa lógica analítica semelhante ao conceito de identidade como "celebração móvel" trabalhada em Stuart Hall. A partir disso, García alinha o conceito ao pensamento caribenho como um todo, reconhecendo–o como móvel, flexível, mergulhado em muitas fontes distintas, mas, acima de tudo, insubordinado à lógica colonial imposta.

Brathwaite (1974) no livro *Contradictory Omens* trabalha, primariamente, com dois conceitos: o de aculturação e o de interculturação. O primeiro se refere ao processo de imposição forçada [*yoking*] de uma cultura dominante sobre outra, causando assim um desequilíbrio, tendo em vista o enfraquecimento dos valores tradicionais e identitários daquela cultura dominada.

O segundo se refere a um processo de diálogo mais equilibrado entre duas culturas, onde há uma interconexão de ambos os elementos identitários, ainda que no começo se estabeleça de maneira forçada. Para o autor, tais conceitos causaram a crioulização no Caribe, formando duas identidades – o crioulo-europeu, que funciona como uma caricatura da metrópole, emulando a vida europeia nas ilhas caribenhas, mas sem o mesmo prestígio; e o crioulo-mulato, afastado das raízes africanas e rechaçado pelos colonos ali instaurados.

É interessante perceber como o trabalho de Sylvia Wynter[25] é referenciado por Brathwaite. A autora jamaicana é referenciada na conclusão da obra com a sua tese de que os crioulos-mulatos ocupariam, na sociedade caribenha, o espaço que antes era das comunidades nativas pré-colonização. A este processo, Wynter se refere como indigenização.

[25] Wynter, Sylvia. "*Novel and History. Plot and Plantation"* In Savacou 5 (June 1971), pp. 95-113

O *choteo*, por sua vez, tem origem na construção intelectual do cubano Jorge Mañach, no sentido de refletir sobre uma forma de resistência, de indisciplina e de insubordinação característica do contexto histórico do início do século XX em Cuba. Mañach (1991), ao criticar a crise da alta cultura em seu país, refere-se a uma forma que não se compreende como humor, nem como irreverência. É uma questão de insubordinação, de desprezo pela hierarquia e pela autoridade. E revela–se, em García (2017) o caráter do colonizado enquanto *choteo*, à medida que se constrói um pensamento descolonial, crítico ao modelo colonizador e, sobretudo, à figura do colono.

Assim como as leituras pós–coloniais sobre a personagem Caliban, ou a interpretação de Sartre sobre o mito grego de Orfeu[26], reimaginado na figura do Negro que viaja ao seu interior em busca de sua essência perdida por conta da colonização e do racismo, os estudos pós–coloniais, independentemente de suas controvérsias e dissoluções internas, são um reflexo da tentativa do subalternizado reinserir–se na construção de uma epistemologia própria, na reivindicação do seu caráter legitimador cujo despojo deu–se pelo processo colonizador.

E o resgate bibliográfico aqui empregado teve como objetivo traduzir estas reivindicações para compreender a construção de uma epistemologia crítica referente à matéria ambiental: a ecologia política crítica da América Latina e do Caribe, fortemente ancorada na ideia de colonialismo climático e ambiental, e na busca por justiça climática, equidade, e, sobretudo, pela priorização de uma outra cosmovisão sobre a relação entre o homem e a natureza.

1.3. ECOLOGIA POLÍTICA CRÍTICA – AS PERSPECTIVAS LATINO–AMERICANAS E CARIBENHAS

No volume 1 do livro *Ecología Política Latinoamericana: Pensamiento crítico, diferencia latino–americana y rearticulación epistémica*, organizado por Héctor Alimonda, Catalina Toro Pérez e Facundo Martín, lançado em 2017 em parceria com a CLACSO, a discussão proposta por Alimonda[27] no capítulo de sua autoria – *En clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamento crítico* – inicia-se com a preocupação acerca da

[26] O Orfeu negro ou *Orphée Noir* é o prefácio escrito por Jean Paul Sartre em 1948 para a coletânea de poesias *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache* organizada por Léopold Sédar Senghor. No poema, o mito grego de Orfeu é reimaginado. Se na obra original, Orfeu viaja ao inferno de Hades em busca de sua amada Eurídice, na interpretação sartriniana, o protagonista cede seu lugar à figura do Negro, que viaja ao inferno (aqui, sendo a dominação colonial e o racismo) em busca de sua amada (aqui, reimaginada como a poesia negra, a sua essência, a sua revolução, a sua identidade). (Porra, Véronique, 2012, p. 3).

[27] Uma primeira versão foi publicada em 2015 na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná com o nome "Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas".

identidade. Em referência às palestras ministradas por Quijano, Alimonda debate sobre a identidade latino–americana e dos variados nomes que a região recebeu ao longo dos anos.

Seja o conceito de América Latina, na perspectiva do projeto do colonialismo francês no México, a Indoamérica de Haya de la Torre, Hispanoamérica ou Iberoamérica, dentre outros, até a recuperação da nomenclatura Kuna, *abya yala*. A problemática aqui, para o autor, não é a taxonomia, mas, sim, o que esses nomes invocam em termos de identidade. Uma discussão semelhante é vista ao olhar especificamente para o Caribe.

Conforme observado na subseção anterior, estes nomes invocam identidades distintas, construções imagéticas diferentes e contrastantes entre si. E muito deste reflexo se dá por conta do processo colonizador, que apagou através da violência, do genocídio, do estupro e da criminalização as culturas que ali viviam, os modos de vida que ali eram comuns. José Aricó fala sobre a América Latina como uma realidade pré–constituída que não o é.

A percebe como um buraco negro, uma construção inacabada. Mariátegui (1988, p. 42) fala da região como um projeto a ser realizado, constituído. Ou, ainda, Acosta (2017) que se refere à *Abya Yala* / Afro / Latino / América, no sentido de demonstrar a complexidade do pensamento crítico latino-americano e a emergência de novas vozes insurgentes.

Esta discussão sobre identidade e pensamento crítico e, sobretudo, pós–colonial – entendido aqui nesta dissertação na perspectiva de crítica ao processo colonizador de matriz econômica, política, cultural e intelectual –, que Alimonda evoca dialoga com a proposta de seu artigo e, por consequência, desta seção: a de entrelaçar os campos do pensamento crítico latino-americano e caribenho ao da linha de pesquisa de Ecologia Política Crítica da região.

Compreende-se, portanto, a indissociabilidade dos dois campos, tendo em vista as aspas de Martínez-Allier ao receber a titulação de Doutor *Honoris Causas* pela Universidade de Córdoba em 2014:

> A ecologia política estuda os conflitos socioambientais. Ao mesmo tempo, o termo designa um amplo movimento social e político pela justiça ambiental que é mais forte na América Latina do que em outros continentes. Esse movimento luta contra as injustiças ambientais em nível local, nacional, regional e global [...] Na América Latina, a ecologia política não é tanto uma especialização universitária dentro dos departamentos de geografia humana ou antropologia social (no estilo de Michael Watts, Raymond Bryant, Paul Robbins) como um terreno de pensamento próprio de relevância internacional, com autores muito ligados ao ativismo ambiental em seus próprios países ou no continente como um todo. (MARTINEZ–ALLIER, 2014)[28]

Alimonda, em conjunto com o grupo de estudo que coordenava no CLACSO, conclui que a ecologia política latino-americana se distancia das escolas estadunidense e francesa, à

[28] Martínez Alier, J. Entre la economía ecológica y la ecología política. *Sin Permiso*, 16 de noviembre, 2014. Disponible en: https://old.sinpermiso.info/articulos/ficheros/10JMAcol.pdf.

medida que reconhece a problemática do colonialismo/da colonialidade, e o modelo de exploração via extrativismo.

Salienta, também, a resistência e as críticas dos movimentos sociais – indígenas, seringueiros, camponeses, ativistas ambientais de modo geral – ao modelo de acumulação perpétua do capitalismo global. Para o autor, o pensamento crítico latino-americano [e caribenho], bem como a ecologia política estudada no contexto regional podem ser compreendidos como vanguardas enraizadas (em referência a Alfredo Bosi), no sentido de estarem em confluência para pensar soluções e alternativas do presente, sem abandonar a tradição e o "ancestral".

Compreendida como um campo interdisciplinar – que contempla geógrafos, antropólogos, sociólogos, filósofos, cientistas políticos, economistas, biólogos, dentre outros intelectuais tanto das ciências humanas quanto das ciências naturais – em constante construção (Delgado, 2013), a ecologia política configura–se como uma disciplina, um campo de investigação, uma linha de pesquisa que se preocupa com as relações de poder socioambientais no mundo moderno. No contexto da América Latina, como salienta Milani (2008), parte do princípio de que os problemas ambientais não afetam a todos de maneira uniforme. Estuda, principalmente, conflitos ecológicos de caráter distributivo, conforme aponta o economista catalão Joan Martínez–Alier (2007).

Castro Herrera (2017) considera que a América – "*del río Bravo a la Patagonia" (*p. 95) – vem constituindo-se como um dos maiores e mais importantes centros de desenvolvimento do novo pensamento ambiental, a partir, principalmente, de três fontes: a tradição do pensamento e da investigação sobre os problemas econômicos e sociais da região desde o século XVIII; a presença de uma intelectualidade ligada ao ambientalismo global; e os movimentos sociais do campo e das periferias urbanas.

Para o autor, isso abre a possibilidade de pensar novas relações entre o homem e a natureza, e, a partir disso, construir outros modelos de sociedade, não atrelados à lógica da acumulação perpétua, mas, sim, pautados no que Leff (2008), economista e sociólogo mexicano, chama de uma "Outra Economia", na perspectiva da construção de uma outra racionalidade produtiva, na qual os motores girem em torno da solidariedade, da reciprocidade, da complementariedade, das harmonias e da relacionalidade.

Nota–se, aqui, a compreensão de que a lógica capitalista ameaça o equilíbrio biológico e estimula não só a destruição da natureza, como, também, configura as relações socioambientais como sendo baseadas na ideia de recursos a serem explorados, ignorando assim as relações outras que povos originários cultivam com os seres humanos e não–humanos.

Em seu artigo *Ecologia Política: Uma perspectiva latino-americana* (2013), que depois viria a compor seu livro *Ecologia Política* (2021), o economista e sociólogo mexicano Enrique Leff discorre sobre a disciplina da Ecologia Política – pensando em sua concepção como tal –, bem como sobre sua aplicação sob uma lente regional a partir da América Latina e do Caribe.

Situa o seu leitor na linha temporal que guia este campo de investigação, desde sua suposta primeira aparição no ano de 1935 no artigo de Frank Thorne, passando por sua relação imbricada com os escritos de Marx e Engels – tendo em vista a referência do conceito às "relações de poder nas interações humano–ambientais, nas estruturas hierárquicas e de classe nos processos de produção e da apropriação social da natureza" (Leff, 2013, p. 327) –, até os anos 1960 e 1970, quando foi instituída de *facto* como disciplina.

O argumento principal que Leff traz, para além da contextualização histórica dos autores neomarxistas como Bookchin, Enzesberger e Gorz – com visões profundamente críticas ao capitalismo e associando a ele a culpa pelo desequilíbrio biológico (Gorz, 2006) – é que, no contexto regional, a ideia de ecologia política é indissociável da busca pela descolonização do conhecimento e pelo resgate dos saberes tradicionais dos povos originários. Para ele, "a crise ambiental é a manifestação de uma crise do saber" (Leff, 2013, p. 348).

Leff defende que a América Latina "é um solo fértil em que a semente do pensamento ambiental está emergindo e florescendo" (p. 346). Para ele, é possível encontrar elementos precursores de um pensamento ambiental latino-americano e caribenho nos escritos sobre Negritude e sobre colonialismo de Césaire[29] e Fanon[30], na construção argumentativa nacionalista de José Martí[31], no marxismo periférico de José Carlos Mariátegui[32], nas "veias abertas" de Galeano[33], na denúncia ao consumismo de Josué de Castro[34].

Para Leff, é justamente no resgate do saber tradicional, do *não ocidental*, nas "ciências nativas" que se encontra a base do pensamento crítico regional e percebe suas contribuições para a disciplina da ecologia política, que, para ele "foi alimentada por uma rica tradição de pesquisa antropológica e etnoecológica" (p. 347).

Há uma convergência com o argumento presente em Alimonda (2015) de compreender a ecologia política latino–americana e caribenha como uma ideia de "vanguarda enraizada", profundamente ligada ao pensamento crítico da região. Martin e Larsimont (2014) também

[29] Césaire, Aimé. *Discours sur le colonialisme, suivi de Discours sur la Négritude.* Paris: Présence Africaine, 2004
[30] Fanon, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
[31] Martí, José; Ureña, Pedro Henríquez. Nuestra América, 1891 [2016]. Santo Domingo: Ediciones Cielonaranja, 2016
[32] Mariátegui, J.C. 7 ensayos de interpretacíon de la realidade peruana. Caracas: El perro y la rana, 2010
[33] Galeano, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre (Rs): L & PM Pocket, 2010.
[34] Castro, Josué de. Geografia da Fome. Ed.Todavia, 1ª ed. 2022

pontuam esta proximidade das duas linhas, argumentando inclusive, ser possível vislumbrar "um encontro entre a tradição do pensamento crítico latino-americano e as vastas experiências e estratégias de resistência dos povos face ao saque e à economia de rapina".

Leff (2013) argumenta, ainda, que a apropriação exploradora da natureza durante o regime colonial bem como a ordem econômica que dita as regras no mundo atual são responsáveis por uma destruição que é acompanhada de exclusão e esquecimento de práticas tradicionais, além da imposição do conhecimento ocidental, a fim de dominar territórios na conquista do terceiro mundo.

A crítica à ideologia do desenvolvimento desenfreado motivado pelo modelo econômico capitalista se faz presente nos estudos pós–extrativistas realizados no âmbito regional. O debate do Pós–Extrativismo se dá tanto pela crítica à exploração predatória da natureza – e a todos os problemas políticos, sociais, ambientais e econômicos que dela decorrem –, quanto pela sustentação do argumento de que "os processos atuais constituem modelos, conceitos e práticas de 'desenvolvimento' que devem ser superados" (Acosta; Brand, 2018, p. 141). Para os intelectuais desta linha, o desenvolvimento não é uma promessa.

Há, na verdade, uma luta pela sobrevivência, com poucos desfrutando do crescimento econômico, enquanto uma grande massa populacional sofre com os impactos da interferência antropocêntrica na natureza. Portanto, defendem a necessidade de superar o conceito e renunciar à "fé inquebrantável na Era Moderna e no progresso, na técnica e no paradigma do crescimento" (Acosta; Brand, 2018).

Isso significa, em outras palavras, que é preciso tanto superar o modo de vida imperial[35] que é comum à ideologia do desenvolvimento dada a sua insustentabilidade em relação aos limites ecológicos, quanto transformar radicalmente o imaginário e as relações de poder.

Conforme aponta a socióloga argentina Maristella Svampa (2021), abordagens críticas à noção hegemônica de desenvolvimento existem na América Latina desde o começo dos anos 1970 com as primeiras discussões do Clube de Roma – um grupo informal formado por estudiosos de vários países no intuito de observar e compreender os componentes políticos, econômicos, sociais e naturais que formam de maneira variada e interdependente o mundo.

Para ela, há três marcos emblemáticos para o pensamento latino-americano: a crítica à sociedade de consumo (ilustrada pelo economista brasileiro Celso Furtado); a crítica pós–desenvolvimentista, que analisa o desenvolvimento como discurso e ferramenta de poder

[35] Brand, Wissen (2021)

(Gustavo Esteva, 1992 [2000]; e Arturo Escobar, 2014); e as perspectivas críticas ao extrativismo a partir do início dos anos 2000, com o processo do consenso das *commodities.*

Sobre este terceiro processo, a autora fala:

> O extrativismo se refere à superexploração e à exportação em larga escala de bens primários da América Latina para economias centrais e emergentes, ao passo que a noção de consenso das commodities sugere que, de modo semelhante ao Consenso de Washington, há um acordo – cada vez mais explícito – sobre a dinâmica irreversível ou irresistível do atual modelo extrativista, que impede a possibilidade de um debate sobre as alternativas aos atuais modelos de desenvolvimento. (Svampa, 2021, p. 68).

Outro ponto de confluência entre o pensamento crítico latino-americano e caribenho e o campo da ecologia política encontra–se no trabalho idealizado por Malcom Ferdinand – em especial, na sua obra *Uma Ecologia Decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho.* Ferdinand, filósofo e cientista político martinicano, utiliza o Caribe como bússola "norteadora"[36] para pensar o mundo, e faz uso da metáfora do navio–mundo, que se configura como o navio negreiro da idade moderna.

Tal qual as embarcações que transportavam os escravos africanos para o dito "Novo Mundo", o navio–mundo teria os países do Norte nas cabines, na superestrutura, tendo melhores condições de lidar com a *Tempestade*[37], enquanto os países mais pobres e, em grande maioria, racializados estão presos aos porões, ao convés inferior, sendo atirados ao mar para facilitar a viagem – esta interpretação em muito dialoga com a linha de investigação do "apartheid climático" que será abordada mais à frente –. Tal interpretação condiz claramente com a noção de conflito distributivo que tanto concerne à escola de Ecologia Política. Ferdinand desenvolve o argumento da *ecologia decolonial*, um enfrentamento ao que ele chama de "dupla fratura colonial/racista e ambiental" da modernidade, entendida por ele como um problema central da crise ecológica.

Segundo Ferdinand (2022), a fratura ambiental decorre da grande partilha da modernidade, ou seja, da oposição que põe a natureza de um lado e a cultura de outro. Essa separação entre seres humanos e seres não–humanos se dá num contexto de hierarquização da vida, e mercantilização da natureza (aqui entendida como recursos naturais a serem explorados e rentabilizados). Argumenta que a ideia de "Antropoceno" – conceito popularizado em 1995 pelo prêmio Nobel de Química, Paul Crutzen, e que indica que a sociedade moderna estaria inserida em uma nova era geológica devido ao ritmo intenso de transformações na biosfera por parte dos homens – atesta as consequências desta dualidade.

[36] Destaca-se aqui o uso irônico da palavra, não por parte de Ferdinand, mas, da autoria desta dissertação.
[37] No texto de Ferdinand (2022), a palavra Tempestade faz tanto referência ao fenômeno da natureza quanto à obra shakespeariana.

Já o que ele chama de fratura colonial se sustenta pela ideologia racista ocidental – "o eurocentrismo religioso, cultural e étnico, bem como seus desejos imperiais de enriquecimento" (p. 26) –, e nela se reflete pelo processo de escravidão dos povos originários, na misoginia e na violência infringidas às mulheres não europeias, em todos os processos de extermínio e destruição que se sucederam das conquistas coloniais. Ferdinand argumenta que a fratura colonial "separa os humanos e os espaços geográficos da Terra entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, entre Brancos e não Brancos, entre cristãos e não cristão, entre senhores e escravos, (...), entre países do Norte e países do Sul" (p. 26).

> A dupla fratura da modernidade designa o muro espesso entre as duas fraturas ambientais e coloniais, a dificuldade real de pensá-las em conjunto e de manter, em compensação uma dupla crítica. Entretanto, tal dificuldade não é vivenciada da mesma maneira por ambas as partes, e esses dois campos não assumem uma responsabilidade igual. Pelo lado ambientalista, a dificuldade provém de um esforço de invisibilização da colonização e da escravidão na genealogia de um pensamento ecológico, que produz, em contrapartida, uma ecologia colonial e, até uma *ecologia da arca de Noé*. Mediante o conceito de Antropoceno, Crutzen e outros prometem uma narrativa da Terra que apague a história colonial, embora seu país de origem, o Reino dos Países Baixos, seja um antigo império colonial e escravocrata que vai do Suriname à Indonésia, passando pela África do Sul e que, hoje em dia, é constituído por seis territórios ultramarinos no Caribe. (Ferdinand, 2022, p. 28).

Sua ecologia decolonial é descrita como "uma ecologia de luta, (...), longe do ambientalismo da arca de Noé, que recusa o mundo e prolonga a dominação dos escravizados; trata–se de questionar as maneiras coloniais de habitar a Terra e de viver junto" (p. 197). O autor a defende como um caminho de libertação, uma saída dos porões do mundo moderno e, sobretudo, do habitar colonial. A proposta de Ferdinand para cuidar da dupla fratura é retornar ao gesto principal da colonização: "o ato de habitar" (p. 47).

Por *habitar colonial*, o politólogo se refere ao modelo peculiar de habitar a Terra imposto pela colonização europeia das Américas, e, a partir dele, desenha uma narrativa comum. Embora seu foco seja direcionado, com mais ênfase, à experiência da colonização francesa, Malcom Ferdinand argumenta, de maneira geral, que o *habitar colonial "*designa uma concepção singular da existência de certos humanos sobre a Terra – os colonizadores –, de suas relações com outros humanos – os não–colonizadores –, assim como de suas maneiras de se reportar à natureza e aos não humanos dessas ilhas" (pp. 48–49).

O *Habitar Colonial*, conforme sustenta Ferdinand (2022, p. 49), contém três princípios estruturais: o geográfico; a exploração das terras e das naturezas das ilhas; e o altericídio. A geografia aqui é tanto literal, pelas coordenadas utilizadas para delimitar os territórios das colônias, quanto no sentido figurativo da geopolítica, tendo em vista que "o habitar colonial é geograficamente subordinado a outro lugar, a outro espaço" (p. 49).

Há uma ligação necessária e obrigatória com a metrópole, que é pensada como o habitar verdadeiro, ou seja, onde há cidadãos dignos de direitos e, sobretudo, de humanidade. Ao segundo princípio, Ferdinand faz referência à incumbência dada por Richelieu[38] aos colonizadores d'Esnabuc e Du Roissey, em 1626, a qual expressa o objetivo de explorar com fins comerciais a terra.

Por fim, o altericídio se expressa pela recusa do habitar colonial de reconhecer o outro – o não–colonizado – como um ser de igual respeito e direitos. Ferdinand novamente traz a referência de Richelieu, pontuando sobre a partilha das Antilhas baseada nas *Linhas de Amizade* entre povos cristãos europeus.

> Trata–se de fazer habitar e povoar essas ilhas "[...] a fim de instruir os habitantes das tais ilhas na religião católica, apostólica e romana [...]". O surgimento do outro não passa de uma corda com a qual esse outro pode ser trazido até um nós conhecido. (...) Mais do que o encobrimento do outro analisado por Enrique Dussel, a colonização nega a alteridade e constitui uma ação de mesmificação, de redução ao Mesmo, fazendo o habitar colonial um habitar–sem–o–outro. (Ferdinand, 2022, p. 51).

Embora o olhar de Malcom Ferdinand esteja mais voltado aos casos da colonização francesa, como a Martinica, por exemplo, a argumentação do autor cabe aqui, por atribuir ao fazer colonial três características principais: a instauração da propriedade privada, a *plantation* e a escravidão. A propriedade privada foi instituída pela concessão de terras a indivíduos da elite que vieram da Europa para ocupar e assentar estes territórios com a missão de desbravar e explorar os recursos. O que antes era um bem comum das comunidades ameríndias, as ilhas passaram a ser fracionadas, o que propiciou sua exploração desenfreada por parte dos colonizadores.

O estabelecimento do *plantation,* por sua vez, além de ser uma maneira de ocupar as terras cultiváveis, serviu para estruturar, também, a ocupação do território como um todo, já que "a localização dos portos, a criação de vias e de estradas de ferro e a construção de paróquias foram pensadas na perspectiva deste habitar colonial" (p. 54). E, por fim, a exploração massiva de seres humanos se deu por meio de um modo de organização hierárquica da produção, que colocava, de um lado, um senhor, e, do outro, um servo.

Charles de Rochefort (1667) sustenta que os povos do Caribe mantinham uma relação matricial com a Terra, enxergando–a como uma boa mãe que lhes fornece o sustento à vida. Da mesma maneira, Beckles (1990 [2006]), Ferdinand (2022) e David Watts (1987) demonstram que os povos ameríndios que viviam migrando pela região buscavam alimentos por via da

[38] Cardeal de Richelieu, "*Commission aux Sieurs d'Esnambuc et du Roissey, capitaines du Roi dans les mers du Ponant, pour établir une colonie française aux Antilles d'Amérique".* 31 out. 1626, In J.-B. Du Tertre, *Histoire Générale des Antilles*, t. I, op. cit., p. 12

agricultura (como o caso dos Aruaques e dos Caraíbas, localizados, respectivamente nas Grandes e nas Pequenas Antilhas, que utilizavam a técnica *conuco*, que consistia na plantação de diversos tubérculos, aproveitando–se assim da fertilidade do solo e evitando a erosão), e da caça, como os Cibonei, típicos de Cuba, São Domingos e Trindade. Tal relação se perderia com o processo de colonização, cujo enfoque estaria na transformação desta forma relacional na ideologia da acumulação, da exploração da natureza – tanto dos seres não humanos, quanto de alguns humanos *coisificados* – e do individualismo.

A esta ruptura, Ferdinand (2022, pp. 58–60) refere-se como os *matricidas da plantation.* Para o martinicano, é impossível desassociar o fazer colonial da lógica misógina. A *plantation* e a exploração intensiva dos recursos naturais inverteram a ordem estabelecida anteriormente: "De Mães Terras nutrizes para os ameríndios, tornaram–se terras a explorar para os colonizadores" (p. 60).

Aqui, Ferdinand sustenta que sai de cena uma venerada mãe – a Terra – e entra em seu lugar um pai – o Deus cristão. O matricídio se expressa no genocídio dos ameríndios e no apagamento de suas práticas, técnicas, crenças, palavras e cosmogonias. O matricídio se expressa na morte destas Terras Mães, que passam a ser incapazes de nutrir seus filhos, que também já não mais estão ali presentes.

Essas ideias dialogam diretamente com os conceitos de justiça climática e ambiental, assim como o conceito de racismo ambiental. Estes tiveram origem nos Estados Unidos, conforme apontam Martínez–Alier (2021) e Bullard (1993). Ali, o termo *environmental justice* surgiu em resposta a protestos e lutas contra o despejo de resíduos tóxicos em comunidades pobres e negras. Em 1991, em Washington, ocorreu a Cúpula de Liderança Ambiental de Pessoas de Cor (*People of Color Environmental Leadership Summit*), um esforço para construir um "movimento nacional e internacional de todos os povos de cor para combater a destruição e a tomada de terras e comunidades.".

Gudynas (2019) explica que na América Latina, o tema alcançou maior visibilidade nos anos mais recentes, principalmente no caso brasileiro – muito por conta da organização da Rede Brasileira de Justiça Ambiental –, que o interpreta como o "tratamento justo e o envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios".

A Rede também reivindica o direito das populações à proteção ambiental equitativa contra a discriminação socio–territorial e à desigualdade ambiental. Destaca–se, também, a preocupação com as garantias sobre a saúde, o combate à contaminação e à degradação ambiental, e, a proposta de uma alteração radical dos padrões de produção e consumo.

O biólogo uruguaio vai além: defende o que chama de "justiça ecológica", na perspectiva do reconhecimento dos valores próprios da Natureza. Numa crítica ao antropocentrismo e à exploração da natureza que a partir dele se produz, Gudynas inspira–se nas cosmovisões das populações indígenas e faz uma defesa de um argumento lido como biocêntrico, no qual reconhece a Natureza como um sujeito de direito, não apenas um bem–comum a ser protegido. Ele defende a ideia não como uma substituição da noção de justiça ambiental, mas como um complemento a ela.

No mesmo sentido de buscar complementos à noção de justiça ambiental, tem se falado nos últimos anos sobre um outro conceito: o de justiça climática. Como apontam Ashe et al (1999) em meados dos anos 1980, já se discutia a questão das mudanças climáticas e os efeitos de seu principal sintoma – o aquecimento global – e a devida preocupação com a temática já se demonstrava aparente. Sendo este um dos principais desafios enfrentados pela humanidade na modernidade, as mudanças climáticas evidenciam a ação antrópica na natureza e o seu impacto negativo na manutenção da biosfera.

Embora as mudanças climáticas sejam compreendidas enquanto um fenômeno global, sendo sentido por todos os seres do planeta – humanos e não–humanos –, independente de fronteiras, é importante ressaltar que os seus impactos e consequências são experimentados de maneiras diferentes.

Há, de maneira insurgente, dois ramos da literatura estrangeira que tem crescido ultimamente no mundo, que muito bebem das fontes dos escritos críticos latino-americanos e afro–caribenhos: a linha de apartheid climático e a do colonialismo climático. Joshua Lang, Jennifer L. Rice e Anthony Levenda (2022), motivados por declarações advindas da própria organização das Nações Unidas[39], definem o apartheid climático como um "sistema emergente de discriminação, segregação e violência baseado em vários eixos de opressão e privilégio (raça, classe, gênero, sexualidade) que é produzido pelos efeitos materiais das mudanças climáticas" (p. 627).

Para eles, este fenômeno coproduz duas populações: aqueles privilegiados pelo clima, cujas riqueza e posições sociais possibilitam o isolamento e o afastamento das maiores ameaças da mudança climática e talvez até mesmo encontrarem formas e maneiras de lucrarem com elas; e aqueles prejudicados pelo clima, cujo status social e falta de acesso a infraestruturas seguras e resilientes podem exacerbar sua vulnerabilidade (p. 627). Ao mesmo tempo, Bhambra e

[39] Eles abrem o texto com a epígrafe da UN News de 2019, que ressalta o perigo de um apartheid climático onde os ricos e as grandes elites poderão pagar para fugir do superaquecimento da Terra, enquanto os mais pobres serão deixados para morrer.

Newell (2023) falam sobre o colonialismo climático e como a concentração de riquezas, em muito motivada pelo processo colonizador, tornou grandes áreas do mundo mais vulneráveis aos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas.

Essas duas linhas de pesquisa em muito dialogam com o objetivo desta dissertação. Ao observarmos os dados disponíveis na plataforma online *Climate Watch*, por exemplo, é possível aferir informações referentes à emissão de gases de efeito estufa das mais variadas regiões do planeta, bem como de países específicos. Esta plataforma utiliza bancos de dados provenientes de institutos de pesquisa de referência em matéria climática, bem como dos relatórios produzidos pela ONU e do IPCC.

Ao avaliar, por exemplo, o bloco de 16 países que se constituem como membros oficiais da Alianças dos Pequenos Países Insulares (*Alliance of Small Island States* – AOSIS) localizados na região do Caribe (Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Trindade e Tobago), no ano de 2021, emitiu–se 109,28 $MtCO_2e$ de gás carbônico. No mesmo período, ao analisar o grupo de 36 países que mais emitiram gás carbônico (China, Estados Unidos, os 27 países–membros da União Europeia, Índia, Rússia, Indonésia, Japão, Brasil, Irã e Coréia do Sul), obtém–se 25481.72 $MtCO_2$, um número aproximadamente 23 vezes maior em comparação com o saldo caribenho.

Em abril de 2020, o Banco Caribenho de Desenvolvimento (*Caribbean Development Bank* – CDB) lançou o *The State of Caribbean Climate Report*, um relatório completo focado em estabelecer um panorama geral do cenário enfrentado pela região em matéria de mudanças climáticas. Baseando–se em dados históricos aferidos entre os anos de 1900 até 2014 e com projeções focadas nas décadas de 20 (2020–2029), 50 (2050–2059) e 90 (2090–2100), o relatório conclui que a tendência é que a crise climática cause severas mudanças ambientais na região, tornando–a mais seca e quente, mais propensa a desastres naturais de escalas elevadas, o aumento severo do nível do mar, queda brusca da qualidade do ar, dentre outros problemas.

Os relatórios da ONU e do IPCC também são categóricos: os pequenos países–ilha em desenvolvimento fazem parte do grupo de países mais afetados e vulnerabilizados pela crise climática, não somente pelo enfrentamento concreto das transformações de ecossistemas, mas, também, pela incapacidade econômica que estes países têm de se adaptarem a uma nova realidade que se estabelece à força, sem pedir licença.

Lideranças políticas do Sul global têm tido um papel fundamental em levar as demandas da região sobre justiça climática e o direito ao desenvolvimento sustentável aos grandes fóruns internacionais, como os eventos das COPs e nas Assembleias Gerais da ONU (AGNU). Um

exemplo disso tem sido os discursos oficiais realizados pela Primeira-Ministra de Barbados, Mia Mottley – estes, inclusive, responsáveis por ter sido premiada como "Campeã da Terra" pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (o PNUMA).

> Então, pergunto a vocês: o que devemos dizer ao nosso povo que vive na linha de frente no Caribe, na África, na América Latina, no Pacífico, quando tanto a ambição quanto, lamentavelmente, alguns dos rostos necessários em Glasgow não estão presentes? Que desculpa devemos dar para o fracasso, nas palavras do ícone caribenho Eddie Grant, "eles vão nos lamentar na linha de frente?". Quando é que nós, como líderes mundiais de todo o mundo, abordaremos as questões urgentes que estão realmente causando angústia e preocupação ao nosso povo, seja em relação ao clima ou às vacinas? Em termos simples, quando os líderes irão liderar? (MOTTLEY, 2022).[40]

1.4. O RETORNO A CALIBAN

O renomado crítico literário Harold Bloom, um profundo defensor do cânone ocidental, escreveu, em 1998, o livro *Shakespeare: The human experience*. Na obra, ele faz uma grande cronologia sobre a produção do autor britânico, e, em dado momento, ele tece críticas às interpretações pós-coloniais sobre *A Tempestade*. Para Bloom, a má-interpretação acerca da temática geral e, sobretudo, das personagens da peça se dá por motivação ideológica. Ele considera que não há nos autores pós-coloniais, nos multiculturalistas, nos marxistas e nas feministas nenhum interesse pela criação artística shakespeariana.

Tais conclusões são resgatadas por Silvio Torres-Saillant no livro *An Intellectual History of the Caribbean* de 2006. Em seu livro, Saillant argumenta que o dilema de Caliban, na verdade, em muito tem a ver com a identidade caribenha, apesar do descrédito dado por Bloom. Argumenta que a inspiração de Shakespeare é nítida à medida que se considera Caliban como um anagrama à palavra canibal. E que esta referência se encontra já nos escritos de Montaigne que, apesar de francês, ao relatar sobre os povos encontrados nas *West Indies*, não empregou ali um olhar de superioridade moral e de valores, comum aos defensores do processo colonizador naquele contexto histórico.

Para além da discussão que se inicia na primeira seção deste capítulo, suscitada pela enumeração das tipologias ideais que a personagem–conceito Caliban evoca nos escritos e nos estudos pós-coloniais (Pereira da Silva, 2024), este capítulo teve como finalidade discutir sobre

[40] Excerto traduzido do discurso oficial de Mia Mottley na COP26 em Glasgow, na Escócia, em 2022. Do original: So, I ask to you, what must we say to our people living on the frontline in the Caribbean, in Africa, Latin America, in the Pacific, when both ambition and regrettably some of the needed faces at Glasgow are not present? What excuse should we give for the failure in the words of that Caribbean icon Eddie Grant, "will they mourn us on the frontline?" When will we, as world leaders across the world, address the pressing issues that are truly causing our people angst and worry, whether it is climate or whether it is vaccines? Simply put, when will leaders lead?

a inter-relação entre o pensamento crítico latino-americano e caribenho e o campo da ecologia política na nossa região.

Assim como Alimonda (2015) menciona, a América – *del río Bravo a la Patagonia* – apresenta-se como um terreno fértil para refletir sobre outras cosmovisões acerca da relação entre o homem e a natureza. É possível citar, sem a ambição de me alongar nesta discussão aqui neste texto, as epistemologias indígenas da região andina, em especial, saberes e práticas como o Bem Viver e o *Sumak Kawsay*, que tem ganhado força na contemporaneidade, sendo, inclusive, incorporado pelas cartas constitucionais no Equador (2008) e na Bolívia (2009).

Acosta e Brand (2018) apontam, também, que em outros países, como o caso do Brasil, tais visões alternativas não emplacaram da mesma maneira, sendo o conceito de justiça ecológica mais bem aceito – ainda que a literatura sobre resistências aos extrativismos esteja em constante crescimento e diversificação.

Ao mesmo tempo, no Peru, Marisol de la Cadena (2015) fala sobre a personitude da natureza, ao falar sobre como a comunidade indígena quíchua, residente dos andes peruanos, lida com essa relação de parentesco com seres não–humanos como as montanhas. No Brasil, também se percebe os esforços de intelectuais indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa na construção de outras cosmovisões acerca desta relação de confluência entre o homem e os seres [e os espíritos] da natureza.

Nesta dissertação, propõe-se analisar o Caribe — com foco na Barbados contemporânea — por meio da interpretação dos discursos oficiais de Mia Mottley à luz do pensamento crítico regional, cuja contribuição é fundamental na busca por alternativas ao modelo de acumulação perpétua promovido pelo capitalismo global.

Seus discursos assertivos apresentam críticas contundentes à inversão de valores que caracteriza a ordem vigente, na qual a solidariedade e a empatia são substituídas pelo individualismo, pelo egoísmo e pela lógica da acumulação incessante. Simultaneamente, Mottley denuncia com firmeza as estruturas neocoloniais mantidas pelas grandes potências centrais e o descaso sistemático com que os pequenos Estados insulares — e outras nações periféricas — são tratados no sistema internacional e nas instituições que o compõem.

A reflexão sobre temas como negritude, feminismo, justiça ambiental, justiça climática e os efeitos persistentes da colonialidade revela-se essencial para uma compreensão abrangente dos pronunciamentos oficiais de Mia Mottley — como será aprofundado no Capítulo 3.

Tendo em mente os elementos supracitados, cabe agora, portanto, contextualizar o nosso estudo de caso, situando Barbados no mapa e apresentando sua Primeira-Ministra.

2. O ARQUIPÉLAGO QUE FALA – O CARIBE EM PERSPECTIVA

Tendo o capítulo anterior explorado o arcabouço teórico e suas raízes coloniais a partir da personagem–conceito Caliban, esta seção mergulha no espaço concreto do Caribe, tentando direcionar o olhar especificamente para o caso de Barbados, conectando seu passado e presente a partir de perspectivas históricas, culturais e políticas.

Dividido em três partes, o capítulo propõe uma análise gradual: inicialmente, examina o passado colonial da ilha e suas heranças sociopolíticas, que moldaram tanto o território quanto as relações humanas entre colonos e colonizados. Em seguida, transita para o presente, aprofundando o debate sobre a região caribenha estar no centro do ciclone colonial e o protagonismo da coalizão dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e sua diplomacia ambiental, posicionando–se como voz ativa em debates climáticos globais.

O capítulo avança, então, para sua última parte: a apresentação de Mia Amor Mottley, Primeira-Ministra barbadiana desde 2018. Mottley é compreendida como uma líder política assertiva graças aos seus discursos combativos, onde pontua a urgência de tomada de ação por parte dos países centrais de assegurar uma reparação aos pequenos países em desenvolvimento pela injustiça climática sob a qual estes estão submetidos. A partir da construção da *agência* em seus discursos, há uma reflexão sobre o lugar que Mottley ocupa no cenário político: uma mulher negra de ideologia marcada, em um mundo resistente à ocupação de espaços de poder por parte das mulheres.

2.1 – *Terra sem Manman*[41] – A Colonização Inglesa e a Sociedade do Açúcar e da Escravidão

> Chuva, chuva, chuva... Minha mãe colocou a cabeça pela janela para avisar ao vizinho que eu tinha nove anos (...). Era minha nona celebração do presente da vida, minha nona celebração da consistente falta de uma ocasião de celebração. (Lamming, George. 1953, p. 1).

Com 34 km de comprimento e 23 km de largura, Barbados está localizado na parte ocidental do Atlântico Norte, na região das Pequenas Antilhas das índias Ocidentais. Como afirma o historiador barbadiano Hilary Beckles (1990 [2006], p. XV), os colonos britânicos celebraram ali o modelo econômico mais bem sucedido do Atlântico: o do açúcar e da escravidão.

[41] "Manman" é "Mamãe" em creole. Faz referência à subseção de mesmo nome na obra de Malcom Ferdinand (2022), *Uma Ecologia Decolonial – Pensar a partir do mundo caribenho.*

Foi em Barbados que, pela primeira vez, os colonizadores tiveram êxito enquanto donos de escravos. Tal modelo gerou consequências e guarda reflexos que, até hoje, impactam a vida e a sociedade barbadiana, conforme será aprofundado nesta seção.

Em *A History of Barbados: From Amerindian Settlement to Nation–State*, originalmente publicada na década de 1990 e reeditada em 2006, Beckles traça uma narrativa sobre a trajetória histórica de Barbados, desde os primeiros assentamentos ameríndios, que datam de antes da era cristã, até sua consolidação como colônia britânica no século XVII, centrada na exploração agrícola, no tráfico negreiro e na escravização de africanos. O autor argumenta que a presença de numerosos assentamentos pré–históricos no território barbadianos se explica por sua posição estratégica, favorecida também pela topografia da ilha e pela abundância de terras férteis propícias à atividade agrícola.

Segundo Beckles, Barbados representou um dos cenários menos conflituosos para a colonização europeia, uma vez que não houve resistência armada significativa por parte das populações indígenas, nem disputas territoriais entre potências coloniais rivais. Isso, contudo, não implica que a ilha estivesse desabitada, uma vez que, até meados do século XVI, os indígenas Kalinagos que ali viviam foram perseguidos e massacrados pelos espanhóis, levando os sobreviventes a migrarem para outras ilhas do Caribe, conforme apontam evidências arqueológicas (Beckles, 1990 [2006], p. 8).

Embora não haja nenhum registro de Colombo sobre ter passado pela ilha, alguns portugueses e espanhóis chegaram a aportar suas navegações ali. Porém, em 1625, os marinheiros ingleses sob o comando do capitão John Powell foram os primeiros a tomar posse daquele território, em nome do Rei James I, e dois anos depois, em 1627, os colonizadores europeus chegaram para estabelecer o assentamento.

Beckles (1990 [2006], p. 9) afirma que esta segunda embarcação havia sido comandada pelo irmão de Powell, Henry, e fora financiada por dois irmãos mercantes da Inglaterra, Sir Peter e Sir William Courteen. William teria sido o primeiro proprietário da ilha, e sua colônia seria focada em gerar lucros à sua companhia, tanto que os outros colonos que ali haviam chegado eram seus funcionários, e não donos de terra.

No entanto, esse status de colônia rapidamente mudaria, com a rivalidade política estabelecida entre dois condes: James Hay, o primeiro conde de Carlisle; e o conde de Pembroke. Ambos haviam recebido patentes reais de propriedade da ilha, e Hay começou a administrar politicamente Barbados, tentando estabelecer a prevalência de seu título. Tendo o apoio reforçado de uma nova patente e de um grupo mercante londrino, Carlisle cedeu direitos administrativos a seus aliados, que rapidamente enviaram à ilha seu agente, Charles

Wolverston, que em pouco tempo conseguiu reunir uma gama de aliados políticos, inclusive os ligados a Powell Jr., e tornou–se Governador no ano de 1628.

A crise política envolvendo a legitimidade territorial da ilha só seria amenizada em 1630, com a chegada de Henry Hawley ao cargo de Governador. Antes dele, houve a deposição de dois governadores, onde um foi deportado e o outro, demitido e executado por traição. A mando do Conde de Carlisle, Hawley fora instruído a mudar o sistema de posse de terras, emitindo terras para colonos confiáveis em troca de uma renda de 40 libras em peso de tabaco por ano. Cada fazendeiro também deveria fornecer seu próprio capital e trabalho, além de seguir uma política agrícola independente.

Essas medidas foram responsáveis, portanto, para o desenvolvimento, no início da década de 1630, de uma sociedade dominada por uma pequena elite de proprietários de terras, tendo em vista a dificuldade enfrentada pelos colonos sem acesso a grandes quantidades de capital de se tornarem proprietários significantes, enquanto a elite se acalmava e começava a encontrar meios institucionais de obter mais controle sobre decisões políticas e econômicas.

A patente real concedida ao Conde de Carlisle não determinava como as instituições políticas da ilha deviam ser organizadas, porém, indicavam que quaisquer leis que ele propusesse deveriam ser aprovadas por consulta pública dos proprietários livres. Somente em casos de urgência que a consulta seria dispensável.

Esta medida visava garantir aos colonos uma relativa participação política. Porém, como Beckles (1990 [2006]) aponta, o que caracterizava uma determinada situação como urgente ou não era a arbitrariedade do Proprietário de estabelecer seus objetivos e interesses políticos. Os Governadores, por sua vez, detinham poderes semelhantes ao do Proprietário, e somente homens brancos da elite agrária tinham direitos de ocuparem o cargo, enquanto servos, negros e índios não possuíam nenhuma capacidade legislativa e tampouco direitos civis.

A busca por uma maior participação e representação política por parte dos homens brancos intensificou–se em 1636, e foi parcialmente atendida, três anos depois, em 1639, com o decreto do então Governador, Henry Hawley, que propunha uma eleição de burgueses para a formação de uma Assembleia Geral com dois representantes de cada paróquia, e permitindo que apenas fazendeiros proprietários de terras com mais de dez acres pudessem ser contemplados. Embora sem possuir caráter constitucional – era somente uma consulta um pouco mais formalizada –, foi na gestão de Philip Bell, em 1641, que a Assembleia ganhou mais poder – muito em função da Guerra Civil na Inglaterra.

Entre os anos 1640 e no início dos anos 1650, Barbados tornou–se “mais lucrativa que todas as outras colônias inglesas juntas” (Beckles, 1990 [2006], p. 28). Tendo superado as crises

do tabaco e do algodão, a indústria do açúcar começou a florescer e a despertar o interesse de muitos olhares. Beckles (1984, p. 9) demonstra que, em 1629, o grupo de William Courteen investiu £10.000 para preparar a colônia para o plantio de tabaco.

Entre 1629 e 1634, este era o cultivo de maior domínio na ilha, sendo posteriormente substituído pelo índigo e pelo algodão após a queda de seu preço no mercado de Londres. O mesmo aconteceu com as novas culturas no começo dos anos de 1640, e então, o açúcar começou a ser explorado. Favorecida pela crise do mercado brasileiro, que então respondia por 80% do açúcar que chegava à Europa, a pequena ilha caribenha assumiu o protagonismo e dominou a indústria açucareira na região naquele período.

A elite agrária detinha mais da metade das terras aráveis e de melhor qualidade da ilha, situadas nas áreas mais elevadas e acima do nível do mar. Esse fator reverbera até os dias atuais, uma vez que a concentração fundiária resultou na marginalização da população negra e pobre – em sua maioria descendente de ex–escravos –, que ocupa, predominantemente, terras de menor qualidade e mais próximas ao nível do mar (Cumberbatch et al, 2017).

É interessante observar que, no início da colonização, a principal força de trabalho em Barbados era composta por ingleses brancos em condição de servidão. A aquisição de africanos escravizados era inicialmente muito cara para os colonos e só se popularizou a partir de meados da década de 1630, em razão da proclamação assinada por Hawley, que oficializava como escravo por tempo indeterminado todo africano ou indígena que pisasse no território barbadiano.

Beckles (1984, p.10) argumenta que, apesar da escassez de dados precisos sobre os primeiros anos do assentamento colonial em Barbados, é possível inferir que a obtenção de escravizados na ilha ocorreu quase de maneira acidental. Ele escreve:

> O capitão Henry Powell, que implementou localmente o programa inicial de colonização, obteve, em algum momento entre o Suriname e Barbados, em 1627, dez africanos que foram os primeiros a chegar à ilha. No ano seguinte, Henry Winthrop, um dos primeiros colonos a se dedicar ao cultivo do tabaco sob a égide da Propriedade dos Courteen, observou que havia na ilha alguns "negros escravizados". Os negros, portanto, estavam entre o primeiro grupo de não ameríndios a habitar Barbados, e a cultura sociopolítica da resistência negra à dominação branca remonta aos primórdios da colonização.
>
> Nos primeiros anos da colonização, os negros permaneceram uma minoria racial muito pequena em Barbados. A estrutura econômica da colônia foi construída com base na mão de obra de milhares de servos brancos recrutados da Grã–Bretanha sob o sistema de servidão contratual (*indenture*). Ao longo da década de 1630, a população negra não ultrapassava 800 indivíduos. A mão de obra dos servos brancos era mais barata, e a maioria dos plantadores envolvidos na produção de tabaco, algodão e índigo não adquiria negros escravizados. (Beckles, 1984, p. 10)[42]

[42] Tradução do original em inglês: Captain Henry Powell, who implemented the initial colonization programme locally, had obtained at some point between Suriname and Barbados in 1627, 10 Africans who were the first to arrive on the island. The following year, Henry Winthrop, one of the first colonists to engage in tobacco cultivation

No entanto, ainda que os servos tivessem mais direitos que os escravos, muitas vezes eram submetidos às torturas e violações desses próprios direitos, já que a elite agrária estava à frente das instituições políticas e judiciárias e mantinham seus privilégios, vilipendiando assim quaisquer tipos de reivindicações ou denúncias. Não obstante, houve rebeliões tanto dos negros africanos[43] quanto dos servos brancos, sendo ambas duramente reprimidas pelos colonos.

Eric Williams (1944) argumenta que a escravização de africanos se tornou mais rentável no Caribe, o que pode ser evidenciado pelos números apresentados em Barbados. A produção de tabaco era realizada, em grande parte, em pequenas propriedades que utilizavam servos como mão de obra. Em 1645, segundo Williams, Barbados contava com 11.200 pequenos fazendeiros brancos e 5.680 negros escravizados.

Vinte e dois anos depois, o cenário mudou drasticamente: havia 745 grandes proprietários de plantations e 82.023 escravizados (Eric Williams, 1944, p. 17). O aumento substancial da população escravizada a partir da década de 1660 pode ser explicado, como aponta David Eltis (1999, p. 152), pela queda significativa dos preços dos escravizados em comparação aos custos da aquisição de servos. Esse processo foi impulsionado pela lei anti-imigração na Inglaterra, que buscava conter a redução do contingente populacional no país e chegou a julgar indivíduos acusados de sequestrar servos para enviá-los às colônias.

Para Williams (1944), a questão da escravidão no Caribe se explica não pelo argumento climático[44], mas sim pela rentabilidade do açúcar, que exigia que sua produção fosse feita em larga escala, em grandes plantações e por uma mão de obra de grandes contingentes e, de preferência, que não gerasse tantos gastos. Como o autor argumenta, os pequenos fazendeiros não poderiam se manter em dado contexto, e perderam espaço para o latifúndio monocultor açucareiro.

---

under Courteen Proprietorship, noted that on the island were a few 'slave negeres'. Black people, therefore, were among the first party of non-Amerindians to inhabit Barbados, and the socio-political culture of black resistance to white domination dates to the very beginining of colonisation. Between, blacks remained a very small racial minority in Barbados. The colony's economic structure was built upon the labour of thousands of white servants recruited from Brittain under the system of indenture. Throughout the 1630s the number of blacks did not exceed eight hundred. White servant labour was cheaper, and most planters involved in the production of tobacco, cottom and indigo did not purchase blacks.

[43] Beckles (1985, 1990) aprofunda mais o debate das rebeliões, e aborda como outras ilhas próximas a Barbados serviram de refúgio para os escravos e para os servos que fugiam do regime colonial ali instaurado. A principal comunidade indígena das Pequenas Antilhas, os Kalinagos, compreendiam sua população no território de São Vicente e as Granadinas, Santa Lúcia, Trindade e Tobago e Dominica, e foram o grupo étnico que mais ofereceu resistência armada aos colonos ingleses e franceses ali assentados. Eles aglutinaram, primeiro a contragosto e depois por necessidade os negros africanos que fugiam do regime de escravidão em Barbados.

[44] A argumentação vigente, por muito tempo, para a origem da escravidão do negro africano é a teoria climática, que infere que os escravizados teriam melhor resistência ao clima árduo do Caribe e dos Estados Unidos, e, portanto, aguentariam mais o trabalho nas produções de açúcar nas ilhas, e de algodão e tabaco no grande continente. Um exemplo desta interpretação pode ser encontrado na obra de Vincent Todd Harlow, em sua *A History of Barbados, 1625-1685* (1928).

Legislações foram criadas na ilha para regular o comportamento social dos escravos, bem como policiar suas movimentações cotidianas. O primeiro grande código legislativo constitucionalmente estipulado – Beckles (1984, p.21) comenta sobre referências pré–1660 – foi o *Act for the better ordering and governing of Negroes* [Ato para o melhor ordenamento e gestão dos Negros], criado em 1661.

Apesar de, na teoria, funcionar como um código de lei que protegeria os escravos de maus–tratos, na prática, o Ato protegia os seus donos, dando garantias legislativas para que pudessem agir da maneira que julgassem melhor, desde que fosse em defesa de suas propriedades. Além disso, atribuía aos negros escravizados adjetivos como "bárbaros, selvagens e perigosos" (p. 22). Ele sofreu algumas modificações em 1676, 1682 e 1688.

Os dados apresentados por Beckles (1984, 1990 [2006]) e Williams (1944) indicam que o número de negros escravizados em Barbados superava, de longe, o de brancos. O contingente populacional escravizado era tão expressivo que os colonos brancos passaram a temer revoltas e, para evitar levantes generalizados, recorreram a diversas estratégias, desde mudanças na arquitetura dos latifúndios (Beckles, 1984, p. 26) até a formação de milícias.

Essas milícias tinham a função de patrulhar comunidades negras para dispersar aglomerações, perseguir escravizados e servos fugitivos e, principalmente, confiscar armas. Além disso, monitoravam as atividades culturais dos escravizados, restringindo eventos como mercados, funerais e celebrações. Nos anos de 1650, 1651 e 1656, o Conselho Legislativo e a Assembleia de Barbados formalizaram a estrutura militar dessas milícias, compostas por homens brancos adultos, incluindo alguns servos.

Entretanto, a principal estratégia utilizada pelos colonos foi a política de "dividir para conquistar". O objetivo era explorar a diversidade cultural dos escravizados em benefício dos interesses coloniais, misturando grupos de diferentes origens e línguas para dificultar a formação de alianças e resistência organizada. Porém, como apontam diversos estudiosos, esses esforços foram, em grande parte, ineficazes.

> A variedade de atividades rebeldes empregadas por esses escravizados sugere que eles foram capazes de superar algumas de suas divisões étnicas tradicionais. A cultura social fronteiriça da Barbados do século XVII, portanto, permitiu que tanto negros quanto brancos alcançassem algum grau de unidade racial. As evidências disponíveis indicam que, nos pequenos grupos de fugitivos existentes e na organização de revoltas, escravizados de diversos grupos étnicos estavam envolvidos, embora um grupo específico tendesse a se destacar nos níveis de liderança. (...) A principal razão para a incapacidade dos negros de derrotar os brancos na colônia reside, portanto, em outros aspectos dos eficazes sistemas internos de defesa estabelecidos pelos proprietários de terras. (Beckles, 1984, p. 30)[45].

[45] Tradução do original em inglês: The range of rebellious activities employed by these slaves suggest that they were able to overcome some of their traditional ethnic divisions. The frontier social culture of seventeenth-century

Conforme Beckles (1984, p.25), a resistência negro-africana à opressão causada pela escravidão, em Barbados, assumiu características particulares. A resistência era "caracterizada por um pequeno número de rebeliões abortadas, tentativas contínuas de aquilombamento, atos socioeconômicos pontuais de oposição aos senhores de engenho no dia a dia, mas nenhuma revolta de fato.".

Segundo o historiador, variava desde ações políticas coletivas estruturadas até comportamentos como os suicídios cometidos por escravizados e os abortos intencionais praticados por mulheres escravizadas. Em um estudo de caso sobre a marronagem nas Antilhas Caribenhas, a arqueóloga–historiadora Theresa Singleton (2020) argumenta que as pequenas dimensões territoriais da ilha, somadas ao intenso desmatamento resultante da expansão da indústria sucroalcooleira, dificultaram a formação de quilombos duradouros.

> Os escravizados continuaram a fugir, mas, com o desmatamento da floresta, encontraram outros locais para se refugiar, incluindo cavernas espalhadas pela ilha, valas e ravinas. Alguns fugitivos foram para as cidades, onde assumiram identidades de negros livres até que suas verdadeiras identidades como escravos fugitivos fossem reveladas, o que os sujeitava à recaptura e a punições severas. Outros quilombolas escaparam da ilha por barco – uma prática amplamente difundida no Caribe conhecida como "marronagem marítima".
>
> A frequência da marronagem marítima pode explicar por que poucos assentamentos quilombolas foram identificados em ilhas onde havia relatos de grande número de fugitivos. No século XVII, os escravizados que fugiam de Barbados provavelmente iam para São Vicente, que ficava cerca de 150km da ilha e ainda não havia sido colonizado; a ilha permaneceu sem plantações até o século XVIII. Fugitivos africanos de Barbados e de outras ilhas se casaram com os povos indígenas de São Vicente, formando o grupo conhecido como Caribes Negros ou Garifuna. (Singleton, 2020, pp. 3–4)[46].

A abolição legal do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas em Barbados ocorreu em 1807, mas isso não significou, de imediato, o fim da escravidão. Diferentemente de outras ilhas caribenhas, a economia de Barbados estava profundamente enraizada na monocultura da

---

Barbados, therefore, allowed both the blacks and the whites to achieve some form of racial unity. The limited evidence shows that in the small runaway bands which existed, and in the organisation of revolts, slaves of most ethnic groups were involved, though one group tended to appear dominant at the level of leadership. (...) The primary reason for the inabiity of blacks to defeat whites in the colony lies, therefore, in other aspects of the effective systems of internal defence established by the planters.

[46] Tradução do original em inglês: Slaves continued to run away, but with the clearing of the forest, they found other places to seek refuge, including caves scattered about the island, ditches, and ravines. Some runaways headed to town where they assumed the identities of "Free Blacks," until their former identities as slave runaways were revealed, which subjected them to recapture and severe punishment. Other maroons escaped the island by boat – a widespread practice in the Caribbean referred as "maritime marronage." The frequency of maritime marronage may explain why few maroon sites have been identified on islands where large numbers of slave runaways were reported. In the seventeenth century, slave runaways who fled Barbados most likely went to St. Vincent, which was about 150 km from Barbados and not yet colonized; it remained unplanted until the eighteenth century. African runaways from Barbados and other islands intermarried the indigenous people of St. Vincent and became known as the Black Carib or the Garifuna.

cana–de–açúcar, sendo a primeira colônia inglesa na região a produzir a commodity em larga escala e a obter lucros substanciais com essa atividade.

Os latifundiários, confiantes no controle sobre a população escravizada, enfrentaram algumas rebeliões ao longo do século XVIII, mas essas manifestações foram predominantemente simbólicas, em vez de movimentos armados organizados. No entanto, a Rebelião de Bussa[47] em 1816, representou uma exceção à essa dinâmica.

Outro fator distintivo do sistema escravocrata em Barbados foi a preferência dos colonos por negros *crioulos*, ou seja, nascidos em território barbadiano, em detrimento da aquisição de africanos recém–traficados – essa prática era economicamente vantajosa, pois a reprodução da população escravizada tornava–se uma fonte de mão de obra mais barata e previsível. Como Beckles (1996, p.103–104) afirma, houve, inclusive, um incentivo pró–natalidade por parte dos donos de escravos, no objetivo de estimular que as escravas engravidassem. Tais incentivos consistiam na redução da carga de trabalho e melhor alimentação, além de cuidar da saúde das mulheres grávidas e retardar suas voltas ao trabalho, para garantir a saúde do bebê no puerpério.

Para além do argumento econômico, alguns colonos participaram ativamente da campanha abolicionista por medo que insuflar o mercado barbadiano de escravos africanos poderia resultar em rebeliões violentas, já que acreditavam que as vítimas do tráfico negreiro poderiam revoltar–se mais facilmente que aqueles nascidos ali. Por outro lado, a campanha abolicionista enfrentava um forte conservadorismo por parte da elite agrária da ilha.

Somente em 1823 que algumas medidas mais significativas foram tomadas, graças à argumentação de que sociedades escravocratas eram incompatíveis com os princípios cristãos. As medidas consistiam na revogação da punição por chicote, principalmente às mulheres escravizadas; a possibilidade dos escravos de adquirirem propriedades; permissão de compra de alforria; e a proibição do ato de separar famílias nas vendas de escravos por parte de seus donos. Antes de ser oficializada, a emancipação dos escravos abarcaria somente aqueles abaixo dos 6 anos, com todos os outros passando por um período de doze anos de "aprendizagem", para que os seus donos pudessem se preparar para quaisquer mudanças socioeconômicas. E, por proclamação do Governador John Murray MacGregor, no ano de 1838, ela contemplou a todos.

[47] A Rebelião de Bussa foi considerada a maior rebelião armada por parte dos escravos contra a legislação barbadiana comandada pela elite agrária colonizadora, que impediu que os escravos das índias Ocidentais fossem registrados. Talvez pela compreensão de que isto significaria um passo à frente no processo de emancipação e que a agenda institucional estava tentando barrá-la, os escravos se rebelaram. Atualmente, Bussa é uma figura heroica em Barbados, celebrado como um ícone antiescravidão e anticolonial. Em 1998, o Parlamento de Barbados o incluiu na lista de heróis nacionais.

Apesar da emancipação, as condições de vida da população negra libertada permaneceram extremamente precárias. A elite agrária manteve–se ativa na restrição de direitos e na imposição de normas sociais destinadas a disciplinar a força de trabalho negra. O acesso à educação e à saúde foi severamente restringido para os negros, enquanto subsídios financeiros eram direcionados às comunidades brancas. As instituições educacionais impunham barreiras ao ingresso de estudantes não brancos, e os discursos dominantes enfatizavam a necessidade de doutrinar a juventude negra dentro dos princípios cristãos, de modo a promover uma mão de obra "disciplinada e submissa" (Beckles, 1996, p. 141).

> As restrições impostas às reformas na educação para negros libertos refletiam aquelas encontradas em outras áreas. Primeiro, os plantadores não aceitaram a decisão imperial de que a educação secular básica para os negros deveria ser um pré–requisito para a liberdade. Em vez disso, mantiveram a concepção tradicional de que a educação criaria entre os negros certas expectativas irreais e, consequentemente, reduziria sua disposição para serem trabalhadores produtivos. Segundo, argumentavam que a instrução educacional tornaria mais difícil para os negros aceitarem seu status social subordinado. O fato de os líderes da rebelião de 1816 serem descritos como alfabetizados parece ter reforçado essa visão entre os plantadores. (Beckles, 1996, p. 140)[48].

A precariedade das condições sanitárias e de saúde pública em Barbados tornou–se evidente com a eclosão de uma epidemia de cólera que vitimou mais de 20.000 pessoas, independentemente da cor ou classe social. Na década de 1850, Bridgetown foi reconhecida como a cidade com o pior saneamento básico das Índias Ocidentais. Somente após a implementação do Ato de Saúde Pública, em 1876, avanços mais significativos foram feitos no sentido de melhorar as condições sanitárias da ilha.

Nesse contexto, Samuel Jackson Prescod emergiu como uma das principais lideranças políticas na luta pelos direitos dos ex-escravos. Filho de uma mulher negra livre e de um fazendeiro branco, Prescod editou o jornal *The Liberal* e defendeu posições consideradas radicais para a época. Em 1843, com o apoio de trabalhadores negros, miscigenados e brancos pobres, tornou–se o primeiro homem de ascendência africana a ocupar uma cadeira na Assembleia. Até sua morte, em 1871, Prescod permaneceu uma figura central na luta por igualdade.

Mesmo com esses avanços políticos, as tensões sociais continuaram a crescer. Como argumenta Beckles (1990 [2006]), ao longo do século XIX, Barbados foi palco de sucessivas

[48] Tradução do original em inglês: Constraints imposed upon reforms in education for freed blacks were illustrative of those found in other areas. First, planters did not accept the imperial ruling that basic secular education for blacks should be a prerequisite for freedom. Rather, they held to the traditional concept that education would create among blacks certain unrealistic expectations and therefore reduce their willingness to be productive workers. Second, they argued that educational instruction would make it more difficult for blacks to accept their subordinate social status. That the leaders of the 1816 rebellion were described as literate seems to have hardened this view among the planters.

manifestações e protestos contra a desigualdade e a repressão imposta pela elite agrária. Em 1876, essas tensões culminaram na chamada Guerra do General Green, um conflito armado que marcou a história da ilha e evidenciou a persistência da luta da população negra por justiça e direitos.

> A Guerra do General Green, em Barbados, em 1876, foi uma rebelião organizada pelos irmãos Dottin, que lideraram cerca de 1.000 trabalhadores agrupados em dez regimentos de 100 pessoas, segundo a historiadora Alana Johnson. Essas unidades deslocavam–se pelas propriedades carregando uma bandeira vermelha, saqueando terrenos de abastecimento das plantações para assegurar alimentos para a população, destruindo bens dos empregadores e ameaçando aqueles conhecidos por abusos contra os negros. Eles efetivamente controlavam grandes áreas da ilha, espalhando medo entre os proprietários da Casa Grande. Os irmãos Dottin seguiam as instruções de um comando central, composto por indivíduos reconhecidos como seus líderes. (Beckles, 1996, p. 176)[49]

Embora duramente reprimido, o movimento acendeu o espírito revolucionário na ilha, incentivando assim a busca por melhores condições de vida – que haviam sido primariamente prometidas com a emancipação no final da década de 1830, embora tenham sido promessas vazias.

Em 1919, foi criado o Sindicato Trabalhista de Barbados que, em conjunto com outras formas de organização socioeconômica e, sobretudo, política como as *friendly societies* e os *landships* – respostas da classe trabalhadora negra de Barbados à exploração e marginalização econômica, oferecendo uma estrutura de apoio e resistência dentro de um contexto de limitações legislativas e sociais (Beckles, 1990 [2006]) –, forneceu todos os pré–requisitos para a organização de um movimento político mais radical. Augustus Rawle Parkison, importante educador de Barbados, foi um dos pioneiros na agitação da classe trabalhadora a construir um movimento político organizado em prol de direitos sociais.

A influência de Marcus Garvey e as atuações de Clennell Wickham e de Clement Innis – em especial por meio da criação do jornal semanal *Barbadian Herald* – foram fundamentais, para o fortalecimento destas articulações, mas foi através do trabalho de Charles Duncan O'Neal que se estabeleceu o primeiro partido político formal em Barbados – a *Democratic League*.

Nascido em Barbados, O'Neal foi estudar medicina na Universidade de Edimburgo, na Escócia. Durante sua estadia na Europa, entrou em contato com estudiosos ligados ao

[49] Tradução do original em inglês: The rebellion, according to historian Alana Johnson, was organised on the ground by the Dottin brothers, who were in command of 1,000 labourers grouped into ten regiments of one hundred. These units went from estate to estate waving a red flag, securing food for the people by raiding plantation provision grounds, destroying the property of their employers and threatening to murder those with a known record of abusive relations to blacks. They were in effective control of large sections of the island and drove fear into the souls of the Great House folks. The Dottin brothers took instructions from a central command, individuals whom they recognised as their leaders.

Socialismo Fabiano[50] britânico e, ao retornar para Barbados, decidiu construir um Fórum Socialista preocupado com as demandas da classe operária e da comunidade negra. Como médico, atuou na Inglaterra e em Trindade e Tobago, e as altas taxas de mortalidade infantil nas comunidades negras tanto em Trindade quanto em Barbados o chamaram a atenção.

No ano de 1924, fundou a *Democratic League,* baseando–se muito na influência política do Capitão Cipriani[51], líder político trinitário–tobagense, e no nacionalismo negro de Garvey.

A *Democratic League,* no entanto, enfrentaria não só a oposição da elite agrária, representada, principalmente, pelo jovem advogado, Grantley Adams – crítico ferrenho aos ideais de O'Neal, que rapidamente conquistou uma cadeira na Assembleia de Bridgetown –, mas, também a morte de seu principal idealizador em 1936. Porém, mesmo com seu fim, os ideais não se perderam, pelo contrário. A massa da classe operária, ainda descrente da figura de Adams – que, com o passar do tempo, foi perdendo o tom conservador e começou a trabalhar em prol dos operários negros –, viu em Clement Payne e em seu movimento, uma saída mais radical à esquerda.

A grande greve de 1937, liderada por Payne — ativista nascido em Trindade e Tobago, filho de pais barbadianos —, representou um marco na movimentação política de esquerda no país. O movimento enfrentou forte oposição de Ernst Mottley[52], um influente agente imobiliário ligado ao setor agrário, que mais tarde integraria o *Barbados National Party*, um partido conservador alinhado aos interesses da elite.

Segundo Beckles (1996, p. 236), Mottley fazia parte de um grupo de negros da classe média alta que rejeitava a influência dos movimentos pan-africanistas, considerando–os "ataques racistas ao elemento cultural europeu estabelecido pela colonização" (p. 236). Sua oposição ao movimento de Payne e ao grevismo também se fundamentava na percepção de que esses grupos estavam alinhados ao comunismo.

Payne foi levado a julgamento, acusado de falsamente declarar–se barbadiano. Foi condenado, mas entrou com recursos e recebeu apoio de Grantley Adams – que ainda não o considerava apto para liderar o movimento trabalhista de Barbados – sob a argumentação de que a justiça da ilha estaria agindo com má fé para conquistar uma vitória anti-trabalhista. O

[50] O socialismo Fabiano advém da Sociedade Fabiana, organização socialista britânica cujo propósito consiste na promoção dos princípios da social-democracia e do socialismo democrático através do reformismo e não da revolução.

[51] Arthur Andrew Cipriani foi um líder trabalhista e político trinitário-tobagense e um dos fundadores do *Trinidad Labour Party*

[52] Apesar de ser alinhado ao conservadorismo e à elite agrária de Barbados, é avô de Mia Mottley, atual Primeira-Ministra do país, que se declara de esquerda e cuja trajetória política foi toda construída no *Barbados Labour Party (*BLP).

resultado do julgamento culminou na eventual deportação de Payne, o que gerou uma intensa revolta da massa de trabalhadores que enxergava nele uma liderança.

> Armados com pedras, garrafas, paus e instrumentos semelhantes, os trabalhadores começaram seu ataque ao coração do poder da classe dominante — o distrito comercial da cidade. Eles quebraram fachadas de escritórios e vitrines de lojas e viraram carros na Broad Street; atacaram os funcionários "encalhados" no Escritório da Mutual de Barbados e ameaçaram incendiar o prédio. Antes de fazer isso, foram atacados por um destacamento da polícia, que disparou tiros de festim de seus rifles. Propriedades também foram danificadas na Bay Street e na Probyn Street, a maioria antes que os rebeldes atravessassem a Chamberlain Bridge a partir da área da Golden Square e se movessem pela Trafalgar Square em direção à Broad Street. (Beckles, 1996, p. 238)[53].

Beckles (1990 [2006]) descreve que alguns nomes ligados à *Democratic League* de O'Neal fundaram a *Progressive League* pouco tempo depois da deportação de Payne, e, a partir dela, tentaram cooptar a massa trabalhista que havia ficado sem rumo. Em 1944, no entanto, a liga mudou de nome, passando a se chamar *Barbados Labour Party* (BLP), ou, como passariam a ser conhecidos, os "*Bees"*.

Onze anos depois, em 1955, 29 dissidentes do BLP, dentre eles, Errol Barrow, deixaram o partido e fundaram seu opositor, o *Democratic Labour Party* (DLP). Estes passariam a ser conhecidos como os "*Dems"*. A dissidência foi justificada pela necessidade que Barrow e seus aliados viram de buscar uma alternativa mais à esquerda. Barrow assumiu o governo e, em 1966, negociou a independência de Barbados, tornando–se Primeiro–Ministro, enquanto a Rainha Elizabeth II mantinha o status de Rainha de Barbados.

A transição funcionou de maneira gradual, tanto pela rejeição, a princípio, da população por ideais republicanos e, também, pela indicação do último Governador Imperial para o cargo de Governador–Geral do novo Estado Livre de Barbados. A partir da vitória do DLP em 1966, se estabeleceu, no país, uma cultura bipartidária, com o BLP e o DLP à frente das disputas. O primeiro, se enquadra mais em uma perspectiva social-democrata de centro-esquerda – e tem a atual Primeira-Ministra, Mia Amor Mottley, como líder principal; já o segundo, embora também se apresente como um partido de centro–esquerda, tem assumido uma face mais conservadora, lidando com questões econômicas de austeridade.

De todo modo, com a destituição do *National Party* após a derrota eleitoral de 1966, a elite agrária–mercante buscaria validar seus interesses nos partidos em destaque, o que

[53] Tradução do original em inglês: Armed with stones, bottles, sticks and similar instruments, workers began their attack upon the heart of ruling-class power — the commercial district of the city. They smashed office fronts and store windows and overturned cars on Broad Street; they attacked the 'marooned' employees in the Barbados Mutual Office and threatened to burn the building. Before doing so, they were attacked by a police detachment, who fired blank volleys from their rifles. Properties were also damaged in Bay Street and Probyn Street, most of these before the rebels had crossed Chamberlain Bridge from the Golden Square area and moved across Trafalgar Square into Broad Street.

ocasionaria, em diversos momentos – apesar da insurgência anti-oligárquica de ambos –, *policy changes* baseadas na conciliação entre a elite branca e a administração de maioria negra dos partidos.

De 1966 até os anos 1990, a política em Barbados seguia de maneira estável, com alternância de poder entre dois partidos que não se diferenciavam tanto um do outro. Embora o BLP fosse compreendido como o partido alinhado aos interesses corporativo enquanto o DLP via-se mais próximo dos sindicatos, ambos rejeitavam o radicalismo político, tentando distanciar-se de uma decolonialidade socialista, como aponta Beckles (1990 [2006]). No entanto, foi na grande crise fiscais da década de 1990 que o cenário mudou.

A eleição geral de 1994 consagrou a vitória de Owen Arthur para o cargo de Primeiro–Ministro, onde permaneceu até 2008. Sua gestão – a mais duradoura desde a independência com 14 anos de governo – marcou o começo das mudanças político–ideológicas dentro do BLP, principalmente pela revolução cultural motivada em grande parte pelo trabalho de Mia Mottley como Ministra da Cultura – mas que já vinha se desenhando na ilha desde os anos 1970, através do trabalho de Elombe Mottley[54] como uma das vanguardas do Renascimento Cultural Afro–Barbadiano, através da *Yoruba House*, uma organização voltada para a reflexão e reavivamento da cultura do país e da diáspora.

2.2 O OLHO DO CICLONE COLONIAL – CARIBE E A CRISE CLIMÁTICA

> O ciclone colonial mostra que a crise ecológica não reexamina o mundo em detalhes. Ao contrário, ele reforça as dominações e as opressões coloniais. Os ciclones aceleram, contraem, tensionam o mundo, revelam suas fraturas estruturantes e radicalizam suas linhas de não compartilhamento. Sim, o aquecimento global é a consagração dos Prósperos do mundo, daqueles que tiram proveito das catástrofes, o prolongamento dos calvários para os Calibans e Ariéis da Terra. Como descreveram Shakespeare e Césaire, a tempestade climática nasce da exploração dos escravizados por seus senhores por intermédio de uma produção capitalista carregada de gases de efeito estufa, que aumenta as desigualdades sociais e perpetua as injustiças abertamente admitidas. (Ferdinand, 2022, p. 95)

Svampa (2019) define o Antropoceno como "um novo tempo no qual o ser humano converteu–se em uma força transformadora com alcance global e geológico" (p. 33). Para além do debate supostamente infindável entre as ciências da natureza e as sociais – como a autora demonstra através das argumentações de Paul Crutzen e do historiador Jason Moore sobre a origem exata da nova era geológica –, o que se conclui é que estamos vivendo, no século XXI, uma grande crise climática sem precedentes na história.

[54] Tio da atual Primeira-Ministra e filho de Ernest Mottley

E que, embora seja um fenômeno global, os países são afetados de maneiras distintas. Enquanto alguns têm a capacidade de se proteger, outros estão mais vulneráveis aos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas, como o aumento do nível dos oceanos, a maior incidência de furacões, chuvas mais intensas e mais frequentes. Este, particularmente, é o caso caribenho.

Conforme demonstrado na subseção anterior, para estabelecer a Sociedade do Açúcar e da Escravidão, os colonizadores europeus transformaram o ecossistema caribenho, e, como Ferdinand (2022, p. 63) demonstra, os matricídios do *plantation* geraram três tipos de rupturas importantes nos equilíbrios ecossistêmicos das ilhas: rupturas paisagísticas, biodiversitárias e metabólicas. Estas rupturas se deram, principalmente, pelo modelo de produção de monoculturas e pelo intenso desmatamento das florestas caribenhas. Estes dois fatores em conjunto alteraram o equilíbrio biológico, tendo em vista a substituição de uma floresta que englobava diferentes espécies pela dominação de uma espécie vegetal específica.

> De meados do século XVI ao século XVII, a cultura da cana foi conduzida sem fertilização. Como essa forragem açucarada é cortada rente ao solo, todos os nutrientes dele extraídos foram transformados e enviados para a Europa sob a forma de açúcar, sem assegurar uma redistribuição que garantisse a fertilidade do terreno. Essas "trocas ecológicas desiguais" permitiram que os impérios e as nações colonizadoras externalizassem os custos ambientais de seu enriquecimento e os mantivessem distantes de seus territórios continentais, transformando suas periferias em *plantations*, em extensões materiais e humanas que tinham como finalidade a satisfação dos desejos do centro. Tal é a ruptura metabólica colonial que empobreceu os solos caribenhos em prol dos palácios europeus. (Ferdinand, 2022, p. 64).

Ferdinand (2022) nos apresenta, então, uma argumentação essencial: "as catástrofes engendradas pelos ciclones atlânticos não são nem 'naturais' e nem politicamente neutras, tanto em suas causas quanto em suas consequências" (p. 86). E, para sustentá-la, ele explicita o caso do navio negreiro *Zong* – um caso documentado de 1781, onde a tripulação, sob o comando do Capitão Collingwood, teria jogado quase cento e cinquenta escravos (homens, mulheres e crianças) ao mar, devido a um atraso causado por um erro de navegação.

Para garantir uma indenização da tripulação, "fabricou-se" um tufão que teria causado o atraso e levado os escravos à morte. O caso foi levado à justiça em 1783 em Liverpool (*Gregson v. Gilbert*) e a indenização foi cancelada através do pleito de recurso. Não houve processo penal pela morte dos escravos lançados ao mar. Como Ferdinand salienta, "a catástrofe nasce precisamente das ações empreendidas pelos humanos antes mesmo do perigo [e], às vezes, até se torna uma oportunidade sórdida para se livrar daquelas e daqueles a quem o mundo é recusado" (p. 94).

Carole Boyce Davies (2023, p. 284) discorre sobre a relação entre o histórico colonial e escravocrata do Caribe ao pontuar uma reportagem que saiu em diversos jornais no ano de

2017: sobre como o Furacão Irma foi responsável por causar uma evacuação em massa na ilha de Barbuda, onde os 1800 residentes foram instruídos a migrar para a vizinha Antígua. Os noticiários falaram em uníssono: pela primeira vez em 300 anos, não há ninguém morando em Barbuda. Boyce Davies argumenta que, ao subtrair 300 anos de 2017, obtém–se o ano de 1717, data marcada pelo intenso tráfico negreiro transatlântico. Isto expõe como as ilhas menores só começaram a ser povoadas mediante o processo de escravidão e do modelo de *plantation.*

Sheller (2018) também enfatiza a relação entre o histórico de exploração colonial com as dificuldades enfrentadas pela região em relação à crise climática. Para a autora, "[o] capitalismo já alterou o clima no passado e continua a fazê-lo. Colonialismo e escravidão, por sua vez, criaram os gradientes de vulnerabilidade às suas consequências" (p.974). A autora argumenta que a dívida é uma forma de extração e essa vem sendo a prática recorrente no Caribe.

Ela exemplifica o caso do Haiti, a Primeira República Negra, que sofreu uma imposição francesa de 150 milhões de francos no ano de 1825 em decorrência da Revolução Haitiana. A produção de endividamento, como Sheller aponta, "também leva diretamente às economias sexuais desiguais (...) uma investigação da ONU descobriu que o chamado 'sexo transacional' era comum no Haiti durante os 13 anos de ocupação da missão de paz conhecida como MINUSTAH" (Sheller, 2018, p. 975).

Sheller (2018) aponta, também, o pagamento – advindo principalmente dos cofres públicos – de um pacote de indenização por parte do Parlamento Britânico aos donos de escravos nas Índias Ocidentais mediante a emancipação durante o final da década de 1830.

A autora cita, ainda, o caso de Porto Rico – que por conta de questões políticas dentro dos Estados Unidos, registrou, em 2007, uma queda de quase 40% dos empregos no setor de manufatura e teve sua economia encolhida em 15%, fazendo com que o governo não tivesse como pagar suas contas –, mas, para além da análise trabalhada em seu artigo, podemos trazer aqui, também, a recessão de Barbados durante os anos 1990, com um endividamento internacional sem precedentes que culminou na derrocada do governo do DLP. De todo modo, é válido citar a antropóloga porto–riquenha, Yarimar Bonilla (2017), que afirma: "vulnerabilidade não é simplesmente um produto de condições naturais; é um estado político e uma condição colonial".

No dia 8 de setembro de 2017, os satélites de meteorologia mostraram três ciclones – Irma, Kátia e José – formando–se na costa da América Central e no litoral das ilhas caribenhas. Além destes três fenômenos, outros catorzes eventos (sendo seis deles, furacões de grandes

magnitudes) foram responsáveis por uma das temporadas de ciclones mais ativas da região desde o ano de 2005.

O Furacão Maria, especificamente, causou um colapso inestimável na infraestrutura de Porto Rico, que já vinha sofrendo bastante com a grande recessão. Como Ferdinand (2022) aponta, o Caribe "é um dos lugares em que os efeitos devastadores do aquecimento global se afirmam com força e regularidade" (Ferdinand, 2022, p. 85). Relatórios do IPCC[55] demonstram que, mesmo com a redução drástica da emissão de gases de efeito estufa, a temperatura global seguirá aumentando, o que, proporcionalmente, aumenta a vulnerabilidade dos pequenos países–ilha, como aqueles que formam o Caribe.

> Ao longo das últimas quatro décadas, houve um aumento significativo na probabilidade de ciclones tropicais (CTs) atingirem intensidades majoritárias (Kossin et al., 2020), uma tendência confirmada pelo crescimento no número de CTs intensos afetando as regiões do Atlântico e do Pacífico desde o AR5 (Magee et al., 2016; Bhatia et al., 2019; Knutson et al., 2019). Além disso, evidências científicas desde o AR5 confirmaram que os corais tropicais estão atualmente em alto risco (confiança muito alta) e que, caso o aquecimento global ultrapasse 1,5°C, as opções conhecidas de restauração dos recifes de coral podem ser ineficazes (IPCC, 2018). Mesmo alcançando as metas de redução de emissões compatíveis com o objetivo ambicioso de limitar o aquecimento global a 1,5°C sob o Acordo de Paris, haverá uma perda adicional de 70–90% dos corais construtores de recifes em comparação com os dias atuais, com 99% dos corais sendo perdidos sob um aquecimento de 2°C ou mais acima do período pré–industrial (confiança alta) (Hoegh-Guldberg et al., 2018). (Mycoo et al., 2022, p. 2048) [56]

A Fundação Konrad Adenauer, em conjunto com o Centro Europeu para a Segurança Energética e dos Recursos (*European Centre for Energy and Resource Security* – EUCERS) publicaram, em 2019, um relatório sobre mudança climática e seguridade humana[57] que discute a vulnerabilidade sob a qual determinados países estão sujeitos em relação às consequências da crise climática. Os Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (*Small Island States in Development* – SIDS), em especial, correm o legítimo risco de desaparecerem do mapa, em decorrência do aumento do nível dos oceanos.

---

[55] Mycoo, M. et al. Small Islands. In: PÖRTNER, H.-O. et al. (eds.). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. p. 2043–2121.

[56] Tradução do original em inglês: Over the past four decades, there was a significant increase in the probability of the global exceedances of tropical cyclones (TCs) of major intensity (Kossin et al., 2020), a trend confirmed by the occurrence of a growing number of intense TCs affecting the Atlantic and Pacific regions since AR5 (Magee et al., 2016; Bhatia et al., 2019; Knutson et al., 2019). Also, scientific evidence since AR5 has confirmed that tropical corals are presently at high risk (very high confidence) and if global warming exceeds 1.5°C, known coral reef restoration options may be ineffective (IPCC, 2018). Even achieving emission reduction targets consistent with the ambitious goal of 1.5°C of global warming under the Paris Agreement will result in the further loss of 70–90% of reef-building corals compared to today, with 99% of corals being lost under warming of 2°C or more above the pre-industrial period (high confidence) (Hoegh-Guldberg et al., 2018)

[57] Chin-Yee, S. Climate change and human security – Case studies linking vulnerable population to increased security risks in the face of the global climate challenge, 2019.

Os SIDS constituem um grupo de 39 países membros da ONU e 20 países não–membros (que podem ser compreendidos como observadores) que possuem como característica básica em comum a situação insular e/ou costeira de baixa altitude. Segundo pontua Betzold (2010), alguns membros são extensos (Cuba, por exemplo), continentais (como o caso do Suriname), desenvolvidos (Singapura, por exemplo) ou não possuem soberania (Aruba e Guam, por exemplo).

Este grupo se divide em 3 regiões principais: Caribe (com 16 membros); Oceano Pacífico (com 14 membros); e África, Índia e Sudeste Asiático (com 9 membros). Observe o quadro abaixo:

Quadro 1 – Lista Dos Países Associados À Aliança Dos Países Insulares

	Membro das Nações Unidas	**Não–associado às Nações Unidas / Membro associado de comissões regionais**
AIS	Cabo Verde, Comores, Guiné–Bissau, Maldivas, Maurícia, São Tomé e Príncipe, Seicheles e Singapura	_____
CARIBE	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e as Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago	Anguila, Aruba, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Curaçau, Guadalupe, Martinica, Monserrate, Porto Rico, São Martinho, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas
PACÍFICO	Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Nauru, Palau, Papua–Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Timor–Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu	Ilhas Cook, Samoa Americana, Ilhas Marianas Setentrionais, Polinésia Francesa, Guam, Nova Caledônia, Niue

Fonte: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (2015)

A *Alliance of Small Island States* (AOSIS), portanto, constitui–se enquanto um corpo diplomático cuja principal missão é representar, principalmente no âmbito do Regime das Mudanças Climáticas, países sem poder de agenda e de negociação no sistema internacional. Como aponta Abreu (2011), a AOSIS surge como o instrumento de barganha e de representatividade destas nações para que suas necessidades sejam levadas ao conhecimento internacional.

> Devemos transformar "ilha" em um verbo? Como substantivo, ela é tão vulnerável às forças externas. Vamos inverter a energia da ilha, virá–la do avesso. Vamos "ilhar" o mundo! Vamos ensinar os habitantes do Planeta Terra a viver como se estivéssemos em ilhas! Pois o que é a Terra senão uma ilha dentro do nosso próprio sistema solar? Uma ilha de ecossistemas preciosos e recursos finitos. Recursos finitos. Espaço limitado... Uma vez ilhados, os humanos despertam do torpor das fantasias

> continentais. Os ilhados podem escolher compreender que não há nada além de ilhas no horizonte. (Teaiwa, 2007,)[58].

Embora sua criação tenha se dado em 1990 e o reconhecimento formal enquanto Aliança tenha se consolidado somente em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a RIO–92), foi em 1989 que aconteceu, nas Maldivas, a Primeira Conferência dos Países Insulares sobre o Aumento do Nível dos Oceanos (*Small States Conference on Sea Level Rising* – SSCSLR).

Neste encontro, reuniram–se lideranças diplomáticas e políticas destas nações e, dali, originou–se a Declaração de Malé, um documento considerado como importante marco nas negociações sobre mudanças climáticas, especialmente para os SIDS, sob o qual esboçava os primeiros traços do que viria se consolidar enquanto AOSIS. Os principais pontos deste documento reivindicavam:

- O desenvolvimento de um programa de ação no âmbito dos Pequenos Estados, de cooperação e intercâmbio de informações sobre estratégias e políticas em relação às mudanças climáticas, aquecimento global e elevação do nível do mar;
- Recomendação de tomada de medidas imediatas para estabelecer a estrutura institucional no objetivo de proteger e gerenciar suas zonas costeiras e para promulgar legislação para facilitar a tais medidas;
- O financiamento, a transferência de tecnologia e formação, por parte dos países industrializados, em áreas relacionadas com as causas e problemas associados ao aumento do nível do mar;
- Tomada de providências para a negociação de uma convenção–quadro sobre as alterações climáticas o mais rápido possível.

Os esforços diplomáticos dos SIDS resultaram, durante a RIO–92, na conquista de um espaço representativo – com delegados de Vanuatu e das Maldivas assumindo cargos de liderança no evento (Larson, 2003) –, bem como no reconhecimento, no documento da Agenda 21, capítulo 17, de sua condição como casos especiais de preocupação no que diz respeito à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento.

Outro marco fundamental para compreender o papel da AOSIS – e, neste caso, especificamente o de Barbados – foram as discussões que se seguiram à RIO–92, as quais

[58] Tradução do original em inglês: Shall we make ‘island’ a verb? As a noun, it is so vulnerable to impinging forces. Let us turn the energy of the island inside out. Let us ‘island’ the world! Let us teach the inhabitants of Planet Earth how to behave as if we were living on islands! For what is Earth but an island in our own solar system? An island of precious ecosystems and finite resources. Finite resources. Limited space.... Once islanded humans are awakened from the stupor of continental fantasies. The islanded can choose to understand there is nothing but more islands to look forward to.

culminaram na realização, em Bridgetown, da primeira Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares. Destaca–se, aqui, as ações movidas pelo então Primeiro–Ministro na época, Owen Arthur (BLP) para assegurar este protagonismo da ilha.

Nesse contexto, formalizou–se a primeira versão do Barbados Programme of Action (BPOA – Programa de Ação de Barbados), documento que apresentava 14 pontos identificando áreas prioritárias e ações específicas necessárias para enfrentar os desafios enfrentados pelos SIDS. Dentre esses pontos, destacam–se a preocupação com as mudanças climáticas (incluindo desastres naturais e o aumento do nível dos oceanos), o gerenciamento de recursos (naturais e artificiais, como lixo e resíduos) e as atividades econômicas (como turismo, desenvolvimento sustentável e extrativismo).

Feita esta contextualização histórica, conclui–se, portanto, que diversos avanços foram conquistados a partir desta coalizão de países, que compreenderam que somente unidos poderiam contornar o que Larson (2003) aponta como obstáculos de três dimensões: a simbólica, devido ao caráter abstrato da ameaça das mudanças climáticas e da pouca visibilidade que este grupo de países tem; a social, já que os pequenos países–ilha em desenvolvimento estão à margem das estruturas de *policymaking* internacionais – Larson (2003) menciona o fator do isolamento geográfico que muitas destas nações estão submetidas e da dificuldade de se sobrepor ao poder de agenda dos grandes países –; e, por fim, a econômica, tendo em vista que muitos dos países que integram a AOSIS estão na listagem dos mais pobres do mundo.

A despeito disso, se reconhece a tomada do protagonismo da discussão climática por lideranças diplomáticas e políticas destes países, como demonstra o estudo de caso aqui analisado: a figura de Mia Mottley enquanto Primeira-Ministra de Barbados e sua atuação política em âmbito internacional em matéria de meio–ambiente.

2.3 WHEN WILL LEADERS LEAD?[59] – A LIDERANÇA DE MIA MOTTLEY ENQUANTO PRIMEIRA-MINISTRA DE UM PAÍS DO SUL GLOBAL

> Então, pergunto a vocês: (...) Que desculpa devemos dar para o fracasso, nas palavras do ícone caribenho Eddie Grant, "eles vão nos lamentar na linha de frente?". Quando é que nós, como líderes mundiais de todo o mundo, abordaremos as questões urgentes que estão realmente causando angústia e preocupação ao nosso povo, seja em relação ao clima ou às vacinas? (MOTTLEY, 2022) [60]

[59] Referência ao discurso de Mia Mottley na COP26 em Glasgow, 2021

[60] Tradução do original em inglês: So, I ask to you, (…) What excuse should we give for the failure in the words of that Caribbean icon Eddie Grant, "will they mourn us on the frontline?" When will we, as world leaders across the world, address the pressing issues that are truly causing our people angst and worry, whether it is climate or whether it is vaccines? Simply put, when will leaders lead?

Como aponta Villarreal Villamar (2024), “por não serem consideradas cidadãs de pleno direito, as mulheres foram historicamente excluídas da participação política e social, ou sua presença foi limitada nos espaços de poder”. A politóloga afirma que “ainda que as desigualdades estruturais persistam, o protagonismo global das mulheres na agenda ambiental e climática é uma realidade”.

Do mesmo modo, Mandeep Rai, doutora em valores globais e autora do *best-seller The Values Compass*, escreveu ao jornal *The Guardian UK* em 2022 sobre uma série de entrevistas que realizou na América Latina e no Caribe com mulheres em posição de liderança política. Ao destacar a figura de Mia Mottley, ela diz: “a liderança feminina é boa para o mundo, basta olhar o caso de Barbados” (2022). Rai (2022) argumenta que assim como em Barbados – através de Mia Mottley –, outros casos de mulheres em posição de liderança pelo Sul global chamam a atenção, como os casos de Trindade e Tobago, Guiana, Suriname, Libéria. Para a pesquisadora, “[essas mulheres] estão corajosamente pavimentando um caminho e são brilhantes exemplos para o mundo (...) por encontrarem soluções para desafios globais urgentes com propósito, paixão e estão melhorando a vida de suas comunidades”.

Laureada pelo PNUMA como uma das “Campeãs da Terra”, e primeira mulher barbadiana a aparecer na lista da revista Time como uma das mulheres mais poderosas do mundo, Mia Amor Mottley tem se destacado cada vez mais no cenário político internacional. Atualmente, é Primeira-Ministra de Barbados, cargo que exerce desde 2018, e é líder de seu partido – BLP – desde 2008.

Além disso, exerce também a função de Ministra das Finanças e de Assuntos Econômicos. Formada pela *London School of Economics* e com diploma de advocacia, Mottley começou a participar ativamente da vida política de seu país em 1991, sua primeira eleição. Na ocasião, ela foi derrotada no distrito de *St. Michael North East* por pouco menos de 200 votos, mas conseguiu passar para a cadeira de oposição no Senado, onde, por três anos, atuou como Ministra da Cultura e do Desenvolvimento da Comunidade através do gabinete paralelo de oposição. Hoje, já está em seu sexto mandato como membro do parlamento do mesmo distrito.

Durante o mandato de Owen Arthur, atuou como Ministra da Educação e da Cultura (em 1994); Procuradora–Geral (em 2001, sendo, inclusive, a primeira mulher a exercer a função) e Ministra de Assuntos Internos; e depois como Ministra de Assuntos Econômicos (após uma reformulação do governo). Em 2003, ocupou o cargo de Vice–Primeira-Ministra. Além disso, também atuou como presidente do Conselho Social de Barbados e Vice–Presidente do Conselho Econômico de Barbados. Presidiu vários subcomitês importantes do Gabinete, principalmente a Reforma das Telecomunicações e a supervisão das iniciativas administrativas

e legislativas para preparar Barbados para o advento do Mercado Único e da Economia do Caribe. Foi, também, eleita para ser a líder de seu partido, tornando–se a primeira mulher a ocupar o cargo na história do BLP.

Sua eleição em 2018 para o cargo de Primeira-Ministra foi emblemática: Mottley tornou–se a primeira mulher a ocupar o cargo desde a independência de Barbados em 1966. Com 70% dos votos, seu partido ocupou as 30 cadeiras legislativas em disputa, tendo somente um ex–membro do partido como líder da oposição. Em 2020, sua gestão anunciou o desejo de tornar Barbados uma república parlamentar unitária, dissolvendo a forma de governo monárquica. Desde então, o país possui um presidente como chefe de estado, tendo a responsabilidade de escolher sete das 21 cadeiras do Senado. Foi a primeira vez desde a independência que estes fatos aconteceram. Além disso, a gestão de Mottley surge depois de 10 anos de gestão do DLP, rechaçados pelas medidas austeras tomadas em resposta à grande recessão e ao endividamento internacional recordes depois da grande crise econômica de 2008.

Fora de Barbados, atuou como presidente da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (*Caribbean Community* – CARICOM) entre janeiro e junho de 2020 e como copresidente do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional entre novembro de 2020 e outubro de 2021. Atualmente, ela atua como copresidente da Força–Tarefa de Turismo de Cruzeiros das Américas para os mercados do Caribe, México, América Central e América do Sul e copreside o Grupo de Líderes Globais da Organização Mundial da Saúde sobre Resistência Antimicrobiana.

Para além do extenso currículo, Mia Mottley ganhou notoriedade pelos fortes discursos realizados nos âmbitos da Assembleia Geral da ONU e dos encontros das COPs. Com uma narrativa crítica à maneira como os países centrais têm lidado com a crise climática nos últimos anos e com o tratamento dado aos países mais pobres e vulneráveis, Mottley tem sido uma das vozes mais proativas na busca pelo direito de desenvolvimento sustentável, do combate à pobreza e às desigualdades, e da justiça climática.

Destaca-se, principalmente, o programa nacional de resiliência "*Roofs to Reefs"* [De Telhados a Recifes]. A iniciativa tem como foco fortalecer a resiliência econômica e climática do país, e surgiu da necessidade de unir ações dispersas em um plano abrangente, que garantisse o alinhamento do desenvolvimento econômico com a sustentabilidade. É liderado pela Ministra de Assuntos Econômicos do governo Mottley, Marsha Caddle.

Durante o evento virtual do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre Integração do Capital Natural e Financiamento da Biodiversidade, Planejamento e Finanças Públicas, Caddle enfatizou a crítica já estabelecida por Mottley ao não cumprimento de

determinações do Acordo de Paris, como o Mecanismo de Varsóvia para Perdas e Danos, e que configura um cenário de agravamento da vulnerabilidade de SIDS como Barbados.

É necessário, no entanto, pôr o currículo de Mottley – em especial, seu cargo político e a manutenção de sua posição como liderança do BLP – em uma perspectiva mais ampla. Ochieng'–Springer (2021), no artigo *Stepping up to the podium: women's participation in politics in Barbados*, destaca como um comício realizado pelo BLP em 2020 com a presença total de oradoras mulheres suscitou um levante de críticas – tanto intra quanto extrapartidárias –. A autora argumenta que, apesar dos avanços das mulheres na conquista espaços de poder, a balança da cultura política está distante de estar equilibrada, mantendo–se ainda como um ambiente dominado por homens.

Como demonstra a partir dos dados obtidos pela União Interparlamentar (*Inter-Parliamentary Union* – IPU), Barbados, desde 2018, possui 23% de representação feminina na Câmara Baixa (7 de 30 cadeiras) e 38% da Câmara Alta (8 de 21 cargos nomeados). Este cenário se insere em um contexto regional cuja representação feminina não excede os 30% dos cargos eletivos. Na eleição geral de 2022, o número de mulheres subiu para 26,67% (8 de 30 cadeiras) na Câmara Baixa e caiu para 33,3% na Câmara Alta (7 de 21 cargos nomeados).

Boyce Davies (2023, p.283), ao citar o trecho do discurso de Mottley na COP21 em 2021, salienta que se trata de uma mulher, negra, a partir do Caribe, conclamando uma audiência formada majoritariamente por líderes políticos brancos e homens a tomar ações em prol dos dois terços do mundo que vivem em profunda desigualdade. De fato, a variável "gênero" é merecidamente marcada ao falar sobre Mia Mottley.

Boyce Davies (2023, p.309) continua sua argumentação, ao falar sobre a 4ª Palestra Anual em Memória de Eric E. Williams, que ocorreu em 2002 na Universidade Internacional da Florida, em coorganização da própria Boyce Davies com Erica Williams Connell. O tema do evento era "Mulheres e Política no Caribe", e tinha como convidadas Cynthia Pratt, Vice–Primeira-Ministra e Ministra da Segurança Nacional das Bahamas; Mia Mottley, que na época atuava como Procuradora–Geral de Barbados; Beverly Anderson Manley, ex–Primeira–Dama da Jamaica, viúva do Primeiro–Ministro, Michael Manley. Davies conta que, no evento, foi Mottley quem desafiou o moderador, o Professor Colin Palmer, por limitar o tempo de fala das convidadas a somente três minutos cada, enquanto ele dispôs de quinze minutos para fazer sua apresentação e formular suas perguntas.

O argumento de Boyce Davies é interessante porque nos fornece outras interpretações acerca do conceito de liderança, estas desviadas das noções clássicas linkadas frequentemente aos estudos weberianos. Para a autora, estes líderes, em geral, são homens, cujo *status* de

“herói” é atribuído. É dele que partem as decisões–chave. É a partir do seu discurso que as massas são conquistadas e, sobretudo, motivadas a segui–lo. “Geralmente, neste modelo, o poder surge quando o líder carismático individual desenvolve habilidades pessoais e oratórias para atrair seguidores leais” (p. 53). É a partir da compreensão da liderança como mito – que a autora resgata do trabalho de Cedric Robinson (2016) – que ela desenvolve a centralidade desta argumentação para os estudos de mulheres negras sobre tomada de ação política.

Ama Ata Aidoo (1984, p. 321), escritora ganesa, desenvolve a liderança como um conceito para além da questão política exclusivamente. Para a autora, “nós falamos de um espectro complexo de elites intelectuais, profissionais e comerciais em posição de tomar decisões vitais em prol de toda uma comunidade”. Peggy Antrobus, importante liderança feminista do Caribe, que ocupou cargos de diretoria no gabinete do Primeiro–Ministro da Jamaica entre 1975 e 1977, escreve, no ensaio *Transformational leadership: Advancing the agenda for gender justice* (2000, pp. 50–55), que há uma diferença fundamental entre "liderança transformacional" e "liderança feminista transformacional": o foco na transformação econômica, política e social, com ênfase em uma agenda de mudança social e na correção das desigualdades de gênero, buscando empoderar todas as mulheres.

A partir destas interpretações, Boyce Davies (2023, p. 310) afirma que a postura que Mia Mottley assume condiz com os modelos trabalhados em Aidoo (1984) e, principalmente, em Antrobus (2000). Na sustentação de seu argumento, Davies aponta ações contemporâneas, inovativas e decoloniais da Primeira-Ministra de Barbados, como, por exemplo, em 2019, a assinatura de acordos de parceria com Gana, e assim, estabelecendo mais relações focadas na diáspora africana, pensando justamente na abertura de comunicação direta e de transporte de ideias, mercadorias e pessoas entre o continente e os países da diáspora.

Além disso, em 2021, partiu da liderança de Mia Mottley o esforço de elevar Barbados ao *status* republicano e, assim, cortar o vínculo colonial com a monarquia britânica. Como aponta Davies (2023, p.316), este movimento, em conjunto com a retirada da estátua do Lorde Horatio Nelson, oficial britânico da Marinha Real, da frente do Parlamento de Barbados, configuram um forte simbolismo decolonial.

De maneira semelhante, Taylor (2023), ao escrever sobre a libertação negra a partir de exemplos de lideranças femininas como Mia Mottley e como a parlamentar canadense de origem granadina, Jean Augustine – a Primeira mulher Negra a ocupar uma cadeira no parlamento –, argumenta que são destacáveis os esforços destas mulheres no combate ao racismo e a misoginia institucionais, bem como a representação de vozes negras em prol da libertação de povos subalternizados. Taylor (2023, p. 232) salienta, ainda, as contribuições de

Mottley para o movimento de reparações movido pela CARICOM. Para o autor, a atuação de Mottley "expressa claramente a interconexão entre a luta pela libertação e o papel fundamental de sua nação na construção da riqueza do Norte Global" (p. 238).

> Considere a recente iniciativa da Primeira-Ministra Mottley em prol das reparações. Na discussão virtual do CRC em 6 de julho de 2020, intitulada "Do Pedido de Desculpas à Ação – O Chamado da CARICOM por Justiça Reparatória", Mottley declarou: "Não sei como podemos avançar sem antes haver um acerto de contas que, antes de tudo, inclua um pedido de desculpas e o reconhecimento de que um erro foi cometido, e que séculos sucessivos resultaram na destruição da riqueza e na destruição de pessoas de uma forma que jamais deve se repetir em qualquer sociedade, contra qualquer raça, em qualquer parte do mundo." Ela continuou: "... E o fracasso inacreditável dos países em primeiro lugar em reconhecer isso com um pedido de desculpas, não apenas dizendo que algo errado aconteceu, mas com um pedido de desculpas escrito e claro afirmando: 'Erramos, não faremos isso novamente' e, mais importante ainda, 'devemos pagar uma compensação pelo que foi feito'. Esse é o primeiro passo para transformar palavras em ações" (Taylor, 2022, p. 238)[61]

As decisões de Mia Mottley, argumento, refletem um compromisso com a agenda decolonial, alinhando–se à visão do primeiro premier do país, Errol Barrow, que advertia contra a permanência nos "domínios coloniais" (Boyce Davies, 2023, p. 317). Em sua atuação como presidente da CARICOM, Mottley destacou a falta de "compatibilidade de desenvolvimento" na região pós–emancipação, ressaltando que a independência política não foi acompanhada pelos recursos econômicos necessários para garantir estabilidade após séculos de colonialismo extrativo (Boyce Davies, 2023, p. 317).

Sua participação no Fórum de Reparações, em julho de 2020, reforçou essa perspectiva, evidenciando a centralidade das reparações como um caminho para a recuperação econômica do Caribe. A transição de Barbados para uma república, concretizada em novembro de 2021, marcou um passo significativo nessa trajetória, consolidando a liderança transformadora de Mottley, cujo impacto ressoa além do Caribe, como um modelo de governança progressista e engajada globalmente (Boyce Davies, 2023, p. 317).

Taylor (2023) argumenta, ainda, que é possível estabelecer uma relação entre o plano de reparação de dez pontos da CARICOM com os dez pontos do Partido dos Panteras Negras (*Black Panther Party* – BPP). O autor o faz através da compreensão de que ambos se caracterizam como manifestações de luta por justiça e equidade racial, além da busca pela

---

[61] Tradução do original em inglês: Consider Prime Minister Mottley's contemporary push for reparations. At the CRC's July 6, 2020, virtual discussion, "From Apology to Action—CARICOM's Call for Reparatory Justice," Mottley stated: "I do not know how we can go further unless there is a reckoning first and foremost that places an apology and an acknowledgement that wrong was done, and that successive centuries saw the destruction of wealth and the destruction of people in a way that must never happen for any society, to any race in any part of this world again." She continued, "... And the unbelievable failure of countries to first acknowledge that with an apology, and not that something wrong happened, but with a written and clear apology to say, 'we were wrong, we will not do it again,' and more importantly, we must pay recompense for what was done. That is the first step of walking the walk" (Barbados Government Information Service, 2020).

autodeterminação das comunidades negras, bem como a reparação pelas injustiças cometidas pelo processo de escravidão e, sobretudo, pelo racismo estrutural. Tanto a CARICOM quanto o BPP possuem uma forte ligação com a educação – a erradicação do analfabetismo, o programa de conhecimento africano em prol da ancestralidade histórico–cultural. Para Taylor, a luta por reparações da CARICOM, sob regimento de Mottley, estabelece–se em um contexto maior de resistência negra global de tal maneira que ecoa os princípios–guia do BPP.

Tanto Davies (2023) quanto Clarke (2018) demonstram, no entanto, que Mottley enfrentou barreiras na sua conquista eleitoral de maior destaque. Para além de críticas à sua classe social e pelo histórico familiar dentro da política – seu avô, seu tio e seu pai fizeram parte da política barbadiana e ela já se estabelecia como uma política de carreira desde os vinte e tantos anos de idade –, a questão que mais a marcou na corrida eleitoral foi sua vida pessoal e, em especial, especulações sobre sua sexualidade. No entanto, como Clarke (2018) afirma, "ao manter a atenção sobre a governança terrível, a falta de transparência e a ineficiência do DLP no poder, Mottley também foi capaz de chamar a atenção para suas habilidades políticas e técnicas para liderar o país". Assim, "80% dos eleitores rejeitaram a homofobia e a misoginia como base para a tomada de decisões eleitorais. Em vez disso, responderam às promessas do BLP de estabilizar a moeda, reduzir o endividamento, consertar o horror de um sistema de esgoto quebrado e garantir o provisionamento e a proteção social".

Para Silva (2018, p. 33), a "construção de uma liderança no planto internacional requer *agência* constante, sob o risco de esvaziamento das inciativas pretéritas". No mesmo contexto, o linguista e analista de discurso, professor da Universidade do Oeste da Inglaterra (*University of the West of England* – UWE), Mark Nartey (2024b) realiza um estudo sobre a construção de *agência*[62] no discurso de Mottley. Na publicação da edição especial, Nartey escreve uma introdução, focada em examinar a comunicação de lideranças políticas mulheres no Sul global – *Examining the communication of female political leaders in the Global South* (2024).

Nela, afirma que as líderes políticas representam "indivíduos em diversos países em desenvolvimento que estão sofrendo as consequências das ações e políticas dos países desenvolvidos no Ocidente, como é evidente no colonialismo/neocolonialismo, no capitalismo, no tráfico de escravos e na atual crise climática" (Nartey, 2024a, p.2).

O caso específico de Barbados, personificado na tomada de agência e no discurso de Mia Mottley, conforme Nartey (2024b) se expressa de três maneira distintas:

[62] Por *Agency*, tomar a definição de Ahearn (2010) e Nartey (2024b): Capacidade de ação mediada socioculturalmente; representação, responsabilidade, legitimidade, tomada de posição.

a) Liderança forte e assertiva: Nartey (2024b, p.50) afirma que, para validar–se enquanto agente de mudança social, Mottley constrói um forte senso de liderança, a partir de um discurso forte, assertivo e questionador, à medida que a Primeira-Ministra de Barbados cobra de lideranças globais – especialmente de países centrais e cujas economias destacam–se pelo desenvolvimento – posicionamentos acerca das injustiças e da desigualdade social que assola o mundo e vulnerabiliza os países mais pobres;

b) Imagética de profetisa[63]: Nartey (2024b, p.54) argumenta que, ao tratar do passado e do presente, Mottley evoca uma imagética de profetisa, no sentido de prever o futuro de Barbados e da governança global através de seus discursos. Para sustentar sua hipótese, o linguista salienta o uso de referências culturais, como o músico jamaicano Bob Marley, por exemplo, nos discursos da Primeira-Ministra, e, a partir destas referências, evocar a ideia de prognóstico e diagnóstico das crises globais e da necessidade de tomada de posição;

c) Tomada de ação: Para viabilizar a transformação social do mundo como almeja, Mottley – a partir da argumentação de Nartey (2024b, p.58) – parte para a cobrança direta de tomada de ação. Ela se apresenta "como uma mulher e uma líder em uma missão crucial [para garantir a transformação]". Ela faz uso de recursos linguísticos como termos referenciais, pronomes pessoais, verbos modais e utiliza a representação de atores para fortalecer seu discurso.

Nartey (2024b) conclui seu ensaio afirmando que o "posicionamento discursivo [de Mia Mottley] oferece aos líderes do Sul global ideias para enfrentar o neocolonialismo e se opor à dominação ocidental e às perspectivas eurocêntricas/anglo–americanas, que marginalizam o conhecimento e as experiências dos países do Sul global".

> Diante de ideologias dominantes que buscam minar a credibilidade das mulheres na política, este estudo destaca a importância da produção acadêmica que valoriza a agência feminina na desconstrução de estruturas patriarcais repressivas e na construção de comunidades inclusivas e justas. As mulheres na política continuam enfrentando barreiras formais e informais à sua participação.
> Assim, ao projetar líderes políticas e mulheres em geral como agentes transformadoras de mudança e empoderamento, as políticas analisadas nos artigos deste número especial estão engajadas em um discurso emancipatório que promove a transformação social e amplia possibilidades tanto para mulheres quanto para homens como seres humanos (Nartey, 2024a, pp. 15–16)[64].

[63] Compreendo que a classificação dada por Nartey pode corresponder a um estereótipo de misticismo ou, ainda, sugerir que os discursos de Mottley não são embasados cientificamente. Argumento que, embora faça uso de elementos culturais, a Primeira-Ministra, a todo momento, corrobora suas falas com relatórios do IPCC e de outras organizações internacionais preocupadas com a agenda climática e ambiental. Suas inferências sobre o futuro baseiam-se nos cenários estabelecidos por esses estudos.

[64] Tradução do original em inglês: Their construction of agency also allows them to position themselves as authentic leaders whose knowledge and expertise are essential in tackling social inequalities. Given dominant ideologies that (seek to) undermine the credibility of women in politics, this Special Issue demonstrates that scholarly work that foregrounds female agency is important in dismantling repressive patriarchal structures and building inclusive communities that are free from the trammels of social injustices. Women in politics continue to face both formal and informal barriers to their participation. Hence, by projecting female political leaders and

Por fim, cabe destacar aqui nesta seção os esforços de Mottley em sua proposta mais ambiciosa: a *Bridgetown Initiative*. A estratégia se destaca por pautar o combate às mudanças climáticas ante as necessidades específicas dos países do Sul global, que mais sofrem com elas, no contexto do capitalismo contemporâneo e de seus organismos transnacionais.

Na verdade, ainda que razoavelmente pautada pela questão ambiental, a iniciativa é, de fato, uma alternativa de desenvolvimento sustentável financiada pela redistribuição de recursos oriundos primariamente de países responsáveis pelo agravamento climático e na facilitação de financiamentos para países vítimas destes efeitos colaterais por parte de bancos de desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional.

Assim, objetiva-se realinhar os modelos de desenvolvimentos pós–Bretton–Woods, que, segundo a fundadora da iniciativa, seriam incapazes de responder aos anseios do Sul global, em especial no avanço da degradação ambiental (Persaud, 2023).

Lançada em 2022, a iniciativa tem como metas primárias mitigar os eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas e oferecer meios para que países vulneráveis possam se desenvolver e se proteger, compensando as populações afetadas e criando alternativas para reduzir a miséria e as mortes. A proposta seria financiada por meio de um consenso global, mediante a implementação de impostos progressivos sobre combustíveis fósseis e tarifas de carbono, visando ao gradual abandono desses combustíveis e ao equilíbrio da sustentabilidade global.

O debate sobre os sistemas financeiros internacionais é central para a estratégia, de modo que a revisão das taxas de juros excessivas cobradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países vulneráveis – em especial, os do Sul global –, bem como o fortalecimento de instituições multilaterais para a criação de fundos de desenvolvimento e empréstimos alternativos, são pilares fundamentais da proposta.

Isso porque os idealizadores da iniciativa partem do pressuposto de que a degradação climática atual é resultado da desregulação do capitalismo e das desigualdades estruturais da sociedade contemporânea, de modo que combatê-las também significa contribuir para a preservação do meio ambiente. Embora a estratégia de Barbados ainda careça de maior adesão e reconhecimento internacional, ela evidencia a liderança dos países do Sul global no questionamento ao capitalismo de mercado desregulado, no combate à pobreza e às

---

women in general as transformative agents of change and empowerment, the female politicians centered in the various papers in this Special Issue can be said to be engaged in an emancipatory discourse aimed at promoting social transformation and opening up unrestricted possibilities for both women and men as human beings.

desigualdades e, sobretudo, na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na busca por alternativas sustentáveis.

A *Bridgetown Initiative* representa, em sua essência, uma tentativa de formar uma frente internacional liderada pelo Sul global para promover uma distribuição mais equitativa de recursos às populações vulnerabilizadas pela exploração capitalista e pelos impactos climáticos. Isso ocorre em um contexto em que as representações nacionais e internacionais dessas populações nem sempre conseguem defender seus interesses ou garantir sua proteção. O caráter economicamente redistributivo da estratégia pode significar um avanço na agenda global pelo desenvolvimento sustentável e no combate à pobreza, especialmente para países pequenos ou insulares, que poderiam, finalmente, ter garantias não apenas de desenvolvimento, mas de sobrevivência.

No entanto, a Iniciativa não carece de críticas. Em um relatório produzido pelo *Feminist Action Nexus for Economic and Climate Justice*, a argumentação das autoras é que a proposta, ainda que bem intencionada, necessita de uma lente de gênero mais crítica, no sentido de não transferir a responsabilidade dos países do Norte Global para os bancos privados, além da dependência de empréstimos, que podem minar os princípios da justiça climática enquanto responsabilidade histórica dos países industrializados. Apesar de abrir espaço para debates sobre reformas sistêmicas necessárias para enfrentar as crises de dívida e de clima, o projeto se afasta de uma defesa mais ferrenha de um financiamento baseado nos direitos humanos, na justiça de gênero e nas reparações climáticas.

3. VOZ QUE REVERBERA – METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DISCURSOS DE MIA MOTTLEY NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU E NOS ENCONTROS DAS CONFERÊNCIAS ENTRE PARTES

Este capítulo apresentará a abordagem metodológica adotada para a análise dos discursos oficiais de Mia Amor Mottley nos âmbitos da AGNU (de 2018 a 2024) e nos encontros das COPs (realizados entre 2021 e 2024), considerando sua relação com os conceitos pertinentes ao pensamento crítico latino-americano e caribenho, trabalhados ao longo desta dissertação (a questão colonial, a negritude e as reparações históricas ao tráfico transatlântico de negros africanos, a relação cultural da diáspora caribenha, feminismo e interseccionalidade, justiça ambiental e justiça climática). A escolha metodológica está diretamente ligada às discussões teóricas, históricas e contextuais apresentadas até o momento.

No capítulo 1, tendo o personagem–conceito Caliban da peça *A Tempestade* como figura de referência central, sustentei que a construção de conhecimento é situada a partir do lugar geográfico e epistemológico dos intelectuais do Sul global. Há ali uma reflexão das dinâmicas de resistência à subalternidade e ao epistemicídio impostos pela herança colonial, conforme apontado por Ferdinand (2022) ao argumentar sobre o *Habitar Colonial*. Mobilizo as discussões promovidas pelo M/C, e por autores do começo do século XX, que já trabalhavam com conceitos como negritude e interseccionalidade. A proposta dele foi colocar o pensamento crítico latino-americano e caribenho em perspectiva, destacando principalmente as construções teóricas a partir do Caribe.

Já no Capítulo 2, a partir de uma contextualização histórica e sociopolítica do Caribe – utilizando o conceito trabalhado por Ferdinand (2022) de ciclone colonial –, reflito sobre como a crise da dívida e a crise climática são tragédias humanamente criadas e que afetam, principalmente, os países mais pobres e vulneráveis do globo – Os Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento. Parto desta contextualização para um resgate mais específico da trajetória política de Barbados, da colonização inglesa e da formação da Sociedade do Açúcar e da Escravidão, até a chegada simbólica de Mia Amor Mottley ao cargo de Primeira-Ministra do país, a primeira mulher a assumir a posição em 52 anos de monarquia parlamentarista independente.

Tendo estabelecido este panorama teórico e histórico, este capítulo se dedica a explicitar os métodos e procedimentos empregados na análise dos discursos oficiais de Mottley e para o processo de escrita desta dissertação. A seção abordará o tipo de pesquisa adotado, os critérios de seleção, a metodologia de Análise do Discurso (AD) baseado na construção teórica de Van

Djik (1993a, 1993b, 1995b, 1995c, 2003, 2007), a fundamentação teórico-metodológica que orienta a interpretação dos pronunciamentos, os resultados obtidos e a elaboração de dois quadros comparativos.

A metodologia de Van Dijk possibilita a análise tanto dos aspectos explícitos quanto dos implícitos nos discursos, bem como dos mecanismos de construção de sentido, incluindo a representação dos atores, os contrastes e os cenários internacionais. Essa abordagem se mostra especialmente relevante para este estudo, pois permite identificar de que maneira temas como colonialidade, justiça climática, negritude e feminismo são articulados nos discursos de Mottley, seja de maneira direta ou sutil.

Além disso, propomos aqui, também, a construção de um quadro comparativo que sintetize a presença dessas temáticas nos discursos, associando-as aos mecanismos discursivos observados e ao referencial teórico adotado.

3.1 – METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta dissertação apresenta-se como uma pesquisa básica – tendo em vista o objetivo de ampliação de conhecimento sobre determinado tema, e não necessariamente uma aplicabilidade prática (Gil, 2017) – de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Gil (2017), uma pesquisa exploratória "têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (p. 31).

Compreendendo que ela pode assumir mais de uma tipologia, ainda em Gil (2017), a pesquisa descritiva é compreendida como aquela que "têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno." (pág. 31). O autor continua e aponta que elas podem ser trabalhadas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis.

Para compreender o processo de escrita desta dissertação, há de se especificar os métodos e técnicas utilizados. Este trabalho configura–se como uma pesquisa tanto bibliográfica – à medida que se aprofunda na literatura acerca do pensamento crítico latino-americano e caribenha e seus conceitos –, quanto documental – já que o objeto de análise são os discursos oficiais de Mia Mottley nos espaços de discussão da ONU e das COPs.

E como um estudo de caso, metodologia que é entendida "como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos" (Yin, 2013).

Aqui, demonstra–se na preocupação da dissertação com uma compreensão mais aprofundada sobre o país insular de Barbados – e mais precisamente, na atuação e na trajetória de sua chefe de governo.

3.2 – ANÁLISE DE DISCURSO ENQUANTO CAMPO DE ESTUDO

Entendida aqui tanto como abordagem metodológica quanto um campo teórico com um arcabouço próprio, a Análise de Discurso (que será referenciada aqui pela sigla AD) é "o estudo dos significados que damos à linguagem e das ações que realizamos quando usamos a linguagem em contextos específicos." (Gee, Handford, 2013, p.1).

A linguagem assume aqui uma postura de busca de objetivos, numa tentativa de criar significância, coerência. A pesquisa focada em AD é multi e interdisciplinar dentro da grande área das Ciências Humanas – passando pela Antropologia, pela Psicologia (cognitiva e social), pela Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Publicidade, Linguística, dentre outras (Hamilton et al, 2001, p.1).

Por este fator, muitos de seus elementos ganham contornos distintos a partir das lentes atribuídas. Hamilton et al (2001) argumentam sobre como o discurso pode ser entendido tanto como o estudo da linguagem *per si* – como defende Fasold (1990) –, quanto a interpretação linguística de que pode ser entendido como "qualquer coisa para além da frase" (p. 1) quanto a lente mais crítica, que atribuí um caráter ideológico ao discurso, analisando–o profundamente no sentido de entender seus significados e objetivos.

Gee e Handford (2013) defendem que a linguagem, para além da comunicação, atribui valores e alcança objetivos específicos. Utilizando–se da imagética da anunciação de um casamento, os autores defendem que a frase "eu vos declaro marido e mulher" não só comunica ao casal que o casamento foi realizado, mas, também, demonstra a realização daquela ação. Defendem, também, que a linguagem pode criar ou recriar imagens: ao defender que a união entre pessoas do mesmo sexo é um casamento, por exemplo, recria–se aqui o que o enunciador entende a instituição, da mesma forma que a negação disso cria um outro sentido.

Van Djik (1993a, 1993b, 1995b, 1995c, 2003, 2007) argumenta sobre a relação entre discurso e ideologia. Para o autor, a AD faz uso de uma leitura mais atenta e detalhada, não só ligada aos elementos textuais, mas também pondo o contexto e os elementos não–textuais do discurso, e, assim, consegue extrair do enunciador a sua ideologia, no sentido de que "os usuários expressam suas ideologias explícita ou inconscientemente através da linguagem e comunicação." (Van Djik, 2007, p.135).

Tendo o racismo – principalmente em relação a imigrantes e minorias no contexto europeu – como objeto de estudo em muitos de seus artigos e capítulos de livro – (1984, 1987, 1991, 1993a) –, Van Djik argumenta que "tanto o racismo e a ideologia são reproduzidos de forma proeminente pelas práticas sociais e, especialmente, pelo discurso." (2000, p.92). O interesse do autor está em analisar como o discurso reproduz sistemas de dominação e

desigualdade social, como o racismo. Para tal, ele estabelece o que chama de análise crítica do discurso (ACD).

Dentro do campo das Relações Internacionais, a AD, como aponta Milliken (1995), tem sido estudada com mais frequência com o passar dos anos, principalmente a partir de lentes pós–estruturalistas, pós–modernistas, social–construtivistas e de estudos feministas. Apesar de cada linha ter uma lente específica e divergências próprias entre si, o que Milliken argumenta, apoiada em George (1994, p.191) é que eles compartilham certos compromissos teóricos sobre o funcionamento dos discursos, o que os leva a um interesse de pesquisa comum: "ilustrar como os processos textuais e sociais estão intrinsecamente conectados e descrever, em contextos específicos, as implicações dessa conexão para a maneira como pensamos e agimos no mundo contemporâneo".

Podem ser compreendidos como teorização crítica, a partir do momento que questionam relações de poder / construção de conhecimento. Tal “escola de discurso”, aponta a autora, é regularmente caracterizada como uma ciência marginal por causa da falta de teorias testáveis ou análises empíricas, além de adotar uma postura “anticientificista” que rejeita critérios e metodologias de análise, levando tais pesquisadores a um projeto pós–positivista de AD.

Mais precisamente para o campo da Análise de Política Externa (APE), é possível encontrar alguns estudos que se utilizam desta abordagem teórica/metodológica, como, por exemplo, o artigo que inspirou a construção deste, “A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU” (Coelho, dos Santos, 2014). Nele, os autores utilizam a AD para extrair dos discursos da então presidenta Dilma Rousseff significados – no caso, as linhas de orientação da política externa brasileira.

O presente estudo tem objetivo semelhante, ao buscar identificar, nos pronunciamentos oficiais de Mia Amor Mottley, a influência de conceitos e temáticas centrais ao pensamento crítico latino-americano e caribenho. Esta dissertação também se inspira no trabalho de Mark Nartey (2024), que investiga a construção de agência nos discursos de Mottley, com uma abordagem analítica centrada no gênero da Primeira-Ministra e em sua posição epistêmica e geopolítica no Sul global.

Dessa forma, ao avançar para a análise empírica desta pesquisa, na qual os discursos de Mia Mottley serão reunidos e examinados, recorro novamente ao artigo de Coelho e dos Santos para fundamentar a aplicação da metodologia de Análise do Discurso (AD). No referido estudo, os autores, com base nos trabalhos de Van Dijk (2003) e Flores (2007), empregam mecanismos estruturais para explorar os discursos selecionados da Presidenta Dilma Rousseff. Os referidos mecanismos são:

a) Representação do contexto internacional: Para Van Djik (2003) e Flores (2007), a política externa de um país é construída a partir da maneira como este percebe o cenário internacional. Essa percepção, muitas vezes, influencia sua atuação e justifica suas escolhas políticas e estratégicas. O discurso busca definir a posição do país no mundo e indicar quais seriam as condições ideais para sua política global e regional;

b) Temas: Van Dijk (2003) destaca que a abordagem dos temas em um discurso orienta sua diretriz e ênfase, influenciando a construção da imagem dos "Eles". Um exemplo desse processo ocorre quando o discurso ressalta que "nós estamos interessados em valores mais altos do que os outros, os quais nem sempre mostram esse valor" (Flores, 2007, p. 46). A seleção e a ênfase em determinados temas desempenham um papel central na construção de uma imagem positiva do grupo de pertencimento ("Nós"), frequentemente estabelecendo um contraste em relação aos "Eles", cujos valores são representados de forma menos favorável;

c) Implícitos: O uso de implícitos constitui um recurso estratégico para influenciar percepções sem afirmar diretamente determinadas ideias. Essa estratégia, conforme Flores (2007, p. 46), opera de maneira a "explicitar apenas a abordagem da mensagem do enunciador e ao mesmo tempo ocultar valores que não são compartilhados como os dos referentes comuns compatíveis com o emissor". Ou seja, permite que o enunciador transmita uma mensagem que aparente objetividade, ao mesmo tempo em que oculta valores que não são amplamente compartilhados pelo público–alvo. Dessa forma, a construção discursiva orienta a recepção da mensagem sem tornar explícitas certas intenções subjacentes;

d) Contraste: Conforme exposto anteriormente, o mecanismo de contraste se articula com a construção temática dos discursos, consolidando a distinção entre "Nós" e "Eles". Enquanto a seleção e a ênfase em determinados temas contribuem para a construção de uma imagem positiva do "Nós", como discutido no ponto (b), neste caso, o objetivo é reforçar a imagem dos "Eles" como um contraponto negativo, acentuando a oposição entre os grupos;

e) Representação dos atores: Por fim, a relação entre "Nós" e "Eles" é um elemento central na estruturação dos discursos ideológicos. Como aponta Flores (2007, p. 46), essa dinâmica exerce um papel fundamental na obtenção de determinados resultados políticos e sociais, configurando–se como um jogo estratégico de enunciação. Assim, a construção discursiva molda a imagem dos atores envolvidos, influenciando não apenas a percepção pública, mas também a legitimação de posicionamentos e ações dentro de um determinado contexto.

3.3 – ANALISANDO OS DISCURSOS – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir desta subseção, serão aplicados os mecanismos anteriormente expostos à análise dos discursos oficiais de Mia Mottley, proferidos tanto na AGNU quanto na COP. Ao

todo, serão analisados dez discursos oficiais: seis no âmbito da ONU (2018–2019, 2021–2024); e quatro no âmbito da Cúpula das Lideranças Globais (2021–2024).

O recorte temporal escolhido justifica-se pela ausência de Mottley e de demais lideranças na Assembleia da ONU em 2020 por conta da eminência da pandemia da COVID-19, e pela realização do discurso emblemático na COP26 em 2021, que colocou a Primeira-Ministra em destaque nos anos subsequentes. Para a avaliação dos mecanismos, separo os dois âmbitos em duas subseções em sequência, abordando individualmente cada um dos dez discursos.

3.1.1 – Assembleia Geral da ONU (2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024)

- **Discurso Mia Mottley (2018 – LXXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU)**

A) Representação do contexto internacional

Em 2018, Mia Mottley discursa pela primeira vez como Primeira-Ministra de Barbados no espaço da AGNU. Com a construção de um sentido de urgência (Nartey, 2024), percebe–se que, em seu pronunciamento, a construção geral que Mottley estabelece é a de um planeta em desequilíbrio, marcado por crises, em especial por eventos extremos em consequência das mudanças climáticas. Destaca a importância das Nações Unidas em ouvir e proteger estados mais frágeis e de constranger os grandes e já estabelecidos, funcionando como um "corredor de estabilidade" (Mottley, 2018) em um mundo cada vez mais desigual e voltado para si. Ao salientar desastres naturais recentes – como a forte tempestade tropical que causou inundações em Barbados e em Santa Lúcia, ou o terremoto no litoral da Martinica, de Guadalupe e de Dominica –, ela expõe a vulnerabilidade sob a qual os pequenos estados insulares estão submetidos e argumenta que é dever dos países centrais ajudarem-nos através de redução das dívidas e do apoio irrestrito ao multilateralismo.

B) Temas

1. **Crise Climática;**
2. **Multilateralismo;**
3. **Desenvolvimento Sustentável;**
4. **Responsabilidade de países ricos;**
5. **Direitos Humanos;**
6. **Desigualdade;**
7. **Injustiça Climática**

C) Implícitos

Durante seu discurso, Mia Mottley afirma sobre a desvalorização com a qual os países insulares são tratados. Embora reconheça não ser um sentimento novo, a Primeira-Ministra reforça a AOSIS como um significativo instrumento de negociação diplomática, no sentido de que unidos os países são mais fortes. Ao trazer os casos de Guadalupe, Dominica, Martinica, Santa Lúcia, e destacar também eventos extremos na Indonésia e no Japão, Mottley não só demonstra a unidade da AOSIS como explicita a globalidade do fenômeno das mudanças climáticas, ainda que ressalte que a capacidade de enfrentamento em determinados lugares é muito maior, e que algumas vidas parecem valer mais do que outras. Além disso, os implícitos reforçam a ideia de que valores como empatia e solidariedade estão em declínio, em uma sociedade cada vez mais marcada pelo individualismo e pelo egoísmo – expressos aqui, em seu discurso, pela inação dos países do Norte–Global e das grandes corporações, que estão mais preocupados em lucrar, deixando de priorizar ações focadas no multilateralismo e mergulhando em ideais nacionalistas.

D) Contraste

O principal contraste que Mottley traz em seu discurso é a construção de uma ideia de "Nós" (os estados insulares e o Sul global) e de "Eles"/"Outros" (os países centrais e as grandes corporações) – "para nós, é sobre salvar vidas, para outros, é sobre salvar lucros e dividendos" (Mottley, 2018). A partir desta narrativa, ela diferencia a forma como esses dois grupos distintos entre si lidando com a crise ambiental e climática. Há um contraste muito demarcado aqui: algumas vidas parecem valer menos que outras. Ela demonstra que os países–ilha estão acostumados a serem tratados como insignificantes, e cita os discursos de outras lideranças a partir do Caribe, que evidenciam a injustiça climática a qual eles estão expostos.

E) Representação dos Atores

Em seu discurso, Mottley estrutura sua argumentação a partir de três grupos distintos. O primeiro é o "Nós", que compreende os países insulares e as nações do Sul global, caracterizados pela vulnerabilidade climática e fragilidade fiscal. Esses Estados, ainda em processo de desenvolvimento, encontram nas instituições internacionais voltadas ao multilateralismo um "corredor de estabilidade" (Mottley, 2018). O segundo grupo corresponde aos "Outros", representados pelas grandes economias do Norte Global e pelas corporações transnacionais, que priorizam o lucro em detrimento das vidas dos mais pobres e vulneráveis. Essas entidades são associadas à inação diante da injustiça climática, motivadas pelo egoísmo, pelo nacionalismo xenofóbico e pelo individualismo. Por fim, a Comunidade Internacional é retratada como um ator intermediário: embora passível de críticas pela ineficácia e insuficiência de suas ações, sua existência e atuação são consideradas indispensáveis.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (2019 – LXXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU)**

A) Representação do contexto internacional

O cenário global apresentado por Mottley mantém o imaginário de *polycrisis*. Aponta para um sistema que ameaça o multilateralismo e a cooperação internacional por meio de práticas xenofóbicas e individualistas, que priorizam o nacionalismo radical e o individualismo capitalista em detrimento da vida dos mais vulneráveis. Novamente, a Primeira-Ministra inicia seu discurso demonstrando solidariedade a outros países–insulares que estavam, naquele momento, passando por eventos extremos causados pela incidência do fenômeno das mudanças climáticas. No entanto, sua preocupação vai além das catástrofes imediatas, abrangendo questões como a escassez de água potável, a intensificação de secas e o aumento das queimadas. Mottley enfatiza o caráter intergeracional da crise climática, ao mesmo tempo em que celebra o engajamento da juventude na defesa ambiental e na proteção dos direitos da natureza, citando a ativista Greta Thunberg como um exemplo de mobilização. Além disso, aborda criticamente o negacionismo e a obstrução climática, manifestando preocupação com a rejeição às evidências científicas e com a inação das lideranças das grandes potências globais.

B) Temas

1. Crise Climática;

2. Multilateralismo;

3. Desenvolvimento Sustentável;

4. Responsabilidade de países ricos;

5. Direitos Humanos;

6. Autonomia;

7. Negacionismo Climático;

8. Ativismo da Juventude

C) Implícitos

Embora, à primeira vista, o discurso de 2019 possa ser lido como similar ao do ano anterior, o que se destaca é a presença de um discurso mais assertivo em relação à autonomia dos países insulares e seu direito de se desenvolver. É o reforço da força da união da AOSIS – especialmente na região do Caribe – ao destacar a conquista de cargos importantes de liderança internacional, como o caso de São Vicente e as Granadinas que ocupou um assento no Conselho de Segurança; é na reivindicação pelo fim do embargo dos Estados Unidos à Cuba e na reiteração da parceria entre os dois países. Mottley resgata seu posicionamento crítico aos interesses dos países centrais, e destaca a força da juventude na luta pelos direitos humanos e

da natureza. Novamente, reforça o declínio de valores como empatia e solidariedade, substituídos por uma mentalidade de "cada um por si". Ela destaca que o povo barbadiano e ela, enquanto liderança política, escolheram trilhar o "caminho da paz, da prosperidade, da proteção planetária, do amor enquanto virtude (...) irmandade para toda a humanidade" (Mottley, 2019). Há um desejo para que outros sigam esse caminho, mas aqui, ela força a ideia de um "Nós" mais igualitário e solidário, em detrimento de um "Outro" mais individualista.

D) Contraste

A ideia construída de "Nós" e "Eles"/"Outros", presente no discurso de 2018, retorna aqui, assim como nos demais pronunciamentos. Em todas suas aparições públicas, Mottley reforça essa oposição binária: de um lado, destaca os países insulares como vulneráveis e frágeis em termos fiscais, no entanto, enfatiza o protagonismo climático adquirido pela coalizão AOSIS, e, também, a conquista de espaços de poder – como o caso específico de São Vicente e as Granadinas em 2019. Por outro, demarca os países do Norte Global e as grandes corporações como ameaças ao multilateralismo, focados em ideais individualistas. Para ela, "o crescimento dos países desenvolvidos não deve se dar em detrimento da existência e viabilidade de pequenos estados em desenvolvimento (...) crianças pequenas têm palavras para isso, covardia, bullying." (Mottley, 2019). Há, por fim, um contraste interessante demarcado neste discurso, a oposição entre o ativismo ambiental da juventude, representado na fala através da figura de Greta Thunberg, e os grandes corporativistas, que financiam a obstrução e o negacionismo climáticos.

E) Representação dos Atores

Neste discurso, Mottley destaca seus vizinhos regionais como referências na luta por um mundo mais justo e igualitário. Afirma Barbados como um país focado no multilateralismo e na cooperação – desde os tempos da conquista de sua independência, um país "amigo de todos, e satélite de ninguém!" (Mottley, 2019). Reforça sua posição de liderança a partir do Sul global, defendendo outras nações, principalmente Cuba e Venezuela. Ela destaca o papel fundamental da juventude na luta pela justiça climática. Novamente, representa os países centrais como indiferentes, inativos, individualistas e gananciosos.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (2021 – LXXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU)**

A) Representação do contexto internacional

O grande tema do discurso, assim como da Assembleia em sua totalidade, foi a pandemia de COVID–19. No pronunciamento, Mia Amor Mottley, que retorna à ONU após um ano sem realizar o discurso de abertura, enfatiza a dificuldade de acesso dos países pobres às

vacinas contra a doença e discute o impacto do negacionismo e da disseminação de notícias falsas nas redes sociais. O cenário de *polycrisis* se mostra ainda mais evidente, à medida que ela cita os desafios globais – guerras, crises sanitárias e os impasses democráticos, ambientais e climáticos –. O discurso apresenta um tom de urgência e apelo mais incisivo, propondo ações concretas com base no relatório *Our Common Agenda*, elaborado pelo Secretário–Geral da ONU, António Guterres. Esse documento destaca doze grandes áreas prioritárias e propõe avanços em questões como ampliação da democracia, proteção ambiental, equidade de gênero, fortalecimento do multilateralismo e promoção do desenvolvimento sustentável, entre outros temas. O tom do discurso é mais assertivo: Mottley demonstra ciência sobre como seus discursos, desde sua estreia, tem seguido um padrão similar, mas reconhece que assim o faz pela imobilidade dos países centrais e das instituições em resolver as grandes crises da modernidade.

B) Temas

1) Crise Climática;

2) Multilateralismo;

3) Desenvolvimento Sustentável;

4) Responsabilidade de países ricos;

5) Direitos Humanos;

6) Autonomia;

7) Negacionismo Climático;

8) Ativismo da Juventude;

9) Crise da Covid–19;

10) Financiamento climático;

11) Independência das ex–colônias

C) Implícitos

No discurso, Mottley elogia a iniciativa *Our Common Agenda*, de António Guterres, e ressalta sua convergência com a visão de mundo e a compreensão do estado de crise expressas pelo Secretário–Geral. Ao reivindicar vacinas e acesso à educação, além de destacar que muitos dos países ali representados não eram nações independentes há algumas décadas, a Primeira-Ministra sugere uma crítica mais incisiva aos impactos persistentes da colonialidade. Sua fala aponta para os mecanismos que continuam a restringir a autonomia e o direito ao desenvolvimento das ex–colônias, resultando na negação de direitos humanos fundamentais por parte das antigas metrópoles.

Também aponta que outros países se demonstram preocupados com a democracia, mas não fazem esforços para democratizar os espaços internacionais de poder. A questão ambiental reaparece de forma reiterada, refletindo a preocupação de Mottley com a inação e o negacionismo, que seguem como obstáculos concretos à formulação de resoluções eficazes e comprometidas com a proteção da vida nos países mais vulneráveis.

D) Contraste

Assim como nos discursos anteriores, há um contraste claro entre o posicionamento dela enquanto liderança política a partir do Sul global e os líderes dos grandes países centrais, bem como uma forte crítica aos grandes empresários e donos de *big tech companies* que priorizam a lógica da acumulação perpétua e financiam a obstrução climática que põe em risco as vidas das pessoas em maior situação de vulnerabilidade.

Há, aqui, a compreensão de que os países mais vulneráveis à pandemia são justamente os mais pobres, com *status* compartilhado de ex–colônias, enquanto o Norte Global, representado pelos países centrais, mantém controle sobre a distribuição da cura. Ela aponta a ineficiência das instituições internacionais em tomar ações efetivas de fato, enquanto os países mais vulneráveis sofrem com falta de desenvolvimento e acesso a direitos fundamentais como água, comida, dignidade.

E) Representação dos Atores

Mottley menciona, novamente, os países insulares e as mais pobres nações do mundo, destacando dessa vez, de forma mais enfática, a condição de ex–colônias em busca de sua autonomia e da superação das raízes da colonialidade. Salienta as mulheres e os homens de cor em seu discurso. Há a compreensão de que o Sul global, cada vez mais, é deixado à própria sorte, enquanto os países do centro – o "Eles" de seus discursos – gozam de uma riqueza que tem reflexos dos tempos de colonialismo.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (2022 – LXXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU)**

A) Representação do contexto internacional

Mia Mottley começa seu discurso falando sobre a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Para a Ministra, essa é mais uma dentre as várias crises que a humanidade tem enfrentado nos últimos anos, como a crise sanitária, a ascensão da extrema direita, a crise climática e ambiental. Todos estes elementos contribuem para o aumento da pobreza e da desigualdade. Porém, é neste ano que Mottley apresenta sua proposta mais ousada: para além da reivindicação de uma reforma completa do Conselho de Segurança e da urgente necessidade de transparência nas

decisões globais, bem como a inclusão de países africanos e da Diáspora no G7 e no G20, a líder política apresenta o que intitula como *Bridgetown Agenda*.

Inserida no contexto desta agenda, consiste a Iniciativa Bridgetown, um plano de ação que tem como algumas das propostas: Suspensão da dívida verde para países que adotam medidas ambientais; reformas nos critérios de concessão de financiamentos das instituições financeiras; e a criação de mecanismos financeiros para apoiar a adaptação climática e o desenvolvimento sustentável.

B) Temas

1) Crise Climática;

2) Multilateralismo;

3) Desenvolvimento Sustentável;

4) Responsabilidade de países ricos;

5) Direitos Humanos;

6) Autonomia;

7) Negacionismo Climático;

8) Ativismo da Juventude;

9) Crise da Covid–19;

10) Financiamento climático;

11) Independência das ex–colônias;

12) Erradicação da pobreza;

13) *Bridgetown Iniciative*

C) Implícitos

O destaque deste discurso vai para o protagonismo que Barbados assume a partir do pronunciamento de sua Primeira-Ministra e, principalmente, através da *Bridgetown Iniciative.* Ao propor uma reforma nos espaços de liderança internacional e a partir das propostas da sua agenda, como a suspensão da dívida; as reformas nos critérios de concessão de financiamentos das instituições financeiras; e a criação de mecanismos financeiros para apoiar a adaptação climática e o desenvolvimento sustentável, Mottley mostra a ambição de seu país se tornar uma referência em matéria de gestão da crise ambiental, e, também, de mostrar–se como um potente mediador de conflitos pró–Sul global. Sua iniciativa demonstra, também, que Barbados – e os países insulares de maneira geral – cansou de esperar um posicionamento mais assertivo dos países centrais e assumiu a dianteira no processo de buscar soluções factíveis para obter a justiça climática e fiscal.

Ela destaca que o Conselho de Segurança perpetua conflitos e mostra–se ineficaz, deixando implícito que os grandes países tendo poder de veto são um obstáculo para a paz. Há uma crítica pertinente sobre a hipocrisia internacional, já presente nos discursos anteriores que, novamente, aparece aqui, ao apontar o neocolonialismo e a violação de direitos humanos validada por diferenças ideológicas – a partir, principalmente, do uso de exemplos como Cuba, Venezuela e Haiti.

D) Contraste

É relevante destacar o contraste presente nesse contexto: Barbados está entre os países que menos emitem GEE, ao mesmo tempo em que figura na lista das nações mais vulneráveis às mudanças climáticas. Apesar dessa disparidade, o país desenvolve, por meio da atuação conjunta da sociedade civil organizada, da academia e de suas lideranças políticas, um plano de ação voltado para a melhoria das condições de vida dos países do Sul global.

Nos discursos anteriores, Mottley tem consistentemente enfatizado a necessidade de reconhecimento dos esforços empreendidos pela AOSIS e por países continentais em desenvolvimento na busca por soluções concretas para as múltiplas crises globais. Esse posicionamento contrasta com a postura das nações centrais, que frequentemente direcionam sua atenção prioritária às próprias demandas internas, negligenciando as implicações mais amplas de suas políticas e decisões. Como resultado, os custos dessas crises recaem desproporcionalmente sobre os países menos responsáveis pelas emissões históricas de carbono e que, além disso, dispõem de menos recursos financeiros para lidar com seus impactos.

E) Representação dos Atores

Ela reforça novamente sua posição enquanto uma liderança do Sul global, e traz seus vizinhos regionais e outros parceiros da AOSIS para o centro do debate. A construção dos "Outros" (Estados Unidos, o G7, o G20, outros membros permanentes do Conselho de Segurança) aparece aqui na perspectiva de atribuir a eles a manutenção de um sistema desigual, resistente às reformas e perpetuador de conflitos. Destaca a vulnerabilidade dos países do Sul global, construídos como o "Nós", mas, especificamente aqui, surge um novo elemento, o "Eu" – mediante a retratação de Barbados como um agente de mudança, capaz de propor soluções inovadoras e viáveis para os desafios globais.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (2023 – LXXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU)**

A) Representação do contexto internacional

Mottley enfatiza temáticas que já apareceram de uma forma ou de outra em seus discursos anteriores: a necessidade urgente de um novo pacto global em busca de equidade,

justiça social e climática, combate à pobreza, educação, reformas institucionais sérias e transparentes. Com citações de Nelson Mandela e Rocky Dawuni, a Premier enfatiza a necessidade de se pensar as crises globais de maneira conjunta, priorizando a vida das pessoas à lógica do lucro e da acumulação perpétua. Enfatiza, também, a necessidade de tomada de responsabilidade por parte dos grandes países à frente de cargos de liderança nas organizações internacionais.

B) Temas

1) Crise Climática;

2) Multilateralismo;

3) Guerras e conflitos sócio–econômico–políticos;

4) Desenvolvimento Sustentável;

5) Responsabilidade de países ricos;

6) Direitos Humanos;

7) Autonomia;

8) Negacionismo Climático;

9) Ativismo da Juventude;

10) Crise da Covid–19;

11) Financiamento climático;

12) Independência das ex–colônias;

13) Erradicação da pobreza;

14) *Bridgetown Iniciative*;

15) Pacto Global

C) Implícitos

Muitos elementos recorrentes em discursos anteriores de Mottley reaparecem aqui, especialmente suas críticas à ordem mundial vigente, com ênfase na necessidade urgente de reformar as instituições internacionais. A Primeira-Ministra argumenta que tais reformas devem priorizar a inclusão de países historicamente marginalizados no Sistema Internacional, promovendo maior representatividade e transparência democrática. Além disso, reitera a ambição de Barbados em exercer um papel de liderança global por meio da *Bridgetown Initiative*. Por fim, reivindica o reconhecimento da dívida histórica que as grandes potências econômicas possuem com os países do Sul global, particularmente aqueles que foram colônias e que, devido à persistência da colonialidade, enfrentam instabilidade política e pobreza extrema – sendo o Haiti um caso emblemático dessa realidade.

D) Contrastes

Mottley volta a destacar iniciativas provenientes do Sul global, evidenciando ações concretas, como o apoio de Cuba, Ruanda e Quênia à crise no Haiti. Também menciona a situação crítica na Líbia, ampliando a ênfase em desafios enfrentados por nações historicamente marginalizadas. Em sua abordagem regional, poucos países do Norte são mencionados de maneira positiva, enquanto grandes empresas e fundos financeiros internacionais são alvo de cobranças diretas. A *Bridgetown Initiative*, mais uma vez, ocupa um papel central no discurso, reafirmando a defesa de Barbados por um modelo econômico e financeiro global mais equitativo.

E) Representação dos Atores

Por fim, Mottley reforça o protagonismo dos países da periferia global, um tema recorrente em seus pronunciamentos. Em sua visão, essas nações são as mais vulneráveis aos impactos das crises climática e ambiental, o que demanda uma reformulação das dinâmicas internacionais para que sejam incluídas de maneira mais efetiva nas decisões globais. Essa perspectiva se reflete em todos os discursos analisados, consolidando a posição de Barbados como uma voz ativa na defesa dos interesses do Sul global.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (2024 – LXXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU)**

A) Representação do Cenário Internacional

Em seu discurso mais recente proferido na ONU, Mottley reafirmou o cenário global como um compilado de crises. Ela destaca a crise climática; os legados da pandemia da COVID–19; as guerras entre Rússia e Ucrânia, o conflito entre Israel e a Palestina, dentre outros conflitos étnico–raciais e políticos mundo afora; a silenciosa pandemia da Resistência Antimicrobiana e a incidência de mortes por doenças crônicas. Há uma crítica explícita às estruturas neocoloniais que perpetuam o racismo, a misoginia, o classicismo e que delegam quais vidas importam e quais são aqueles cidadãos de segunda–classe, cujas mortes pouco importam.

B) Temas

1) Crise Climática;

2) Neocolonialismo;

3) Racismo;

4) Misoginia;

5) Classicismo;

6) Reparações pela colonização e pela escravidão;

7) Multilateralismo;

8) Arquitetura financial;

9) Fome;

10) Desigualdade social;

11) Pacto pelo Futuro;

12) Pacto Digital Global;

13) Declaração sobre Resistência Antimicrobiana;

14) *Bridgetown Initiative;*

15) SIDS;

16) CARICOM;

17) Cooperação Internacional

C) Implícitos

Ao criticar os gastos dos grandes países centrais com o conflito Rússia x Ucrânia, Mottley sugere que o Norte Global está mais preocupado em perpetuar guerras e, consequentemente, aumentar o número de mortos, do que mover esforços políticos e financeiros para combater a grande crise climática que tanto afeta os pequenos países insulares. Destaca o protagonismo que os SIDS têm assumido cada vez mais frequentemente, como o caso de Barbados ter assumido a presidência do Fórum de Vulnerabilidade Climática, numa sugestão de que são eles que estão assumindo a responsabilidade que deveria ser dos países mais ricos, que, segundo ela, mantém estruturas neocoloniais de segregação e apoiam o genocídio de pessoas racializadas na Faixa de Gaza.

D) Contrastes

Em todos os seus discursos, Mottley estabelece uma lógica binária de "Nós" e "Eles"/"Outros". No entanto, em seu pronunciamento mais recente, essa postura assume sua versão mais enfática, ao colocar os SIDS como potências de liderança no ativismo climático, enquanto os "Outros" reforçam uma política de morte, focada no incentivo às armas e à guerra. Ela critica a falta de democratização dos espaços internacionais de poder e que isso valida uma narrativa que existem pessoas cujas vidas importam, enquanto há cidadãos de segunda classe, sem voz e sem direitos. E mais do que ameaças ao multilateralismo, o Norte Global tem se mostrado uma ameaça à democracia, aos direitos humanos, à uma sociedade mais justa, igualitária e anticolonial.

E) Representação dos Atores

Conforme mencionado no ponto anterior, o discurso de 2024 enfatiza a lógica binária dentro do discurso de Mottley, opondo o "Nós" aos "Outros". Essa representação, semelhante ao que foi apresentado nos anos anteriores, reforça a ideia de um conflito global entre os

interesses dos mais vulneráveis e os dos mais poderosos. Nota–se, no entanto, que, apesar de reconhecer o *status* de vulnerabilidade e de fragilidade, Mottley, em momento algum, estabelece uma narrativa "vitimista", no sentido em que reforça a tomada de ação e a postura de agentes de mudança que os SIDS e o Sul global como um todo vêm assumindo com o passar do tempo.

3.1.2 – Conferência entre Partes (COP26, COP27, COP 28, COP29)

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (COP26 – 2021 – Glasgow – Escócia)**

A) Representação do Cenário Internacional

Em seu discurso na abertura da Cúpula de Lideranças Globais da COP26, Mottley apresenta um cenário internacional coberto por grandes crises. Aqui, há uma preocupação mais assertiva com o individualismo e a inação dos países centrais. Ela destaca que vivemos em um outro mundo, diferente daquele de 1945 – marcado pela colonização –, e que, agora, as ex–colônias são países independentes cujas vozes devem ser ouvidas.

B) Temas

1) Crise Climática;

2) Multilateralismo;

3) Colonialismo/Neocolonialismo;

4) Desigualdade social;

5) Ação coletiva;

6) Liderança;

7) Justiça climática;

8) Justiça fiscal;

9) Financiamento climático

C) Implícitos

"Quando os líderes irão liderar?" (Mottley, 2021). A Primeira-Ministra de Barbados sugere, em seu discurso, que, enquanto os SIDS estão na linha de frente da catástrofe climática que se apresenta, os grandes países centrais se apresentam como ineficientes, individualistas, gananciosos e sem perspectiva de liderança. Se apresenta como uma agente de mudança em um sistema internacional falido e imóvel. E que ela fala a partir de um lugar geográfico/epistêmico cujas vidas pouco importam aos poderosos.

D) Contrastes

Ao apresentar–se como uma agente de mudança, Mottley estabelece um contraste com os outros líderes mundiais. A lógica binária aqui, ainda que abarque outros SIDS e o Sul global de maneira geral em contraste à ideia de "Eles"/"Outros", ganha um contorno mais centrado

em sua própria imagem, ou seja, a ideia de "Eu". É ela quem sente a morte dos menos favorecidos em um mundo marcado pela desigualdade social e pela injustiça climática; é a partir de sua imagem que evoca uma ideia do que é a liderança ideal, e quais são as supostas lideranças que prezam o individualismo, a ganância, e que mantem o *status quo.*

E) Representação dos Atores

A construção imagética de "Nós" e "Eles" aqui apresenta um contorno mais centrado na figura da própria Mottley, que se apresenta como um exemplo a ser seguido de liderança. Destaca Barbados e outros SIDS como países em linha de frente – tanto no protagonismo assumido quanto na vulnerabilidade climática. A representação dos "Eles" aqui se dá de maneira negativa, apresentando–os como imóveis, gananciosos, individualistas.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (COP27 –2022 – Sharm El–Sheikh, Egito)**

A) Representação do Cenário Internacional

Assim como nos discursos coletados anteriormente, Mottley, novamente, estabelece um cenário internacional marcado por grandes crises. Aqui, ela reforça a ideia de imobilidade por parte das lideranças globais, o que agrava cada vez mais um contexto de desigualdades profundas. Porém, a partir da *Bridgetown Initiative*, não somente ela constrói uma ideia de esperança, mas fixa o Sul global como protagonista e agente de mudança fundamental.

B) Temas

1) Crise Climática;

2) Multilateralismo;

3) Colonialismo/Neocolonialismo;

4) Desigualdade social;

5) Ação coletiva;

6) Liderança;

7) Justiça climática;

8) Justiça fiscal;

9) Financiamento climático

C) Implícitos

Mottley deixa claro que países como Barbados estão na linha de frente da crise climática, sofrendo impactos desproporcionais, apesar de contribuírem pouco para as emissões globais. Isso implica que a injustiça climática é um problema estrutural que precisa ser enfrentado. A falta de financiamento climático por parte dos países ricos é um tema central. O implícito aqui é que há uma falta de compromisso real com a justiça climática, apesar dos

discursos e promessas feitas em fóruns internacionais. Novamente há a perspectiva de declínio de valores como empatia, responsabilidade e solidariedade.

A solução requer uma reforma do sistema financeiro global: Mottley sugere que o sistema financeiro atual é inadequado para lidar com a crise climática. Isso implica que as instituições financeiras internacionais precisam ser reformadas para garantir que os países em desenvolvimento tenham acesso a recursos justos e acessíveis. E, como proposta de reforma, ela apresenta a Bridgetown Initiative.

D) Contrastes

Mia Mottley tem destacado consistentemente a necessidade de reconhecer os esforços da AOSIS e de outros países em desenvolvimento, que, apesar de suas limitações, estão na vanguarda da busca por soluções para as crises globais. Ao denunciar as promessas vazias dos países centrais, ela reforça mais ainda a construção da imagéticas “Nós” vs. ”Eles” já mencionada anteriormente.

E) Representação dos Atores

Ela reafirma sua posição como uma liderança representativa do Sul global, integrando seus vizinhos regionais e demais parceiros da AOSIS no cerne das discussões. A construção dos "Outros" é apresentada sob a ótica de atribuir–lhes a responsabilidade pela manutenção de um sistema desequilibrado, refratário a transformações e perpetuador de conflitos. Evidencia-se a vulnerabilidade dos países do Sul global, representados coletivamente como o "Nós", mas, de modo particular, introduz–se um novo elemento, o "Eu" – por meio da representação de Barbados como um agente transformador, apto a propor soluções inovadoras e factíveis para os desafios globais.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (COP28 – 2023 – Dubai – Emirados Árabes Unidos)**

A) Representação do Cenário Internacional

Embora ainda haja aqui uma esperança pela meta de 1,5Cº, o cenário é catastrófico. As crises entre os países só aumentam, e as mudanças climáticas intensificam eventos extremos que destroem as economias já fragilizadas de países em desenvolvimento do Sul global. Reforça a estrutura neocolonial que determina aqueles que têm direito à vida, e os quais a morte pouco importa.

B) Temas

1) Inclusão;

2) Reforma das Instituições Financeiras internacionais;

3) Justiça Social e Climática;

4) *Bridgetown Initiative;*

5) Desigualdades

C) Implícitos

Mottley afirma que "aqueles que causaram e perpetuam esta crise climática não negligenciarão suas responsabilidades" (Mottley, 2023). Assim como em outros discursos, ela deixa implícito uma cobrança severa aos países desenvolvidos, principais emissores de gases de efeito estufa, e denuncia o não cumprimento das obrigações acordadas no âmbito da COP. Além disso, a menção à "janela de oportunidade que está se estreitando" (Mottley, 2023) implica que a ação imediata é essencial, mas que há uma falta de compromisso suficiente por parte dos principais atores globais.

D) Contrastes

O texto utiliza contrastes para destacar a disparidade entre as ações necessárias e a realidade atual. Por exemplo, há um contraste entre o "compromisso com 1.5°C" e a "inércia global" que ameaça esse objetivo. A ideia de “Nós” e “Eles”, novamente, é reforçada por Mottley. Outro contraste evidente é entre a "vulnerabilidade do Caribe" e a "falta de acesso a financiamento climático adequado", o que reforça a ideia de que os países mais afetados são os que menos recursos têm para lidar com os impactos.

E) Representação dos Atores

Mais uma vez, a construção da representação dos atores no discurso de Mottley se dá de maneira de apresentar os SIDS e os demais países em desenvolvimento do Sul global como a vanguarda da crise climática e os defensores do multilateralismo, apresentando um caráter de liderança moral e de protagonismo; em detrimento da falta de *agência* dos países centrais.

- **DISCURSO MIA MOTTLEY (COP29 – 2024 – Baku – Azerbaijão)**

A) Representação do Cenário Internacional

Em seu discurso mais recente, realizado em novembro de 2024, Mottley destaca que o cenário de *polycrisis* chegou a um nível insustentável, que classifica como “*ultimate tipping point” (*Mottley, 2024). Os eventos extremos cada vez mais frequentes já demonstram que a ambição climática de estabilizar o aumento da temperatura em 1,5Cº já não corresponde mais à realidade. Para além da crise climática, ela destaca outros grandes conflitos como guerras, injustiça fiscal, pandemias.

B) Temas

1) Transparência e *Accountability;*

2) Fundo de Perdas e Danos;

3) *Bridgetown Initiative 3.0*;

4) Justiça social e climática;

5) Financiamento climático;

6) Desigualdades;

7) Reforma do Sistema Financeiro Global;

8) Ajuste da dívida

C) Implícitos

Ao se conformar com a insustentabilidade do aumento da temperatura limitado a 1,5Cº sugere, ao mesmo tempo, a ineficiência da COP em estabelecer uma tomada de ação responsável por parte dos grandes países poluidores. Novamente, ela atribui, explícita e implicitamente, a culpa à ganância, à inação, e à imobilidade do Norte Global, ainda que não aponte diretamente os culpados.

D) Contrastes

O contraste em seu último discurso segue a mesma linha dos anteriores: estabelece–se enquanto uma referência de liderança moral, em detrimento da ganância de líderes a partir do Norte. De um lado, os SIDS e os países em desenvolvimento lutando pela sobrevivência e por um cenário global mais inclusivo, democrático e pacífico; do outro, lideranças globais focadas no neocolonialismo e na lógica da acumulação perpétua, fechados em si mesmos, abandonando o multilateralismo enquanto solução em um contexto de *polycrisis.*

E) Representação dos Atores

Por fim, Mottley estabelece a representação de "Nós" e "Eles" já apresentada anteriormente. Ao enfatizar a descrença da comunidade internacional no cumprimento da meta de redução de emissões para estabilizar a temperatura, ela destaca o Sul global tanto como vítima quanto como liderança moral no ativismo climático, em detrimento das ações ineficientes, desleais e individualistas dos países do Norte.

3.4 QUADRO COMPARATIVO

Com base na análise dos discursos de Mia Mottley, elaboramos um quadro comparativo que sintetiza a presença das temáticas de colonialidade, justiça climática, negritude e feminismo, relacionando-as aos mecanismos discursivos identificados. O quadro permite visualizar como essas temáticas são articuladas, seja de forma explícita ou implícita, e como se conectam ao marco teórico adotado. A seguir, apresentamos o quadro e discutimos os padrões identificados.

Quadro 2 – Verificando a incidência das variáveis "gênero", negritude", "justiça climática" e "colonialidade" nos discursos de Mia Mottley

Variáveis	Exemplos nos discursos
Gênero	"Senhora Presidente, permita-me começar parabenizando-a por sua eleição e, em particular, por ser apenas a quarta mulher, na história de 73 anos desta organização, a ter a grande honra de ser elevada à posição de Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas." (Mottley, 2018) "Quantas vezes mais ficaremos parados, vendo mulheres negras, homens negros e, de modo geral, mulheres serem atacadas desproporcionalmente em posições de liderança em organizações internacionais?" (Mottley, 2021a) "Estruturas neocoloniais que refletem e perpetuam uma ordem mundial ultrapassada, marcada pelo racismo, classicismo e misoginia, enquanto ignoram as legítimas aspirações de bilhões de pessoas, não contribuirão para fomentar a esperança ou a confiança." (Mottley, 2023a)
Negritude	"Nossos irmãos e irmãs africanos acertaram com seu princípio de Ubuntu: "Eu sou porque você é! Eu sou porque nós somos." Meu bem-estar está ligado ao seu, e o nosso bem-estar coletivo está conectado ao da Mãe Terra. Essa é a melhor forma de expressar a abordagem necessária para dar voz à redefinição." (Mottley, 2024) "Lembramos que 2024 é o último ano da Década das Nações Unidas para os Afrodescendentes. Muito foi alcançado, mas o "reconhecimento, justiça e desenvolvimento para os afrodescendentes" prometidos por esta Década ainda não foram plenamente realizados. É por isso que Barbados e a Comunidade do Caribe se unem ao crescente coro em favor da proclamação imediata de uma segunda década, para concluir o trabalho inacabado e abordar a questão das reparações pela escravidão e pelo colonialismo. Essa é uma conversa complexa, mas necessária. E a Comunidade do Caribe está determinada a garantir que ela aconteça. Sua resolução está em uma abordagem multigeracional—assim como a dívida de 20 milhões de libras esterlinas, contraída para compensar os proprietários de escravos no século XIX, só foi totalmente paga no século XXI, quase 200 anos depois". (Mottley, 2024)
Justiça climática	"Nós, no Caribe, precisamos que o mundo olhe novamente—e, no Pacífico, que olhe novamente—para o compromisso de limitar o aquecimento global a 1,5 grau, porque 2 graus seriam catastróficos. Precisamos de financiamento dedicado ao desenvolvimento, conforme estabelecido no Plano de Ação de Adis Abeba, que reconheça as necessidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Precisamos que o mundo reconheça que aquele gráfico mostrando os pontos de inflexão não pode reforçar nosso maior medo: o de que o mundo acredita que somos descartáveis. Pois foi exatamente assim que nos fizeram sentir séculos atrás." (Mottley, 2018) Para menos de 3 graus—nível que estamos a caminho de alcançar devido à nossa incapacidade de agir com decisão—isso significa que o Ártico, a Antártica, a Groenlândia e as ilhas de corais, assim como os povos dessas ilhas e da região de onde venho, estão em risco. Para nós, trata-se de salvar vidas. Para outros, trata-se de salvar lucros. (Mottley, 2018) Quero aproveitar esta oportunidade para me unir aos meus colegas líderes nesta plataforma e expressar as mais profundas condolências e solidariedade do meu país aos nossos irmãos e irmãs no governo e ao povo das Bahamas, diante da terrível devastação causada pelo furacão Dorian nas ilhas de Abaco e Grand Bahama. Essa catástrofe representa, infelizmente, uma nova normalidade para muitos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. (Mottley, 2019) E quanto mais os níveis do mar precisam subir nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento antes que aqueles que lucraram com o acúmulo de gases de efeito estufa contribuam para as perdas e danos que causaram, em vez de nos pedir para ocupar o espaço fiscal que temos para o desenvolvimento a fim de curar os danos provocados pela ganância de outros? E quantos furacões mais precisam destruir, gafanhotos devorar e ilhas submergir antes que reconheçamos que 100 bilhões de dólares em adaptação simplesmente não são suficientes? (Mottley, 2021a) Então, pergunto a vocês, o que devemos dizer ao nosso povo que vive na linha de frente no Caribe, na África, na América Latina, no Pacífico, quando tanto a ambição quanto, lamentavelmente, algumas das faces necessárias em Glasgow não estão presentes? Que desculpa devemos dar pela falha nas palavras daquele ícone caribenho, Eddie Grant, "eles nos lamentarão na linha de frente?" (Mottley, 2021b)

	Quero parabenizar o Fundo Monetário Internacional pelo seu mecanismo de financiamento rápido no início da crise da pandemia. E em breve, pelo Trust Resilience and Sustainability (RST) que está prestes a ser lançado – que é o primeiro reconhecimento de que países de renda média devem poder acessar financiamento, independentemente da renda per capita, mas com base na vulnerabilidade climática. E dizemos, para aqueles que o elogiam ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, não apenas elogiá-lo para países após um desastre, mas vamos fazer isso para países antes do desastre – pois, como foi pesquisado, para cada dólar gasto, se economiza 7 dólares em despesas evitadas, sem mencionar as vidas que são salvas. Não queremos apenas pagar o coveiro; queremos salvar vidas. (Mottley, 2022)
Colonialidade	Nós, como um pequeno estado, estamos acostumados a ser tratados às vezes como se não existíssemos. Foi o que aconteceu quando o processo de desrisco nas relações bancárias correspondentes se tornou a ordem do dia nos últimos anos. Como se fosse possível cortar uma região do acesso ao comércio e à capacidade de pagar por bens e serviços porque seus bancos não podem mais manter relações com bancos fora de suas fronteiras. (Mottley, 2018) A única forma de tratar as pessoas assim foi no século passado, quando separávamos indivíduos como "leprosos", mas os países que vêm aqui como países soberanos começam a se perguntar: estamos agora vivendo em um mundo onde os poderosos manobram para transformar a maioria em súditos? Ou ainda vivemos em um mundo que nos foi prometido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o respeito pela dignidade de todos? (Mottley, 2018) Quando o multilateralismo nos é tirado, o que nos resta e quem está lá para nos proteger? Quem nos ouvirá? E em qual plataforma faremos o clamor para poder chamar, não apenas os Governos do mundo, mas o povo do mundo? Estamos aqui conscientes de que o mundo de hoje, em muitos aspectos, se parece com o mundo de cem anos atrás, no qual meus avós habitaram. A concentração de riqueza, a desigualdade, a disposição para o nacionalismo, a presença da xenofobia e o que isso levou há cem anos? Duas guerras mundiais e uma bomba atômica. Duas guerras mundiais e uma bomba atômica. (Mottley, 2018) E dissemos isso repetidamente, mas perguntamos, quem está ouvindo? E, vocês sabem, não viemos apenas com histórias de desgraça. O Caribe tem produzido excelência. Realmente tem. Laureados com o Nobel, atletas que se destacaram e são os melhores do mundo em sua categoria. Artistas, os melhores do mundo em sua categoria. Líderes que inspiraram gerações passadas e atuais. Não viemos aqui como um povo orgulhoso pedindo esmolas. Não queremos e não seremos mendicantes. O que queremos, não, o que precisamos é de espaço fiscal e político. Espaço fiscal e político para alcançar o desenvolvimento sustentável, para ser ágeis, para adaptar e inovar de maneiras que nos permitam ser fiéis à tarefa de trazer prosperidade para nosso povo. Ou, como no tema desta Assembleia Geral, erradicar a pobreza, educar nosso povo, incluir a todos de forma que não haja uns fora e outros dentro. (Mottley, 2019) Muitos no mundo em desenvolvimento foram persuadidos ou obrigados a abandonar políticas que foram desenhadas para transformar a maioria de nossa população. E essas políticas foram moldadas para adotar um consenso que foi estabelecido em Washington, D.C., e nomeado a partir daí. E que, infelizmente, no final, tratava-se da consolidação da riqueza nas mãos de muito poucos. Por isso, vimos o crescimento da desigualdade que temos observado no mundo nas últimas décadas. (Mottley, 2019) Senhor Presidente, apesar do nosso pequeno tamanho, 14 países da Comunidade do Caribe têm sido capazes de desempenhar papéis de liderança de importância internacional. Não posso estar aqui hoje sem falar de São Vicente e Granadinas, que se tornou o menor país do mundo a ser eleito para o Conselho de Segurança da ONU, para nele se sentar. Estamos muito orgulhosos deles. (Mottley, 2019) As crianças pequenas têm uma expressão para isso. Elas chamam de covardia. Chamam de intimidação. Chamam de exclusão. Pedimos por justiça, equidade, uma oportunidade de ocupar nosso lugar legítimo em uma comunidade global. Só isso. Essa foi a promessa de nossa adesão a esta organização. (Mottley, 2019) Nos disseram que a democracia é o que importa em nosso país, e que a democracia é, fundamentalmente, uma questão da maioria numérica. Mas por que não contamos quem se levanta aqui e por que não fazemos um balanço dos números aqui? Meus amigos, é contra esse pano de fundo que digo a vocês, isso não é 1945 com 50 países. Isso é 2021, com muitos países que não existiam em 1945, que precisam enfrentar seus povos e responder às necessidades de seus povos, que querem saber qual é a relevância de uma comunidade internacional que só vem e não se escuta, que só fala e não dialoga entre si. (Mottley, 2021a)

	O nosso mundo, meus amigos, está em uma encruzilhada; uma tão significativa quanto quando as Nações Unidas foram formadas em 1945. Mas, naquela época, a maioria dos nossos países aqui não existia. Agora existimos. A diferença é que queremos existir daqui a 100 anos. E, se a nossa existência for significar algo, então devemos agir em prol de todas as nossas pessoas que estão dependendo de nós. E, se não o fizermos, permitiremos que o caminho da ganância e do egoísmo plante as sementes da nossa destruição comum. (Mottley, 2021b) Também acreditamos que, se o reconhecimento dos países do G7 e do G20 como o subcomitê informal de governança deste mundo for para ser justo, deve reconhecer que não podemos mais aceitar que as pessoas peçam, ano após ano, para que os povos da África e de descendência africana sejam incluídos no G7 e no G20. Como pode o mundo ter no seu núcleo um subcomitê que exclui mais de 1,4/1,5 bilhão de pessoas e esperar que ele reflita equidade e transparência nas suas decisões? (Mottley, 2021a) Vivemos em um mundo, como disse no ano passado, onde a disparidade de renda é muito grande. E vivemos em um mundo onde alguns estão até se beneficiando das crises de forma desproporcional e escandalosa. E devemos nos perguntar, portanto, se não chegou o momento de revisar o acordo das instituições de Bretton Woods, que já não cumprem o papel no século 21 que cumpriam no século 20; que cumpriam quando estavam atendendo a um quarto dos Estados-nação que agora são membros desta instituição. (Mottley, 2021a) Se empresas, multinacionais, contribuíram para os riscos públicos globais ou se beneficiam das soluções para bens públicos globais, então elas deveriam contribuir para sua resolução por meio de uma pequena porcentagem de seus lucros, financiando as necessidades dos países – seja na questão do clima, estabilidade e resiliência e adaptação, seja para a proteção da biodiversidade tanto em terra quanto em nossas águas, seja para a proteção da saúde pública contra a próxima pandemia (a pandemia em câmera lenta da resistência antimicrobiana ou outras que ainda não contemplamos), ou a provisão de educação para cada um de nossos cidadãos, pois permanecer nesta terra sem o benefício da educação é ser condenado a uma prisão perpétua desde a infância; ou acesso à eletricidade, como 600 milhões de pessoas na África não têm; ou o equivalente ao direito ao conhecimento e à prosperidade em nossa era, que é o acesso à banda larga; e, claro, como disse ao Congresso na semana passada, acredite ou não, o direito a uma conta bancária, porque países ao redor do mundo estão sendo negados o direito de acessar o banco correspondente, deixando seus cidadãos e suas economias funcionando como párias financeiros em um mundo que deveria ser globalmente interdependente para o movimento de capitais. (Mottley, 2022a) Nossos pequenos Estados estão fazendo compromissos que o mundo quer ouvir, mas quando esses compromissos são minados pela incapacidade de fornecer os carros elétricos ou as baterias necessárias para sustentar a energia renovável, então sabemos que temos um problema. E é por isso que o gás natural tem sido visto como uma ponte para a energia limpa. Mas, quando o acesso ao gás natural é também afetado, você entende melhor por que os países emergentes no Caribe e na África – incluindo o meu próprio no Caribe – determinaram que não podemos abandonar o acesso aos nossos próprios recursos de gás natural até que sejamos assegurados de que temos a capacidade de sustentar nossas populações. É aqui que a teoria encontra a prática. (Mottley, 2023) Nos nossos pequenos Estados insulares, valorizamos a educação, a saúde e a dignidade da vida e, portanto, será um anátema para nós dizermos aos nossos cidadãos que não temos o espaço para fornecer a vocês essas coisas que foram a promessa da independência. Isso é ainda mais agravado pela falha do mundo desenvolvido em aceitar que a justiça reparatória é uma obrigação solene que devemos enfrentar. A conversa que o Rei Charles nos disse na abertura da Cúpula de Chefes de Governo da Commonwealth, quando ele era o Príncipe Charles, foi uma conversa cujo momento chegou, a de justiça reparatória. Mas não pode ser uma conversa lenta, iniciada quando as pessoas sentem que ela precisa ser feita. Deve ser uma conversa em que parceiros iguais discutem, não pode ser um ato de caridade daqueles que simplesmente sentem que sua consciência deve ser limpa. (Mottley,2023) A Comunidade do Caribe tem trabalhado arduamente para apoiar nosso maior estado membro, incluindo os esforços do Grupo de Pessoas Eminentes de ex-Primeiros-Ministros da CARICOM, que tem se envolvido profundamente na busca por consenso político no Haiti. Permitam-me pausar para saudar a notável liderança do Quênia. Após muitos atrasos, e o que representa um precedente histórico, um país africano assumiu a liderança em ajudar a enfrentar um desafio de paz e segurança além do seu próprio continente. (Mottley, 2024)

Fonte: Elaboração própria do autor

O Quadro 2 sintetiza a presença das variáveis "gênero", "negritude", "justiça climática" e "colonialidade" nos discursos de Mia Mottley, permitindo uma análise comparativa sobre como tais categorias são mobilizadas ao longo de suas intervenções no cenário internacional. A organização do quadro evidencia tanto os momentos em que esses elementos são explicitamente mencionados quanto as situações em que aparecem de maneira implícita e/ou sutil, revelando estratégias discursivas que articulam as lutas históricas do Sul global às reivindicações contemporâneas por justiça social e climática.

A questão de gênero se destaca na retórica de Mottley por meio da crítica à sub-representação feminina em posições de poder e da ênfase nas barreiras adicionais enfrentadas por mulheres negras no campo político, como na abertura de seu discurso em 2018. Já o pronunciamento de 2021 aponta que a misoginia e o racismo não operam separadamente, mas como forças estruturantes de um sistema global que restringe a participação plena das mulheres negras na governança internacional. Ao adotar uma perspectiva interseccional, Mottley não apenas denuncia essas desigualdades, mas também reivindica um modelo de liderança que inclua perspectivas historicamente marginalizadas.

No que se refere à negritude, os discursos da primeira-ministra de Barbados incorporam referências tanto culturais quanto políticas, consolidando uma narrativa que ressignifica a identidade afrodescendente em um contexto de resistência e reivindicação de direitos. A menção ao princípio Ubuntu exemplifica essa estratégia discursiva, pois reforça a ideia de coletividade e interdependência entre os países do Sul global, contrapondo-se ao individualismo predominante nas relações internacionais. Além disso, seu apelo por uma nova Década das Nações Unidas para os Afrodescendentes evidencia a necessidade de políticas reparatórias que enfrentem os legados da escravidão e do colonialismo, inserindo Barbados e o Caribe no debate global sobre justiça racial.

Além disso, há um destaque em suas falas para o protagonismo político internacional de países do continente africano e do Caribe, e reforço da irmandade entre eles a partir da Diáspora e das consequências do tráfico negreiro transatlântico.

A justiça climática aparece como um eixo central dos pronunciamentos de Mottley, em especial quando ela denuncia a responsabilidade histórica dos países do Norte Global pelo agravamento da crise ambiental. Seu argumento sobre a "dívida ecológica" sustenta que as nações que mais poluíram ao longo dos séculos devem compensar financeiramente aquelas que menos contribuíram para as mudanças climáticas, mas que sofrem seus piores impactos.

Essa perspectiva resgata o conceito de "ciclone colonial", de Malcom Ferdinand (2022) e à argumentação de Abimbola et al (2021), ao demonstrar como os efeitos das catástrofes

ambientais se sobrepõem às desigualdades estruturais herdadas da colonização. Dessa forma, a atuação de Mottley no campo ambiental transcende a mera defesa de medidas de adaptação climática, configurando-se como um projeto de justiça redistributiva e transformadora.

Por fim, a crítica à colonialidade permeia o discurso de Mottley, especialmente quando ela questiona as estruturas neocoloniais que perpetuam desigualdades globais. Sua retórica enfatiza que a colonialidade não é um fenômeno do passado, mas um sistema ainda vigente que opera por meio das instituições financeiras internacionais, das barreiras econômicas impostas ao Sul global e da persistente exclusão de vozes periféricas na tomada de decisões globais. A defesa da reforma do sistema financeiro internacional e iniciativas como o *Bridgetown Initiative* exemplificam sua postura ativa na contestação desse cenário, posicionando Barbados não como uma vítima da ordem global, mas como um ator político que reivindica protagonismo na construção de um futuro mais equitativo.

Dessa maneira, a análise do Quadro 2 corrobora com a hipótese central desta dissertação ao demonstrar que os discursos de Mia Mottley são atravessados por elementos do pensamento crítico latino-americano e caribenho. Sua liderança política, enraizada na experiência histórica de Barbados e do Caribe, reflete a agência de um Sul global que se recusa a ser passivo diante das crises globais. Ao conectar as lutas contra o racismo, o patriarcado, a exploração ambiental e as heranças coloniais, Mottley não apenas denuncia as desigualdades estruturais do sistema internacional, mas também propõe alternativas concretas para sua transformação.

Nos leva, também, à conclusão de que estas temáticas, ora explicitadas ou ora aparecendo de maneira mais sutil, estão embricadas e ligadas por um fio condutor em comum: a necessidade de uma postura de liderança moral e global, que priorize um mundo mais equitativo e que busque, a partir do diálogo e do multilateralismo, soluções baseadas na ciência, no multilateralismo, na justiça social, no combate às desigualdades estruturais e na paz.

4. "FAZER–MUNDO DIANTE DA TEMPESTADE" – CONCLUSÕES DA PESQUISA

> A tempestade moderna ainda retumba. Os navios reproduzem os mesmos gestos do *Zong*, abandonando, escravizando ou lançando ao mar uma parte da Terra e da humanidade. O mar ainda está vermelho–sangue, os aparelhos misóginos e racistas mantêm a rota da injustiça. Diante da tempestade, pesando os rancores passados e as angústias dos devires, proponho *fazer*–mundo com a firme convicção de que outro quadro é possível, de que outra rota deve ser mirada para além do horizonte cinzento (Ferdinand, 2022, p.267).

Na adaptação cesairiana de A Tempestade, Caliban é apresentado como um negro escravizado que não se rebaixa à senhoria de Próspero, o duque de Milão. Na primeira cena dos dois juntos, o europeu grita por ele, que se demora e o cumprimenta com uma palavra em sua língua nativa, a qual o homem despreza. O Caliban de Césaire tem plena consciência de sua posição e nutre por seu "mestre" uma amargura palpável, perceptível em suas falas: "Você só pensa que ela está morta porque pensa que a própria Terra também está. É muito mais simples assim. Ela estando morta, você pode andar sobre ela com passos de conquistador, poluir. Eu respeito a Terra porque sei que ela está viva." (p. 12).

O poeta martinicano reforça que Próspero, através de seus estudos e poderes mágicos, descobriu a localização exata daquela ilha e que ela fazia parte de seus planos políticos muito antes de ser golpeado e traído por seu irmão e pelo Rei de Nápoles. O intuito do europeu sempre foi colonizar e submeter os outros à sua vontade, entendida como absoluta e inquestionável.

Para além de outras interpretações sobre o personagem Caliban desenvolvidas por intelectuais e estudiosos periféricos, anticoloniais e pós-coloniais, a construção teatral de Césaire dialoga diretamente com a proposta desta dissertação: olhar o mundo a partir do Caribe, de seus pensadores, de suas lideranças políticas, e, assim, imaginar um outro modo de viver, governar e habitar.

Nesta dissertação, buscamos verificar a incidência de temas e conceitos centrais do pensamento crítico latino-americano e caribenho nos discursos oficiais de Mia Amor Mottley, Primeira-Ministra de Barbados, nos âmbitos internacionais da ONU e da COP. Tivemos como recorte temporal o período entre 2018 e 2024, analisando seis pronunciamentos na Assembleia Geral e quatro nas conferências anuais sobre o clima. A partir do diálogo com a produção intelectual da América Latina e do Caribe, construímos um marco teórico centrado na negritude, no feminismo, na questão colonial e na justiça climática e ambiental.

Nosso ponto de partida foi a argumentação de que toda construção de conhecimento é situada pelo lugar epistêmico e geográfico do emissor. Com isso, direcionamos nosso olhar ao intelectual periférico, sob a perspectiva do uso do personagem-conceito Caliban, extraído da peça shakespeariana A Tempestade. A partir dessa introdução, exploramos temáticas marcantes

do pensamento crítico latino-americano e caribenho. Não buscamos esgotar ou alongar esse debate, mas sim trabalhar com as variáveis gênero, raça, colonialidade e ecologia, compreendidas como fundamentais para analisar os discursos de Mia Mottley.

A questão colonial é essencial para a construção do pensamento crítico das Américas. Refletir sobre esse legado e as marcas que ele deixou em nossas sociedades é fundamental para que os intelectuais do Sul global busquem alternativas ao modo de vida imperial (Brand, Wissen, 2011).

Além disso, conforme argumentado por Abimbola et al. (2023), racismo e colonialismo são indissociáveis no que se refere à vulnerabilidade climática. O modelo de produção em plantation, conforme Ferdinand (2022), desnutriu o solo das colônias. O neocolonialismo extrativista mantém as ex-colônias como fornecedoras de matérias-primas para o Norte Global, em detrimento da saúde, do bem-estar, das condições de trabalho e da preservação ambiental do Sul, como denunciam Svampa (2019, 2020, 2021), Brand e Wissen (2021). Os saberes tradicionais e outras formas de habitar a Terra (Ferdinand, 2022; Cadena, 2015) são abandonados, inferiorizados e menosprezados.

Nosso segundo capítulo avançou sobre as especificidades do Caribe – e, mais centralmente, de Barbados. Para compreender os discursos de Mottley e analisá-los sob a lente do pensamento crítico regional, foi necessário compreender o histórico colonial e escravocrata do país-ilha e perceber, por meio do conceito de "ciclone colonial", o Caribe como uma região vulnerável a desastres naturais cada vez mais extremos e frequentes devido à crise climática, da qual esses países têm pouca ou nenhuma responsabilidade. Além disso, apresentamos a Primeira-Ministra, situando-a como uma mulher em posição de liderança em um mundo que ainda resiste a equilibrar a balança de poder em termos de gênero.

O Caribe, para além de suas nomenclaturas, era reduzido à ideia do lucro. Como salienta Ferdinand (2022): "Tu não te alimentarás de tua ilha" e "tua ilha não te alimentará" (p. 65). O plantation e a instauração da Sociedade do Açúcar e da Escravidão enfatizaram um modelo predatório, que via a natureza como uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados. Fanon, em Condenados da Terra, via os colonizadores como "uma espécie" que ocupava a colônia para substituir os indígenas e moldar o meio biológico, cultural e linguístico à sua imagem.

A conjuntura histórica do Caribe, sua luta por autonomia e a trajetória política de Barbados foram elementos centrais na construção desta análise. O impacto do colonialismo, a precarização estrutural e as reivindicações por reparação permeiam os discursos de Mottley, evidenciando seu compromisso com a justiça social e climática.

A análise dos discursos da Primeira-Ministra evidenciou uma retórica binária que simultaneamente realça os pequenos países insulares como vulneráveis e como protagonistas na luta por justiça climática e um sistema internacional mais democrático. A *Bridgetown Initiative* e o programa *Roofs to Reefs*, propostas de Mottley, exemplificam esse protagonismo ao desafiar a inação das organizações internacionais e dos países centrais.

Assim, concluímos que Mia Mottley se posiciona como uma liderança política assertiva oriunda da periferia do sistema mundial. Consciente da marginalização dos SIDS e das nações em desenvolvimento no cenário internacional, Mottley não adota uma postura de submissão, mas utiliza os espaços de poder globais para demandar, denunciar e reivindicar um ordenamento internacional mais justo, igualitário e inclusivo. Conforme argumenta Retamar (2004), Mottley encarna a figura de Caliban, apropriando-se da língua do colonizador para confrontá-lo e afirmar sua própria agência política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIMBOLA, O.; AIKINS, J. K.; MAKHESI-WILKINSON, T.; ROBERTS, E. **Racism and Climate (In)Justice: How racism and colonialism shape the climate crisis and climate action.** Heinrich Nöll-Stiftung, Washington, DC., 2021.

ABREU, Ana Carolina Silva. **From Coadjuvants actors to the Protagonists: The AOSIS's action in the International Climate Change Regime**. Final Work for Bachelors in International Relations at Pontifical Catholic University of Minas Gerais, 2011.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós Extrativismo e Decrescimento. Saídas do labirinto capitalista.** São Paulo: Editora Autonomia Literária Elefante, 2018.

AIDOO, A. A. **"Ghana: To be a Woman" Sisterhood is Global. The International Women's Movement Anthology.** Edited by Robin. Morgan. New York: Doubleday,1984

ALIMONDA, Héctor. Ecologia política latino–americana e pensamento crítico: as vanguardas enraizadas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, *[S. l.]*, v. 35, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.44557. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44557.

———————; TORO PÉREZ, Catalina; MARTÍN, Facundo (Coords.). Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ANTROBUS, P. "Transformational Leadership: Advancing the Agenda for Gender Justice." **Gender & Development,** 8:3, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute, 1987

ARTAXO, P. "Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?" **Revista USP**. São Paulo. N. 103, p. 13-24. 2014.

ASHE, John W. et al. The Role of the Alliance of Small Island States (AOSIS) in the Negotiation of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). **Natural Resources Forum**, no 23, p. 209–220, 1999.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP**, v. 2, p. 89–117, 2013.

———————. Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS–REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS**, v. 60, p. 505–540, 2017.

BECKLES, H. **Black Rebellion in Barbados: The struggle against slavery, 1627-1838.** Antilles Publications, 1984.

———————. **A History of Barbados: From Amerindian Settlement to Caribbean Single Market,** Cambridge University Press, 1990 [2006].

BENÍTEZ-ROJO, A. **La isla que se repite**. Editorial Casiopea, Barcelona, 1998.

BERNABÉ, J.; CHAIMOSEAU, P.; CONFIANT, R. **Elogio de la creolidad**, Fondo Editorial Casa de las Américas, La Habana, 2013 [1989].

BETZOLD, Carola. 'Borrowing' Power to Influence International Negotiations: AOSIS in the Climate Change Regime, 1990–1997. **Politics**: vol 30(3), 131–148, 2010.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer** / Antônio Bispo dos Santos. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

BHAMBRA, G. K.; NEWELL, P. More than a metaphor: "climate colonialism" in perspective. **Global Social Challenges Journal**, v. 2, n. 2, p. 1–9, 13 out. 2022.

BLOOM, H. **Shakespeare: The Invention of the Human**. London: Fourth Estate, 2010.

BONILLA, Y. Why would anyone in Puerto Rico want a hurricane? Because someone will get rich. **Washington Post**, 22 de setembro, 2017

BOYCE DAVIES, C. **Caribbean Spaces**. [s.l.] University of Illinois Press, 2013.

———————. **Black Women's Rights**. [s.l.] Rowman e Littlefield, 2022.

BRATHWAITE, K. **The Arrivants. A New World Trilogy**, Oxford University Press, Londres, 1973

———————. **Contradictory Omens: cultural diversity and integration in the Caribbean.** Mona, Jamaica: Savacou Publications, 1974

———————. **History of the Voice. The Development of Nation Language in Anglophone Caribbean Poetry**, New Beacon Book, Londres, 1984.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial: vida cotidiana y crisis ecológica del capitalismo.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2011

BULLARD, Robert D. Anatomy of environmental racism and the environmental justice movement. In: BULLARD, Robert D. **Confronting environmental racism: voices from the grassroots**. Boston: South End Press, 1993. p. 15–40.

CADENA, M. D. L. **Earth Beings. Ecologies of Practice Across Andean Worlds.** Durham: Duke University Press. 2015

CAMPLING, L. A Critical Political Economy of the Small Island Developing States Concept: South–South Cooperation for Island Citizens? **Journal of Developing Societies**, 22(3), 235–285, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0169796X06068031.

CASTRO HERRERA, Guillermo. Nuestra América: Los Tiempos del Tiempo IN ALIMONDA, Héctor; TORO PÉREZ, Catalina; MARTÍN, Facundo (Coords.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CÉSAIRE, Aimé. **Une Tempête**. Paris: Éditions du Seuil, 1997 [1969].

———————. 1913-2008. Aimé Césaire / **textos escolhidos: a tragedia do rei Christophe ; discurso sobre o colonialismo ; discurso sobre a negritude.** / Aimé Césaire ; organização José Fernando Peixoto de Azevedo ; Tradução Sebastião Nascimento. – 1. Ed. – Rio de Janeiro : Cobogó, 2022.

———————. Cultura e colonização. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed**.), Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós–coloniais.** Edições 70, 2011.

CHASEK, Pamela S. Margins of Power: Coalition Building and Coalition Maintenance of the South Pacific Islands and the Alliance of Small Island States. **RECIEL**: vol 14 (2), 125–135, 2005.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CRUTZEN, P. J. "Geology of Mankind." **Nature,** 415, 3, 2002.

DE, A. **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador, Bahia: Edufba, 2021.

DELGADO, Gian C., "¿Por qué es importante la ecología política?", **Nueva Sociedad** 244, 2013.

DUSSEL, E. D. The Invention of the Americas: Eclipse of "the Other" and the Myth of Modernity. New York: Continuum International Publication Group, 1995.

———————. **Filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1996.

———————. Der Gegenduskurs der Moderne: Kölner Vorlesungen. Wien: Turia + Kant, 2012.

ELTIS, David. **The Rise of African Slavery in the Americas.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia.** Medellín: Ediciones Unaula, 2014.

———————. ***Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano.*** Tabula Rasa, n. 1, p. 3-45, 2003. DOI: 10.25058/20112742.n01.03.

ESTEVA, G. "Development." In: SACHS, W. (Org.) **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. Londres / Nova York: Zed Books, 1992.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Editora Da Universidade Federal Da Bahia, 2008.

———————. **Os Condenados Da Terra**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FASOLD, R. **The Sociolinguistics of Language**. Oxford: Blackwell, 1990.

FARIAS DE SOUZA, A. L. C.; DOS SANTOS, V. S. A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU / Analyzing Dilma Rousseff's foreign policy through the perspective of Brazil's oficial discourses at the UN. **Mural Internacional**. *[S.l.]* v. 5, n. 2, p. 128-138, 2014. DOI:10.12957/rmi.2014.10760.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**. [s.l.] Ubu Editora, 2022.

FLORES, F. I. P. *Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990* – 2006) / Fidel Irving Pérez Flores – Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre (Rs): L & Pm Pocket, 2010.

GALVÃO, T. Política Ambiental global. Cap. 2. In GALVÃO, T. **Política Internacional Contemporânea**. São Paulo, Contexto, 2022, pp. 39–62.

GAZTAMBIDE-GEIGEL, A. "La invención del Caribe en el siglo XX: las definiciones del Caribe como problema histórico y metodológico". ***Revista Mexicana del Caribe***, year 1, no. 1, 1996.

GEE, J. P.; HANDFORD, M. (Org.) **Routledge Handbook of Discourse Analysis**. London: Routledge, 2013.

GEORGE, J. **Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations**. Boulder: Lyenne Rienner, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Sexta edição. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

GIRVAN, Norman. "Reinterpreting the Caribbean" IN MEEKS, B.; LINDAHL, F. **New Caribbean Thought**. [s.l.] University of West Indies Press, 2001.

GORZ, A. "Gorz. Ecologie une éthique de la liberation". **EcoRev,** jan. 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós–coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428. Disponível em: https://www.e–publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**. [s.l.] Editora Elefante, 2020.

HALL, S. Negotiating Caribbean Identities In: MEEKS, B.; LINDAHL, F. **New Caribbean Thought**. [s.l.] University of West Indies Press, 2001.

HAMILTON, H.; SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D. (Org.) **The Handbook of Discourse Analysis.** Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

HARAWAY, D. Situaded knowledges: The Science Question in Feminism and the Privelege of Partial Perspective," **Feminist Studies**, 14, 575-99, 1988.

IRELE, F. Abiola. ***The Negritude Moment: Explorations in Francophone African and Caribbean Literature and Thought***. Trenton: Africa World Press, 2011.

IPCC. Summary for Policymakers. In: PARRY, M. L.; CANZIANI, O.F.; PALUTIKOF, J. P.; VAN DER LINDEN, P. J.; HANSON, C. E. (Eds.) **Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability.** Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, p. 7*22. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LAMMING, George. **The Pleasures of Exile**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1992 [1960].

LARSON, M. J., 2003, Low Power Contributions in Multilateral Negotiations: A Framework Analysis. **Negotiation Journal** 19, 2, 133–149.

L RICE, J.; LONG, J.; LEVENDA, A. Against climate apartheid: Confronting the persistent legacies of expendability for climate justice. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 5, n. 2, p. 625–645, 12 mar. 2021.

LEFF, E. **Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, n. 0, 28 jun. 2013.

————. **Ecologia política**. [s.l.] SciELO – Editora da Unicamp, 2021.

LOPEZ-SPRINGFIELD, C. **Daughters of Caliban: Caribbean women in the twentieth century.** Bloomington: Indiana University Press, 1997.

LUSTGARTEN, A. Mia Mottley's Climate Leadership: How the Barbados Prime Minister is challenging the IMF to tackle Global Inequality. **ProPublica,** [s.d.], 2022.

MALDONADO–TORRES, Nelson. Sobre la decolonialidad del ser: contribuiciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO–GOMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.), **El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Universidad Javeriana y Siglo del Hombre Editores, 2007.

———————————————. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO–COSTA, Joaze; MALDONADO–TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, 2018.

MAÑACH, J.; REXACH, R. **La crisis de la alta cultura en Cuba: Indagación del choteo**. Miami: Ediciones Universal, 1991.

MANZANO, J. J. et al. "Measuring environmental injustice: how ecological debt defines a radical change in the International legal system." **Journal of Political Ecology**, n.1, v. 23, p. 381-393, 2016.

MARIÁTEGUI, J. C. 7 ensayos de interpretacíon de la realidade peruana. Caracas: El perro y la rana, 2010 [1988].

MARTIN, F.; LARSIMONT, R. L'ecologie politique depuis l'Amerique Latine. In: **Actes du Premier Colloque sur 'Penser l´ecologie politique: Sciences sociales et interdisciplinarité'**. Paris, janvier, 2014.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

———————. **Entre la economía ecológica y la ecología política**. Sin Permiso, 16 de noviembre, 2014.

———————. In: KOTHARI, A. et al. **Pluriverso**. [s.l.] Editora Elefante, 2022

MCMICHAEL, P. ***Development and Social Change: A Global Perspective*.** London: Pine Forge, 2016.

MILANI, Carlos. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53 2008, pp. 287–301.

———————. "Antropoceno como conceito e diagnóstico: implicações para o multilateralismo e na perspectiva do Brasil". **CEBRI**: policy paper series. 2022.

MOTTLEY, M. A. 2018.

———————. 2019.

———————. 2021a.

———————. 2021b.

———————. 2022a.

———————. 2022b.

———————. 2023a.

———————. 2023b

———————. 2024a

———————. 2024b

MYCOO, M. et al. Small Islands. In: PÖRTNER, H.-O. et al. (eds.). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. p. 2043–2121.

NARTEY, M. Political discourse analysis of female political leaders in the Global South. Special issue for **Journal of Language and Politics**, 2024

————————. The construction of agency in the discourse of Barbados' prime minister Mia Mottley. In NARTEY, M. Political discourse analysis of female political leaders in the Global South. Special issue for **Journal of Language and Politics**, 2024

NKRUMAH, Kwame. O neocolonialismo em África. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.), **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós–coloniais**. Edições 70, 2011.

OMAN, C. 'Globalization, Regionalization, and Inequality,' In: A. Hurrell and N. Woods (eds**)** ***Inequality, Globalization, and World Politics***. Oxford: Oxford University Press, 2019.

OCHIENG'-SPRINGER, S. Stepping up to the podium: women's participation in politics in Barbados, **The Round Table**, 2021. DOI: 10.1080/00358533.2021.1903236.

PATERNIANI, S. Z.; BELISÁRIO, G.; NAKEL, L. O humanismo radical de Sylvia Wynter: uma apresentação**. Mana**, v. 28, n. 3, p. e2830200, 2022.

PEDROSO, M. F. Opacidades insulares: a propósito de Édouard Glissant. Alea**: Estudos Neolatinos**, v. 26, n. 3, p. e64956, 2024.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Os Calibans da Terra. Sobre os usos do personagem shakespeariano como auto identificação do subalterno. **Izquierdas**, 2024;

————————————————. **Em busca da comunidade: caminhos globais do pensamento crítico no Sul global** / Fabricio Pereira da Silva. – São Paulo : Elefante, 2024.

PERINA, M. L. *Beyond Négritude and Creolité: The Ongoing Creolization of Identities.* **The CLR James Journal**, v. 15, n. 1, p. 67–91, 2009.

PERSAUD, A. Breaking the deadlock on Climate – The Bridgetown Initiative. **GREEN**, 3(1), 99-103, 2023.

PORRA, V. Sur quelques Orphée noirs. Reproduction, adaptation et hybridation du mythe d'Orphée en contexte post-colonial. **Revue de Littérature Comparée**, n.344, p. 441-455, 2012/4. 2012.

PROVIDENCE, Kennedy-Jude. DEFINE AND EMPOWER: Black Feminist Discourse in a Caribbean Context. **Caribbean Quilt**, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107–30.

RAI, MANDEEP. *Female leadership is good for the world – just look at Barbados.* **The Guardian**, 21 jan. 2022. Disponível em: https://amp.theguardian.com/global-development/2022/jan/21/female-leadership-is-good-for-the-world-just-look-at-barbados.

REDDOCK, Rhoda. “Women’s Organizations and Movements in the Commonwealth Caribbean: The Response to Global Economic Crisis in the 1980s.” **Feminist Review**, 59 (Summer): 57–73, 1998

RETAMAR, Roberto Fernández. **Todo Caliban**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

ROCHEFORT, C. D. **Histoire naturelle et morale des îles Antilles de l’Amérique,** t. II. Lyon: C. Fourmy, 1667

ROSENTHAL, J. **From Radical Feminist to Caribbean Slave-Owner: Eliza Fenwick’s Barbados.** 2018.

ROSEVICS, L. Do pós–colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa. (Org.). **Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. 1ed.Rio de Janeiro: Perse, 2017, v., p. 173–178.

S. TORRES–SAILLANT. **An Intellectual History of the Caribbean**. [s.l.] Springer, 2006.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SILVA, R. R. M. O novo desenvolvimentismo e a promoção da internacionalização do capitalismo brasileiro: auge e declínio. In: CIMINI, F.; CABRIA, J. V. B.; SILVA, R. R. M. (Orgs.) **Elites empresariais, estado e mercado na América Latina** – Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2018.

SHAKESPEARE, W. **A Tempestade.** [s.l.] L&PM Pocket, 2002.

SHELLER, Mimi. Caribbean futures in the offshore Anthropocene: Debt, disaster, and duration. **Environment and Planning D: Society and Space**. 2018.

SHEPHERD, V.; BRERETON, B.; BAILEY, B. **Engendering history: Caribbean women in historical perspective.** New York: St. Martin’s Press, 1995.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010**.**

SVAMPA, M.; VIALE, E. **El colapso ya llegó.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

———————. In: KOTHARI, A. et al. **Pluriverso**. [s.l.] Editora Elefante, 2022.

TAYLOR, C. S. *Cause for change: lessons for Black liberation.* **Equality, Diversity and Inclusion**, v. 43, n. 2, p. 230-242, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1108/EDI-02-2023-0044.

TEAIWA, T. K. Island futures and sustainability. In: BALDACCHINO, G. (ed.) **A World of Islands.** Charlottetown, PEI: Island Studies Press. 2007

UNFCCC. **Vulnerability and Adaptation to Climate change in small island Developing States.** Background paper for the UNFCCC Expert Meeting on Adaptation for Small Island Developing States, 2007.

VALDÉS GARCÍA, F. **La in–disciplina de Caliban: filosofía en el Caribe más allá de la academia.** 1a e d. ed. [s.l.] CLACSO; Instituto de Filosofia, 2020. v. 1.

———————. REINOSA, M. M. MAS ALLÁ DE UN NOMBRE: CARIBE, UN CONCEPTO EN CONSTRUCIÓN. In: IGLECIAS, W.T.; REGUEIRO BELLO, L. M.; SUZUKI, J. C. (org.). **Caribe: perspectivas e desafios contemporâneos.** São Paulo: Edições EACH, 2022.

VAN DJIK, T. A. Principles of Critical Discourse Analysis. D**iscourse & Societ**y, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993ª.

———————. **Elite Discourse and Racism**. Newbury Park: Sage, 1993b.

———————. Aims of Critical Discourse Analysis. **Japanese Discourse**, v. 1, p. 17-27,1995b.

———————. **Ideology and Discourse: A Multidisciplinary Introduction**. Barcelona: Pompeu Fabra University, 2003.

———————. **Discourse and Context: A Sociocognitive Approach.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VILLARREAL VILLAMAR, M. D. C. **Representación de mujeres latinoamericanas en la agenda ambiental y climática**, 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

WATTS, D. **The West Indies: Patterns of Development, Culture and Environmental Change since 1492.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

WILLIAMS, E. **Capitalism and Slavery**. London: A. Deutsch, Cop, 1944.

WYNTER, S. "*Novel and History. Plot and Plantation"* In **Savacou 5**, 1971, pp. 95-113

————. Beyond Miranda's Meanings: Un/Silencing the 'Demonic Ground' of Caliban's 'Woman'". In: ***Out of the Kumbla*****: Caribbean Women and Literature**. Eds. BOYCE DAVIES, Carole; FIDO, Elaine Savory (eds.). Trenton, New Jersey: Africa World Press, 1990, pp. 355-371

————. "No Humans Involved: An Open Letter to My Colleagues." *Forum N.H.I. - Knowledge for the 21st Century* v. I, n. I, outono, 1994

————. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Over-Representation--An Argument. CR: **The New Centennial Review** 3, 3:257-337, 2003

ANEXOS

ANEXO A: Discurso completo de Mia Mottley na 73ª AGNU de 2018

Madam President, let me begin by congratulating you on your election and in particular, for being only the fourth woman in this 73-year history of this organization, to hold the high honour of being elevated to the position of President of the United Nations General Assembly.

I want however, to pause at this stage because I came here with a speech that is impossible for me to deliver.

Events have happened in the last 24-hours in the world in which we live, that cannot be ignored: whether in my own country, the passage of a tropical storm that we thought had passed us, only to have floods hit too many of our communities overnight or; for it to hit our sister country St. Lucia; whether an earthquake off the shore of Martinique and Guadeloupe and Dominica this morning, not affecting land but destabilizing; whether an earthquake off Indonesia earlier today and a tsunami or; whether a typhoon that is about to deal with the people in Japan.

These events are of concern because the world in which we live is a very different world.

And I ask myself what does it matter? Last year the Prime Minister of Dominica stood from this podium within days of the passage of a hurricane so violent that to describe it as a Category 5 Hurricane would be to do injustice to what the people of Dominica were exposed to.

You heard my colleague; the Prime Minister of Antigua speak earlier of the fact that over $140 billion in damage came to the Caribbean through these weather systems.

And I ask therefore the interpreters, today, to bear with me, because it is impossible to deliver a speech that is focused on anything else other than our reality in the Caribbean, our reality in the Pacific Islands, our reality in the world in which we live.

We have asked, as Heads of Government, for us to address these issues whether in the Paris Agreement, or whether as we come to COP24 to be seen against a background of a 2-degree change but two days ago in the One Planet Summit, a graph was given that has haunted me for the last 48 hours.

And that graph spoke to the fate of the world with respect to the tipping points for 3 degrees and under; for 3 to 5 degrees; for over 5 degrees. And for 3 degrees and under, which we are on course for reaching because of our inability to take decisive action, it means that the Arctic,

the Antarctic, Greenland, and the coral islands, the people of the coral islands, the people of the region from which I come, are at risk.

For us it is about saving lives.

For others it is about saving profits.

We have reached the stage where we ask the global community to recognize that what is at stake is simply not an academic debate. It is simply not the profits of multinational corporations, but the evidence is clear and decisive that it is the lives, and it is the living of our people.

I ask us how we listen to speech after speech after speech. How many more must we listen to, before we realize that the agreements that are necessary to fund climate change, the agreements that are necessary to cap us not at 2-degree change because 2-degree change means a rise in sea level of one and a half to two meters for our islands.

And for those islands like ours, where much of our economy is based on our coasts, then you begin to understand what it will be like by end of this century for us.

Matters pertaining to migration and security will become ever present in this world if we do not make a stop.

So, I have come here today not to talk on everything. There are those who would wish that I would speak on denuclearization and our voice will be heard and our speeches, my speech will be distributed. There are those who would wish that we should also speak on a matter that is affecting our Community gravely - chronic non-communicable diseases and we shall speak on that continuously in other fora because it is, it is affecting one in every four of our citizens.

There are those who would ask that I speak also of the graduation of middle-income countries from access to finance. And that, ironically, affects our ability to be able to adapt our environments, our economies, our societies to confront climate change, to confront the vagaries of it.

But when we make these arguments in fora, after fora after fora, we are met with a stern face and determination that our per capita income, as if that is a real factor in how people eat and how people move and how people sleep, that that per capita income should now preclude us from being able to access the very funding to protect our people from the worst ravages of the storms and the earthquakes, from the fires.

I ask this global community to pause because as we learned when we went to San Francisco two weeks ago for the Global Climate Summit and Action on Climate Change, that time, time truly is running out upon us.

We will make the decisions that we have to make at a national level. We have committed to ban single use plastics and Styrofoam from April of next year. We will ensure that we can try

to become a fossil fuel free country by 2030, but what does this mean against the background of a world that is not prepared to put the funding in place to be able to stop those worst aspects of climate change?

What does this mean to people who are relying on a Green Climate Fund because their per capita income or their capacity to be able to provide for their people is simply not there?

Is this a sterile environment or is this an environment that recognizes that mighty or small, that we must protect each other in this world?

We as a small state are accustomed to being treated sometimes as if we do not exist. That is what happened when derisking from correspondent banking became the order of the day for the last few years. As if you can cut off a region from being able to have access to trade and to be able to pay for goods and services because its banks can no longer have relationships with banks outside of its borders.

The only way people were treated like that was in the previous century when we separated persons as “lepars” but countries that come here as sovereign countries begin to ask themselves to do, we now live in a world where the mighty maneuver to make the majority minions?

Or is this still a world that to us was promised in the universal declaration of human rights, the respect for the dignity of all?

We as small states need a corridor of stability. We simply do not have the buffer to be able to withstand the shocks of international economic crises and financial crises; the ability to withstand climate shocks; the capacity to come to grips with the pervasive nature of chronic NCDs. These are the things that destabilize us but when to that is added, the removal of the insurance policy of the United Nations, an organization that may not be well-known or popular by name among our citizens, but an organization without which we could not make the gains that we have made with respect to childhood mortality being reduced; with respect to billions of people being lifted out of abject poverty; with respect to us being able as a world to create zones of peace as we hope our Caribbean region will always be; not like in previous centuries when it became the theatre of battle.

This United Nations matters!

It protects the small!

It constrains the large!

And it gives us the ability to be able to plan out in that corridor of stability.

When multilateralism is taken away from us, what are we left with and who is left to protect us? Who will hear us? And on whose platform shall we make the cry to be able to call upon, not just the Governments of the world, but the people of the world?

What is clearly required now is a behavioral change to be able to constrain the madness that is taking place for global governance with respect to the unilateral actions of many.

We ask ourselves how our citizens feel that we must come here year after year, and we call and make the call year after year as we do. In Barbados we come here, and we speak about the embargo against the people of Cuba - year after year. Almost as if it is proforma but it is not proforma for the people in Havana or Santiago. We speak about territorial disputes, but we see no major gains with respect to them.

That maybe all right for those other things but it cannot be all right for the issue of climate change. This is a matter of life and death for us.

We stand here conscious that today's world in many respects looks like the world of a hundred years ago in which my grandparents inhabited. The concentration of wealth, the inequity, the disposition to nationalism, the presence of xenophobia and what did that lead to a hundred years ago? Two world wars and an atomic bomb. Two world wars and an atomic bomb.

There are some who may say that it was the presence of those wars that gave us the creation of this organization because it allowed nations to agree in circumstances where they would not otherwise agree.

I pray truly, that this world does not need to see greater calamity or greater loss of life to understand that what is required of each and every one of us as we stand in trust on behalf of the people whom we represent is decisive action. We are not expected to achieve it all. The Talmud says we are not even expected to complete the task, but we are not at liberty to resile from it.

We in the Caribbean need the world to look again and, in the Pacific, to look again at a commitment of 1.5-degree change because 2 degrees is calamitous. We need dedicated financing for development in the Addis Ababa action plan that speaks to small island developing states. We need the world to recognize that that graph that showed the tipping points cannot reinforce in us our greatest fear that the world believes that we are dispensable for that was how we felt centuries ago.

I ask that in the same way I understand that our principles must remain constant, for 50 years ago, 52 years ago, the first Prime Minister of Barbados stood at this podium and indicated a principle which binds us still today that we shall in the conduct of our international relations be forever friends of all and satellites of none.

That that is still our principle, is absolute but the world in which we live is no longer the world that existed when he delivered those comments. The baton has been passed from leader to leader, but it is time now for us in this room and in my country, to recognize that that baton

must be held firmly because the storms and the tsunamis, the hurricanes and the earthquakes, the fires threaten to take the baton from us.

I pray that this organization recognizes that 2020 is but 15 months away and that there will be a point of no return. This is not a science fiction movie. This is not a cartoon. And if I ever thought that it was a fantasy, what transpired in the last 24 hours across the different poles of the world has reminded me that it is not. I leave here to cut short my trip to go home to my country.

Some may say that in spite of the flooding, we were lucky that Tropical Storm Kirk did not do greater damage. Two weeks ago in San Francisco, it was Isaac. I say simply that we cannot plan our affairs or that of our people on the basis of luck. It must be on the basis of policy and decisive action but primarily on the basis of caring and empathy.

I ask the world to pause, pause and let us get this one right because it is not about Governments anymore. It is about people.

I thank you.

ANEXO B: Discurso completo de Mia Mottley na 74ª AGNU de 2019

I would wish at the outset to congratulate the election of the president of this General Assembly to Mr. Tijjani Muhammad-Bande and pledged Barbados' support during the course of your tenure. I also thank His Excellency, his predecessor, for her very able and astute leadership over the course of the last year. Like other delegations, Barbados supports the very timely theme of this year's General Assembly, galvanizing multilateral efforts for poverty eradication, quality education, climate action and inclusion. We could not have chosen a more relevant and appropriate theme. Indeed, Barbados has premised its own development on education and inclusion, such that we may eradicate poverty from our landscape, and we have made good progress.

But our gains, my friends are in jeopardy from one main challenge that you know all too well. That challenge of climate change and denying the existence of climate change, my friends, does not diminish its reality. I want to take this opportunity to join with my fellow leaders from this platform to express my country's deepest sympathy and empathy with our siblings in the government and the people of Bahamas with respect to the awful devastation visited upon them by Hurricane Dorian on the islands of Aboco and Grand Bahama. That catastrophe represents an unfortunate new normal for many in small island developing states. From my own firsthand knowledge, it was horrific. This world in which we live can no longer ignore the reality of climate change. Climate change is not about hurricanes and floods. It is about droughts.

It is about wildfires. It is about Sargassum and our ability to provide drinking water and feed our people to provide shelter. We face that in our own nation today, from drought to Sargassum. And while hurricanes may be viewed as the heart attacks, Sargassum and drought are truly like diabetes, insidious and wearing us down. It is the world of our children that is absolutely at risk. And the young people of the world last Friday across a hundred and fifty countries. They chose to champion the cause of climate justice. Greta Thunberg from this platform spoke and she must be comforted and told that when humankind cannot answer you, they will attack you. They play the man and not the ball.

But I want to say from this platform that for me, it is significant that when young people engage in battle, the war is usually won. We saw it in South Africa. We will see it now in the battle against climate. And I am therefore confident that the battle will be won. The question is, and each of us in here knows it. Will it be in time for our people who live in small island developing states?

Will our small states survive this climate catastrophe before humankind finds, ultimately, as I know it will, the solution to halt and reverse climate change?

And it is we in the Caribbean and in the Pacific, in the oceans of the world, as small islands, we are the ones on the front line. But as I say to you all the time, make no mistake about it. Others are also in the line behind us.

And as we would say in my own country, today for me and tomorrow for you. And really, what is it that is preventing us from following the science? Science, by the way, which is exceedingly compelling. I ask us, even as leaders, to be real, real with ourselves and real with our people, real with the young. It is about political will.

That is, it. You know, nothing more, nothing less. We have been discussing the challenge of climate change for over three decades from the time when small island developing states first raised the global alarm in 1988, Commonwealth gave us a vulnerability index in 1989; the Barbados programme of action, twenty-five years ago. Then Mauritius. Then Samoa.

How many more? How much more talk.

And we are still here today. Some of us sing in the same chorus as if there are many who are deaf and many who are blind among us.

And I find it ironic. That after our Climate Action Summit on Monday, the IPCC released another special report on oceans and hemisphere, which summarized that some of the more severe consequences of climate change can no longer be avoided. How many times have we been told this? How many times has science reinforced that there is a very threat to our survival? There are those who will go into the high altitudes and remain as if they can be insulated. But for how long?

The destructive behavior continues. I ask you today in this hall. Where is the moral leadership of our world?

Where is the constructive action by the countries who are responsible for carbon emissions, who believe that it is okay to continue to build coal power plants and not decommission them, who do not understand that the world provides for us the prospect of new industry and new jobs while allowing us to save the world for our young people.

I ask them, do you not see what is happening and why are you not acting? Do you not care? We are told, and I believe the science, that we are the last generation that can deal with this existential threat. Week by week last weekend it was Tropical Storm Karen.

In the Atlantic, we were lucky that Jerry and Humberto did not go the way of Dorian. How many more must stand on this platform? How many more must speak in the corridors of power?

In the name of the people who have sent us here, in the name of the people who expect us to create the new industries to transition them from coal; from the destructive behavior, from the diesel cars, from the gasoline cars, changing how we build change in how we transport ourselves; we can make that difference.

It is within our power; it is within the political will of the leaders. And a time to act my friends, is now. Never within the history of humankind has one generation had such responsibility to protect this planet. Mr. President, unfortunately, the Caribbean today also finds itself at the front line of too many other major challenges. That is why I ask all the time who sees us and who hears us? We continue to be confronted by problems of blacklisting, which pale into insignificance when compared to climate change, but which destroys our financial sector.

The illicit flow of weapons such that the ease with which people can go into public spaces and shoot and kill others is now regarded as just another item on the news because we promote profit in the manufacture and trade of guns and weapons. Of non-communicable diseases that strike down our people in the most insidious of ways because we allow diets that promote the prosperity of a few multinational corporations to become the norm of the day with the food that we eat and the lives that we live.

And in the case within our own community, Belize and Guyana continue to face challenges to the territorial integrity. I suppose people feel that because we have talked so long about Belize, Guyana, and Cuba that we can continue to talk about climate change and these other things and that it is okay for it to be another tick on a U.N. General Assembly speech.

These are all threats to our stability, to the people's stability in our lands.

But you know.

Since last we met, there are other instances and circumstances not of our making that may yet destabilize us.

And did we say it over and over, but we ask who is listening? And, you know, we do not come with tales of woe only. The Caribbean has produced excellence. It really has. Nobel laureates, athletes who have excelled and are the best in the world of their type. Artists the best in the world of their type. Leaders who have inspired previous generations and current generations. We do not come here as a proud people asking for handouts. We do not want and will not be mendicant. What we want, no, what we need is fiscal and policy space. Fiscal and policy space to achieve sustainable development, to be nimble, to adapt and to innovate in ways that allow us to be true and faithful to the task of bringing prosperity to our people. Or as in the theme of this General Assembly to eradicate poverty, to educate our people, to include all such that there is not some outside and some inside.

We want an international order equally that recognizes that there must be different policy prescriptions to suit the circumstances that we all have. And we can still be friends. Small and large. North and south. Christian, Hindu, Muslim.

All different races, all genders, an equitable and just international order that is truly built on the principles of justice and fairness for all and not just for some. A United Nations that recognizes that as 74 years old we must be able to have difficult conversations as mature people and solve them.

Many in the developing world were persuaded or required to abandon policies that were designed for the majority of our population to be transformed. And those policies were fashioned to adopt a consensus that was settled in Washington, D.C., and named thereafter. And that ultimately, regrettably, was about the consolidation of wealth in the hands of a very few. That is why we have seen the growing inequality that we have seen in the world over the last few decades.

That is, why too many people over the world have become cynical about governments and about the benefits that they can bring to them. The fueling of the greed of a few threatens to undermine what little gains we have made since independence. And we judge ourselves harshly because independence is a recent phenomenon for us. Others who have taken 150 years to get where they have gotten are still stumbling and falling.

And you want to judge those who have had less than 50 or 60 years to operate in a world that has not been made in their image and that does not reflect their interests.

This is the fate my friends of simply too many.

Mr. President, despite our small size, 14 countries of the Caribbean community have been able to play leadership roles of international import. I cannot stand here today without talking about St Vincent and the Grenadines that has become the smallest nation of the world ever to be elected to the Security Council to sit on it. We are proud of them.

In addition, and I want to speak to this because when CARICOM was confronted with the unfolding situation in Venezuela, I accompanied the then chair of CARICOM, the Prime Minister of St. Kitts and Nevis, as well as the Prime Minister of Trinidad and Tobago to meet in this building with the UN Secretary-General in January of this year. And we met with many delegations, and some said we were wasting our time. And some said the time for talk was already over. And we said then, as we say, almost nine months later, the time for dialogue, the time for talk, my friends can never be over in a world that wants peace and prosperity.

We do not take sides. But what we know is that you cannot propel war over dialogue. The people of Venezuela must be allowed to decide their own future in accordance with the

principles of the United Nations Charter, principles of nonintervention, noninterference, prohibition of the threat or use of force, respect for the rule of law, human rights, and democracy. It is regrettable that other multilateral organizations have not followed their own charters.

And that is what makes the actions of our Secretary-General of the U.N. more laudable for refusing to breach his own Charter and take actions, even though member states have hurled into the recognition of those unelected. That is why Barbados readily agreed to the request by Norway. And I salute my colleague, Prime Minister, who just left this platform to host the talks between the Venezuelan parties. We salute the Government of Norway for walking the walk and taking leadership in facilitating these talks.

Equally, we regret that the talks have broken down and we remind people that dialogue remains critical if there is to be a meaningful outcome and benefit for the Venezuelan people and its neighbors, not just its neighbors on the Latin American continent, but its neighbors in the Caribbean Sea, because people forget that Trinidad and Tobago are less than seven miles from the coast of Venezuela.

Our Caribbean Sea must remain a zone of peace. And for that, we shall fight. Mr. President, I speak plainly and without fear because from Independence, Barbados' foreign policy has been premised on the simple principle of friends of all satellites of none. Barbados therefore has always remained and will remain proud to have Cuba as a treasured friend. Barbados established relationships with the People's Republic of China when others failed to.

We may be small, but we are principled. Our relationship is best with Cuba on a historical foundation rooted in solidarity, cooperation, and complementarity of a common Caribbean civilization.

And we say that the longstanding economic embargo on Cuba continues to be a cause of serious concern. I reaffirm Barbados' strong opposition to this unilateral action and more so, the recent activation of Article 3 of the Helms Burton law imposes new restrictions and further exacerbates the situation. And I ask you here. To what end? To what end? The continued attempt to stop the people of Cuba from living with basic human dignity is unacceptable.

Mr. President, it is time that the global community recognizes that small island developing states are truly equal partners in the international arena and that our special development needs must be considered in the multilateral forum. Growth in the economies of the developed states, we contend, must not come at the existence of the very viability of small development statements.

Small children have a phrase for it. They call that cowardice. They call that bullying. They call that crowding out. We ask for fairness, equity, an opportunity to take our legitimate place in a global community. That is all. That was the promise of our membership of this organization.

And I know that today I have a duty to acknowledge and commend the heroic efforts of our Secretary-General Antonio Guterres, who is swimming against the rising tide of anti-multilateralism and anti-globalism, navigating the dangerous currents of dwindling resources and resisting my friends, the efforts to set adrift all of the excellent work done over the last seven and a half decades by leaders across the world and his predecessors to ensure development, peace and the dignity of human family as a small nation. We are not only committed to multilateralism. We also understand that it is the one thing, the one thing that protects our sovereignty and our ability to navigate in this world. It is our buffer against the display of might and it is our shield against tyranny.

We continue to view the United Nations as an important mechanism for achieving international peace and security and sustainable development for all countries, but in particular, in particular for the most vulnerable.

Historic examples have proven that national interests are best advanced by pursuing collaboration, partnership, and a multilateral approach. No country trades or grows its economy on its own. Therefore, multilateral trading system, an international economic order which respond to the needs of all nations, even the smallest, is of critical importance and all of us in here know it. It is for that reason that Barbados intends and hopes to host the 15th session of UNCTAD in October next year, 2020. We will be the first small island nation ever to host the UNCTAD conference, and Barbados welcomes the unique opportunity to work with others, our partners, to shape the trade and development agenda of the organization for the next four years, conscious that if ever small island developing states needed to be at the center of those discussions, it is now; to discuss trade and climate, trade and the blue economy, sustainable development for our people. And we look forward to forming those critical partnerships with all U.N. member states to make UNCTAD 15 an inclusive and a successful event.

Mr. President, the United Nations exists to identify the commonalities to help us get past the working differences. As I said earlier, there is no progress without communication and there is no progress without talking to each other. If the consequences of not talking to each other my friends are a little less sleep, then it is okay, and we can accept that. But when the consequences and the loss of life and the loss of livelihood, then we are in trouble.

And that is why then there are those who will believe that we are invisible because those who should know better, those who should know better and who can do more are turning a blind eye

and with impunity. If the truth be told, how many times have we been ignored on too many matters?

And I ask myself, really, how many times are we going to come and make the same speech from this platform? SIDS are the canaries of the international community. You will ignore us at your peril. We are the canaries. We are only noticed, regrettably, when it is time to garner votes or to support seats on the Security Council or when a person wants a candidate to head up an international organization.

For real. It is only then that real value is placed on us, and you ask yourself, how can people be so transparent and so lacking in dignity and conscience? May I remind you, as I had cause to do earlier this week, that the alliance of small island states represents 20 percent of the membership of this August body – forty-three states and our votes and our voices do count. They do. But our lives and our dignity count more. We are committed to action, to taking the necessary action to overcome the deleterious effects of that which threatens to destroy us. Climate change.

As Dylan Thomas wrote and I quote, "We will rage, rage against the light and not go silent into that good," or should I rather say that dark night. The world, my friends, is at a crossroads and we continue to be reminded of it as recently as this morning with the speeches that we have heard. This United Nations will only survive if it remains relevant to the needs of our people and to solving the great problems, not all, but the great problems of our time and the challenges of humanity.

Saving where we live, living with others with respect and dignity, and in peace and supporting equality; not supporting the dominance of any one race or any one religion or any one sect.

The only way this mission of this entity can be guaranteed is if country by country and multilaterally I may add, we stand on principle; on the principles that have protected us from another great war for the last 74 years. Thank God for those principles and our avoidance of that great war and the principles that have inspired us continually to achieve and maintain human dignity and prosperity as we set about reaching the SDGs. The baton my friends is now with us. It is our turn.

Will we hold it firmly and continue the race to help the marginalize those unseen and those without voice, really the forgotten of this world? Or will we drop the baton?

When we know better from the experiences of the last century where so many died needlessly. My country and my region are clear as to where we stand. There is no war worth it.

There is no profit sufficiently large to be worth the price of war or the destruction of our planet. The people of Barbados and I, as their leader, choose to honour the legacy of our great

civilization. Our freedom fighters who fought for better. Barbados chooses to fight for the path of peace, prosperity, planetary protection and hope, Barbados chooses love of self, love of neighbor, love a planet, love as a virtue. Barbados chooses a spirit of love, courage and hope, brotherhood for all humanity.

We pray that each of you will make the same decision. I am obliged to you. Thank you.

ANEXO C: Discurso completo de Mia Mottley na 76ª AGNU de 2021

If I use the speech prepared for me to deliver today, it would be a repetition, a repetition of what you have heard from others and also from me.

Equally, how many more times will we then have a situation where we say the same thing over and over and over, to come to nought.

My friends, we cannot do that anymore. And I ask simply that we recall on three years ago when I made my maiden speech, I indicated from this very podium and told the international community that the world appeared awfully similar to what it looked like 100 years ago. Barbados made that position clear. Regrettably, we have not come to say we told you so, but we have come to say that the needle has not moved and that we have not seen sufficient action on behalf of the people of this world.

I am not here, therefore, to keep you long today and I shall be very, very brief.

How many more variants of COVID-19 must arrive? How many more before a worldwide action plan for vaccinations will be implemented?

How many more deaths must it take before 1.7 billion excess vaccines in the possession of the advanced countries of the world will be shared with those who have simply no access, no access to vaccines?

How much more fake news will we allow to be spread without States defending the public digital space?

We have come together with alacrity to defend the right of States to tax across the digital space, but we are not prepared to come together with the same alacrity to defend the rights of our citizens, to be duped by fake news in the same digital space.

And how many more surges must there be before we ask, when will the world act?

None are safe until all are safe.

How many more times will we hear that?

And how much more must we do, Madam Vice President, before the global moral strategic leadership that our world needs, comes?

How much more global temperature rise must there be before we end the burning of fossil fuels?

And how much more must sea levels climb in Small Island Developing States before those who profited from the stockpiling of greenhouse gases contribute to the loss and damage that they occasioned, rather than asking us to crowd out the fiscal space that we have for development to cure the damage caused by the greed of others?

And how many more hurricanes must destroy, locusts devour, and islands submerge before we recognize that a $100 billion dollars in adaptation is simply not even enough?

The answer, Madam Vice President, is that we are waiting for urgent global moral strategic leadership.

How many more crises must hit before we see an international system that stops dividing us and starts to lift us up?

How many more times must people come to this podium and speak about the plight of the people of Cuba and Haiti and see very little being done to lift the floor of social development, to give those people the right to pursue legitimate ambitions?

How many more how many more crises and natural disasters before we see that old conventions of aid mean that assistance does not reach those who need it most and those who are most vulnerable?

And how much wealthier must tech firms get? The top five tech firms have a market capitalization of $9.3 trillion. I did not say billion. Trillion dollars. How much wealthier must they get before we worry about the fact that so few of us have access to data and knowledge and that our children are being deprived of the tools that they need in order to be able to participate in online education?

The answer, Madam Vice President, is that we have the means to give every child on this planet a tablet and we have the means to give every adult a vaccine. And we have the means to invest in protecting the most vulnerable on our planet from a changing climate, but we choose not to.

It is not because we do not have enough, it is because we do not have the will to distribute that which we have. And it is also because, regrettably, the faceless few do not fear the consequences sufficiently.

How many more leaders must come to this podium and not be heard before they stop coming?

How many times must we address an empty hall of officials in an institution that was intended to be made for leaders to discuss with leaders the advancement necessary to prevent another great war or any of the other great challenges of our humanity?

How many more times will we stand idly by and see women of color and men of color and women period, be attacked at the leadership of international organizations disproportionately?

And yes, how many more times must the great needs be met simply by nice words and not have before us, the opportunity to see the goodwill that is necessary to prevent nationalism and militarism?

The answer, Madam President, is that this age dangerously resembles that of a century ago – a time when we were on the eve of the Great Depression and a time when we fought a similar

pandemic at a time when fascism and populism and nationalism led to the decimation of populations through actions that are too horrendous for us to even contemplate. Our world knows not what it is gambling with. And if we do not control this fire, it will burn us all down.

As I said two years ago, this is not science fiction. We heard the Secretary-General make the same comment on Tuesday morning. This is our reality. It is not science fiction. And if the truth be told, the Secretary-General's speech said it all, but who will stand in here and support him to give him the mandate and our institutions, be it the WTO, the IMF or the World Bank or the regional development banks or the development institutions; who will give them the mandate to go forward if we continue to refuse to summon the political will to confront what we know we must confront?

I ask us who in here will sign the new charter, a new charter for the 21st century that is appropriate for not the next 75 because the world in which we live moves too quickly. But let us try for the next 25 years to meet the needs of a 21st century, not the needs of the middle of the 20th century on the aftermath of a world war that none of us can really relate to today.

In the words of Robert Nesta Marley, "who will get up and stand up?" Who will get up and stand up for the rights of our people? Who will stand up in the name of all those who have died during this awful pandemic? The millions. Who will stand up in the name of all those who have died because of the climate crisis or who will stand up for the Small Island Developing States who need 1.5 degrees to survive as we go to COP 26? Who? Who will stand up not with a little token, but with real progress?

And who will stand up for all in our countries who remain and suffer the indignity of unemployment and underemployment, and whose access to food is now compromised by increased food prices and increased transportation prices and transportation, quite frankly, that is being manipulated. It is not beyond us to solve this problem. If we can find the will to send people to the moon and solve male baldness, as I have said over and over, we can solve simple problems like letting our people eat at affordable prices and making sure that we have the transport.

We have been told that democracy is what matters in our country and democracy is fundamentally an issue of the majority in numbers. But why don't we count who stands up in here and why don't we take a reckoning for the numbers in here? My friends, it is against that background that I say to you, this is not 1945 with 50 countries. This is 2021 with many countries that did not exist in 1945 who must face their people and answer the needs of their people, who want to know what is the relevance of an international community that only comes and does not listen to each other, that only talks and will not talk with each other.

It is against this background that I say that our voices must be heard, and our voices must matter. And today, Barbados calls at this dangerous fork in the road, that the nation states of this Assembly and the people of this world must indicate what direction we want our world to go in and not leave it to the faceless few who have worked so hard to prevent the prosperity from being shared that is sufficient in this world of being shared with all of our people.

I ask you today, to support us because we will bring a Resolution in Plenary to endorse the approach of Antonio Guterres as Secretary-General. When I met with him two days ago, I told him we share the same philosophy. We want the same destination. The only issue is what road we take and what are the obstacles in that road and what are the potholes we must overcome.

My friends, I fear we live UNGA in need of another UNGA; one with real engagement on one to secure real progress, which is what he called for on Tuesday. I regret that the token initiatives will not close the gap.

On Monday morning, I said to the Prime Minister of the United Kingdom that I was a student in his country and that as we got off the train, there would be a prerecorded message each time that simply said, “mind the gap.”

Let us make friends, not only mind the gap, but determine as a global community of nations that numbers matter and that we have the population and the member states to send the signal of the direction that we want our world to go in at this dangerous moment.

And let us do so with the calm assurance that those who labour in great causes never ultimately failed, but we must summon the courage to do it.

I ask us in the name of our people, to find the global moral strategic leadership – global because our problems are global; moral, because we must do the right thing and; strategic, because we cannot solve every problem of the world, but we must solve those within our purview immediately.

Thank you.

ANEXO D: Discurso completo de Mia Mottley na 77ª AGNU de 2022

I would like, first of all, to congratulate you on your election to this Honorable Assembly as its president and as I do so, I want to at the outset thank the courageous leadership and commitment in very difficult times of our Secretary-General, Antonio Guterres, and the Deputy Secretary-General, Amina Mohammed.

This year, we come again, and the battles continue. Indeed, they have been enhanced. What we have seen over the course of the summer and what we have seen over the course of this year with the war in Ukraine and the concomitant consequences to ordinary people all over the globe with respect to inflation; with respect to scarcity of supply of goods; with respect simply to hardship. Access to food, continues regrettably, to be the environment within which we live.

I had hoped that we would have seen improvement, but I am now convinced more than ever that there comes a time when we must heed a certain call, as was said when others before us – when I was a student – sought to fight the great famine in Africa and came together as one world to make that definable difference.

Last year I asked us to do the same. And maybe it is, in the words of Jimmy Cliff, that we have to keep trying and trying and trying. But the world must stand up if our citizens are to live a better life. I say so today because it is easy to come only and complain, but the truth is that it is within our power to be able to make that difference and that definable change.

And we must decide whether we want to stand for peace and whether we want to stand for love and whether we want to stand for prosperity – knowing that we choose to do so at the most difficult time and from the most difficult and deep place that we can do so in a very, very long time.

It is possible.

But it is up to us to change possibilities into realities. What do I mean?

Mr. President, we have been speaking for a long time about the reform of this institution and about the recognition that there were only a quarter of the states that now it exists when this institution was formed.

Earlier this week, President Biden spoke of the need to reform the Security Council. We call and echo for that. But we go further because we believe that a Security Council that retains the power of veto in the hands of a few will still lead us to war, as we have seen this year. And therefore, the reform must not simply be in its composition, but also be in the removal of that veto.

We also believe that the recognition of the G7 countries and the G20 countries as the informal subcommittee of governance of this world, if it is to be fair, must recognize that no longer can we accept that persons call year after year after year for the inclusion of the people of Africa and African descent to be included in the G7 and G20. For how can a world have at its core, a subcommittee that excludes more than 1.4/1.5 billion people of the world and expect it to reflect fairness and transparency in its decision-making?

We ask that the determination be made by those countries who must understand that if we are to move from possibilities to realities, we must embrace a transparent framework that allows our people who are losing faith in their institutions and in the governance of this world to understand that fairness means something; that fairness means the ability for all to have a voice. And that we cannot only speak to it within the corridors of democracy, within the nation state, but it will only mean something when it also is reflected in our international community. And if I perhaps have one simple theme today, it is that that fairness and that togetherness is what is needed to bring about peace, love, and prosperity in this world.

And no, this is not romanticism. These are hard realities that simply require decisions. And that is why I use that language from that great anthem, "We Are the World."

That there comes a time when we heed a certain call when the world must come together as one. Yes, regrettably, there are too many people dying – in conflict as a result of the current crisis and the hand that we must lend to life comes in the decisions that we must make to reform and to fight for peace, not to fight to sustain war – wherever it is found across this world – to fight for reform so that our citizens are not made victims of poverty because of the triple crisis of climate, of pandemic and indeed now of the conflict that is leading to the inflationary pressures that leads regrettably to people taking circumstances into their own hands, as we have seen in Haiti in the last week.

Any attempt to increase fuel prices, any part of the world, by 150% would have been met with great consternation and anger by populations on fixed income. And when that happens in one of the poorest countries in the world that has been trying for almost 230 years to find stability, and against the backdrop of exploitation that it has faced, we ask ourselves: to what end will the world stand up and be counted for the people of Haiti?

Similarly, we ask for the same transparency to occur with respect to the removal of the blockade against the people of Cuba. This is the 30th year that the resolution has called for that removal of that blockade, but it has been there for 60 years. And I say simply to the people of the United States of America, do not be short-sighted in your goals. For in this hemisphere, peace and prosperity is a province of all.

And yes, there may be problems on both sides, but there is nothing that justifies further hardship to people because of ideological differences. And if there are human rights differences, let us resolve them, as we have chosen to do with mightier countries across the world without the imposition of sanctions.

Fairness and transparency demand it of us.

But I also want to talk to you about other solutions that we believe can alter our condition without imposing burdens of taxation unreasonably so on the populations of the world.

We live in a world, as I said last year, where the disparity in income is too great. And we live in a world where some are even benefiting from the crises disproportionately and egregiously. And we must ask ourselves, therefore, whether the time has not come for a review of the settlement of the Bretton Woods institutions that no longer serve the purpose in the 21st century that they served in the 20th century; that they served when they were catering to a quarter of the nation states that are now members of this august institution.

We ask ourselves whether the time has not come for our voices to act collectively, to demand that, through the boards of directors of the respective institution. And why do I say so?

The International Bank for Reconstruction and Development is really what the World Bank is. And maybe if we referred to that continuously, we would remind ourselves that the purpose of reconstruction and development must be appropriate to the century in which we live. And the century in which we live does not only demand of us the eradication of poverty, which remains a noble goal, but it demands of us, equally, the protection of global public goods.

All of us in here have suffered as a result of the weakest of us being unable to rise to the occasion for the protection of public health. All of us in here, now know what it is to be on the frontline of the climate crisis.

Years ago, we spoke about Small Island Developing States on the front line because we were the canaries in the mine. Today we speak of all countries. And this hot, hot summer – with wildfires from California; the heat waves in North America and Europe; to waterways in Europe being prohibited from the ability of vessels to traverse it; to floods in China and primarily; the apocalyptic floods in Pakistan for which our heart goes out to the people of that country.

It simply cannot continue.

And any attempt to deny that the climate crisis has manufactured origins is an attempt to delude ourselves and to admit that we want to be accomplices in the continued death and loss and damage that ensues to the people who are the victims of it. Our people demand better of us.

We believe, today, that the most appropriate place to deal with global public goods is, in fact, the World Bank Group. And I will speak more to this tomorrow, but I want to simply say that

if companies, multinational companies, have contributed to the global public risks or benefit from the solutions for global public goods, then they ought to contribute to their resolution through a percentage, a small percentage of their profits, funding the needs of countries – whether it is in the issue of climate; stability and resilience and adaptation; whether it is for the protection of biodiversity both on land and in our waters; whether it is for the protection of public health against the next pandemic (the slow motion pandemic of antimicrobial resistance or others that we have not even contemplated); or the provision of education for each of our citizens, because to remain on this earth without the benefit of education is to be sentenced to life imprisonment from a young age; or access to electricity as 600 million people in Africa do without it; or the equivalent to the right to knowledge and prosperity in our age, that is access to broadband; and of course, as I said to Congress last week, believe it or not, the right to a bank account, because countries across the world are being denied the right to access correspondent banking and leaving their citizens and their economies to function as financial pariahs in a world that is supposed to be globally interdependent for the movement of capital.

My friends, the provision of that fund to promote public goods at a global level is critical if we are to be effective going forward, and to achieve the peace, the love, and the prosperity to which I referred.

I want to commend the International Monetary Fund for their rapid financing mechanism at the beginning of the pandemic crisis. And soon, for the Resilience and Sustainability Trust (RST) that is about to be launched – that is a first recognition that middle income countries should be able to access funding irrespective of per capita income, but dependent on climate vulnerability. And we say, that for those who commend it to the International Bank for Reconstruction and Development, do not simply commend it for countries following a disaster, but let us do it for countries before the disaster – for every dollar spent as they have researched, saves $7 in avoided expenditure, not to mention the lives that are saved.

We do not want only to pay the undertaker; we want to save lives.

But I ask the IMF to reflect on the fact that that Resilience and Sustainability Trust may need to be delinked from quotas if it is to be effective. I am conscious that that will depend on more countries seeding that fund with capital and more countries agreeing perhaps to allow their Special Drawing Rights (SDRs) to be used there, just as we asked them to allow those Special Drawing Rights to be used to allow multilateral development banks to significantly increase the money that is available to countries, particularly at this time, as we are on the verge of a debt crisis where more than 45 countries are facing the heat of the moment because of the increased

cost of capital, as a result of the monetary policies that are being put in place to fight the virulent cancer of inflation.

I say now that we want to thank those countries that have come together to help us continue for the financing of Sustainable Development Goals. And we link what goes to the global public goods. Why? Because they are fundamentally, the right to development. They are fundamentally the right to give each person the ability to live a good life. And we cannot be lost in the conflict, lost in the climate crisis, lost in the pandemic, and forget fundamentally what our mission is.

I commend those who continue to remember that.

But I ask for us to reach a global compact – that financing for development cannot be short-term financing, and that it needs to be at least 30-year money. The world recognized that when it allowed Britain to be able to participate in the refinancing of its World War bonds which were only paid off eight years ago, 100 years after World War One started.

Or when it allowed Germany to cap its debt service at the equivalent of 5% of its exports, conscious that the cataclysmic experience of war would not have allowed them to finance reconstruction while repaying debts incurred for war.

My friends, we are no different today.

We have incurred debts for COVID. We have incurred debts for climate. And we have incurred debts, now, in order to fight this difficult moment with the inflationary crisis and with the absence of certainty of supply of goods. Why, therefore, must the developing world now seek to find money within 7 to 10 years when others had the benefit of longer tenors to repay their money?

I want finally to deal with the issue, very quickly, and to suggest to you that all of these things have been the subject not just of idle thought or arbitrary comment on our part. We had the good fortune of collecting in Barbados a large number of persons from civil society in academia at the beginning of August, end of July. And we settled on what we have come to call the Bridgetown Agenda, because we believe it to be a Bridgetown Agenda for peace, a Bridgetown Agenda for prosperity, a Bridgetown Agenda inspired by love of humanity. And it is that agenda that speaks to the reform of the Bretton Woods architecture.

We have asked and will ask countries and people to join it because we believe that unless we take responsibility for ourselves, unless we accept that we are the world, we are not going to see a change. And as I come to simply this issue of climate which will dominate us over the next 45, 48 days as we go to Egypt, let us remember that the trust that is needed to propel us to fight the great causes of our time will not be won by us breaching promises.

The developing world, and in particular the Small Island Developing States came to Paris and agreed for a global compact. One of the key aspects of it that allowed us to do so, was the promise of loss and damage.

Today, the people of Guadeloupe and Puerto Rico. Yesterday, Turks and Caicos. And little do we know what will happen with Bermuda – faced the difficulty of disruption by Hurricane Fiona.

Today, this morning, I received news about difficulties for our own natural gas supply in my own country, and I suspect others in this part of the world because of the facilities, the installations that have been affected out of Puerto Rico for access to natural gas. This comes at a time when access to that commodity has already been affected by the war in Ukraine and the decision by Russia to cease supply to Europe.

When we match this with the reality that we have not planned in granular form, how we will have the capacity to meet the commitments that we have made for net zero, and I'm a big defender of net zero, as you know – then I see trouble ahead of us and we must pause and get it right.

Our small states are making commitments that the world wants to hear, but when those commitments are undermined by an inability to supply the electric cars or the batteries necessary to sustain renewable energy, then we know we have a problem.

And that is why natural gas has been viewed as a bridge to clean energy. But when the access to natural gas itself, is also affected, you better understand why emerging market countries in the Caribbean and in Africa – in the Caribbean, including my own, have determined that we cannot abandon access to our own natural gas resources until we are assured that we have the capacity to sustain our populations. This is where the rubber meets the ground.

And I ask us, today, to recognize that those commitments on loss and damage and that granular detail that matches commitment to capacity, are absolutely critical if we are to make serious progress in saving our world. And we know that our world needs to be saved.

My friends, I want to salute Denmark for its commitment on Tuesday to be able to propose $13 million to a loss and damage fund, for it represents the first acknowledgment by a North Atlantic country that there is a justifiable need and justice in the demand for this loss and damage claim.

And I ask us to recommit ourselves in the big matters but recognize that if we do not speak truth to our population and if we do not explain and have the mature conversations, rather than to rely on the headlines and the soundbites, we will find a disconnect between those who are governed and those who are governing. And therefore, let us to the task, move with dispatch, not for soundbites, but for difficult conversations, to secure the peace of this world, to secure

the prosperity of our people, and to underpin it with a love for humanity, which is what the original purpose of this organization was formed to do.

And in the words of that song, again, “Let us lend a hand to life, for it is the greatest gift of all. And we cannot pretend day by day, that someone somewhere else is going to make that change. This is our family. This is our world. And this is our time to make that defining difference.”

And many of the things that I have put before us today, do not require money, but they require a commitment, and they require political will. And with the power of the pen, we can impose natural disaster and pandemic clauses in our debt. With the power of the pen, we can change the capital that is available to multilateral development banks that will remove the barriers that currently exists for us to fight poverty.

With those commitments, we can be effective in today’s world. And let us do so, recognizing that a world that reflects an imperialistic order and hypocrisy and lack of transparency will not achieve that mission, but one that gives us freedom, transparency and a level playing field can make that definable difference.

Thank you.

ANEXO E: Discurso completo de Mia Mottley na 78ª AGNU de 2023

Thank you very much, Mr. President.

And I would like at the outset, to congratulate my dear brother from Trinidad and Tobago for his assumption of the office of the presidency of this General Assembly.

I would also like from the outset to thank the Honorable Secretary General for his continued determination and holding us and the rest of the world to the principles that are sacred to this August institution.

The truth is that the speech which he delivered at the beginning of this General Assembly, can be adopted wholesale by the government and people of Barbados, because it reflects our aspirations, and it reflects our view of the current status of the world.

I asked myself on Monday night, as we met to determine the halfway point of the SDG goals. How many roads do we have to walk, just to make it to the door, only to be told that the door is closed? Those are not my words. Those are the words of Rocky Dawuni, a famous reggae artiste from Ghana, nominated for awards multiple times. But his words ring because really, are we going to tread the roads, only to be told that it is too late? Too late for us to save as many as we can from the climate crisis. Too late for us to save as many as we can from the conflicts of war. Too late for us to be able to provide the food that so many need as we reflect on the fact that more people are likely to be hungry in this world in 2030, than in 2015. Or as we get to the basic numbers that 735 million people suffered chronic hunger last year at a time when so many others had so much to throw away and to use. Are we going to be too late for the SDGs that are really the promise of development and the promise of the conferral of dignity on our people?

We have today to determine what is the will of this body comprised of the member states to make the fundamental governance changes that will deliver in the third decade of the 21st century. Our world, as you know, is replete with issues and I do not need to stand here and recount them in detail, for you have heard them in almost every speech delivered from this podium. But what is the issue, is whether we can summon the determination that is required of us to make the changes that are appropriate to the age in which we live. Our democracy cannot survive if we do not have the same facts. But yet we live in a world where the generation of fake news is almost a daily occurrence and where people act on those premises without consideration for whether the news is true or not.

The role that artificial intelligence, generative artificial intelligence will play in our world, must be for good purposes and not evil. But if we are to ensure that is the case, then an

appropriate framework for regulatory action must be put in place. We therefore support the actions of the Secretary General, recognizing that the question will come one day from some, as to whether you sought to preserve our democracy or whether you allowed it to crumble. And whether you have failed us as individual citizens of the world. We asked that question recognizing that AI is not in the immediate focal point of many because the drama, and the crises that surround climate is taking out all of the oxygen, literally, in the world.

Those people who died in Libya recently, were going about their business. They aspired. They had business that they were hoping to do, families that they were trying to protect. And in the flash of an eye, all of that ended. And not because we did not expect it or anticipate it. The records of the multinational companies who are engaged in fossil fuels, will show that they have always known for a considerable period of time, the consequences of their actions. And while they themselves are not the immediate cause, the absence of technology to be able to limit what they are emitting is the cause. And by extension, therefore, they must take responsibility. We can go no further without an engagement of the oil and gas companies that is meaningful and credible. And we need to stop talking about it and just simply ensure that that kind of conversation can happen.

But it is not just the oil and gas companies, and we have nothing against them. We do not want to bankrupt them. But their actions continue to have implications for too many of our people. Their actions are equally bolstered by what I call the FIT group, the financial institutions, the insurance companies, and the transport companies. They get a bye or a pass because they are invisible to the transactions and to the activity that leads to the problems that the world is facing. But they too are as responsible and need to step up to the plate. The notion that we can preserve global public goods only with public money ignores the fact that we have seen for the last 50 years, the absolute dominance of the capitalist markets leads into a consolidation of wealth and hence, the ability to be able to play their role must be summoned by the rest of us.

We cannot continue to put the interests of a few before the lives of many. I asked us today truly to pause because what keeps ringing in my head is that simple phrase. "Don't fail us now. Do not fail us now. And that phrase can come from that little boy or girl who is a victim of hunger, one of the 575 million people last year. That plea can equally come from those who lost families in the multiple crises across the world in the last few years. That plea can come from small states that may not exist in the future.

I ask us therefore, my friends to ensure that we summon the will. We listened to the Prime Minister of the Netherlands just now. And he reminded us ably that time is not on our side. And if time is not on our side, what must we do?

The truth is we have made some progress. Two years ago, the International Monetary Fund did not have a mechanism to focus on the cause of the problems that led to massive macro-economic instability. We now have the establishment of the Resilience and Sustainability Trust that for the first time will make funds available to middle income countries that are vulnerable. 20-year money with a 10-and-a-half-year moratorium. A year ago, the President of the World Bank was questioning whether there was a Climate Crisis. Today we have a World Bank that for the first time acknowledges that there should be debt clauses that are suspended, debt pause clauses as they call it. Our battle now is to ensure that those that pause clauses are not just for future instruments, but for existing instruments. If not, it will not help many.

So, we have made progress but there is still much to be done. The issues of debt sustainability cannot be left on the sidelines, particularly with the number of countries, more than 60 countries facing debt row today as we speak, because of the policy crises, countries being forced to choose between development and building of resilience to fight climate. In our small island states, we value education and health care and the dignity of life and therefore it will be anathema for us to tell our citizens that we do not have the space to provide for you those things that were the promise of independence. It is compounded by the failure of the developed world to accept that reparatory justice is a solemn obligation which we must confront. The conversation King Charles told us at the opening of the Commonwealth Heads of Government, when he was Prince Charles, was a conversation whose time had come, that of reparatory justice. But it cannot be a slow conversation taken up when people feel like it has to be a conversation in which equal partners discuss, it cannot be an act of charity of those who simply feel that their conscience must be cleansed.

We were about to write to the leaders of the European Union last year on this issue of reparatory justice. And we pause because of the Russian incursion into Ukraine. But it seems as though there are not those who want to make peace there are elsewhere in the world and therefore, we have to lift our finger off the pause button and resume the discussions because the development deficit caused by centuries of exploitation is now affecting our capacity to build the resilience that is necessary in our nations. Similarly, I want to thank, because a year ago, we did not have the Paris agenda for people on the planet. We had the Bridgetown initiative, and the Bridgetown initiative has allowed us to keep the debate going because we need to change, as I said Monday morning in this hall, the belief that we can have short term money

financing development and building resilience. I shall not go into all of the details because we do not have the time. But suffice to say that we are committed to the twin battle of seven people and planet. And to ask us to do anything else is a false construction that does not work. The markets have to be educated as to why long-term capital is the only salvation for developing countries and ultimately for people and the planet.

And my friends, year after year we talk about the need for global moral strategic leadership. I shall not go into all of the details. But in my own region, in Africa, in Latin America, in the Pacific, there are too many examples where we fall short.

And I speak specifically now primarily about Haiti. The world owes Haiti a resolution. It is not a matter of options. The world owes Haiti a resolution. A year ago, we knew that the gas riots had led to serious instability and 12 months later, we cannot get out of this building and into the support that the people of Haiti need. There is no doubt a need for legitimacy with respect to the government of Haiti, and therefore, a national unity government may well be the only bridge that can carry us to safety.

The Caribbean community has appointed three former prime ministers as an Eminent Persons group. And as we heard the Secretary General say in this hall, politics is the art of compromise. Diplomacy is the art of compromise. I say simply to those who act in the name of the people of Haiti, there must be compromised in constituting that government of national unity, if we are to provide the bridge to provide the security to stop women from being raped, stop people from being killed, stop people from being affected by Cholera and other public health diseases.

But even when we put in the institutional support that Haiti may need, and I want to thank the governments of Kenya and Rwanda, who from as far back as 12 months ago, committed to being able to provide the kind of institutional support and leadership that the Haitian police need. But as they made that commitment, what they have not necessarily accounted for is the continued reduction in the numbers of the police, largely because of persons fleeing the lands of greater opportunity and being facilitated in so doing.

This cannot wait much longer. And I hope that those who constitute the members of the Security Council will recognize that they cannot use Haiti as a pawn because they have suffered for too long, and by the hands of too many.

I returned now to the history of Cuba, that Cuba can help so many in this world, and yet the continued victim of a blockade of over 60 years, but worse than that, a designation as a state sponsor of terrorism is wrong, wrong, wrong. We left Cuba last week and what the people of Cuba are being asked to face on a daily basis because of a designation by a dying presidency is

wrong. And the voices of the global community, many of whom have been the beneficiaries of Cuban assistance, need to stand united and to be able to say that we cannot fight these battles when we need all firsthand deck to save the planet. The artificial division of who is right and who is wrong and who is good and who is bad in the eyes of those who are powerful cannot continue to be the way in which this world functions.

Thank you.

ANEXO F: Discurso completo de Mia Mottley na 79ª AGNU de 2024

Mr. President, Colleagues, Friends,

Those of us here today, representing our siblings the world over, have endured four years of poly-crises. As the children of Mother Earth, we continue to wrestle with the Climate Crisis. As a human family, we grapple with the legacy of the pandemic. As a digitally connected people, we are now daily confronted by multiple theaters of war and armed conflict. Citizens of every country struggle to contain the rising cost of living. And we are all now threatened by the second, but silent pandemic of Anti-Microbial Resistance together with a growing incidence of death and disability from chronic non- communicable diseases.

If ever there was a time to pause and reset, it is now.

Collectively, as an international community and individually, as leaders in each of our countries, we must now deliver new opportunities and solutions to these crises which dampen economic growth, restrict the ambitions of our peoples, and numb our sense of the beauty and goodness the world has to offer.

The reset for which I am calling and indeed, all our citizens are demanding, must see an end to all forms of discrimination. That rules and institutions today exist, which create first- and second-class citizens depending on your nation of origin, militate against trust, credibility and hope and fosters a crisis of confidence in the existing international order which must become inclusive and responsive for all.

Neo-colonialist structures which reflect and perpetuate an old-world order characterized by racism, classism, and misogyny, while ignoring the legitimate aspirations of billions, will not help to foster hope or trust.

We must ensure that global institutions give developing countries, especially small vulnerable ones like my own, seats at the tables of decision-making where we can be seen, heard, become active agents in our own cause and lead our own development paradigms.

We are reminded that 2024 is the final year of the UN's Decade for people of African Descent. Much has been achieved, but the “recognition, justice and development for people of African Descent,” promised by the Decade has, to say the least, not yet been fully realized.

It is for this reason that Barbados and the Caribbean Community join the growing chorus for the immediate proclamation of a second decade, to complete the unfinished work and address the matter of reparations for slavery and colonialism. This is a complex but necessary conversation. And the Caribbean Community is resolute that it must happen. Its resolution lies in a multi-generational approach in the same way that the 20 million pounds sterling debt

incurred for the compensation of slave in the nineteenth century was only repaid in twenty first century - almost 200 years later.

Mr. President,

Of necessity, the reset must be characterized by institutional reform which has to start in this United Nations. Councils which suggest that some are full members and others are only part members, part-time, or occasional members, have no place in the twenty first century. The anger and mistrust of our citizens in institutions, in leaders, and in multilateralism and its processes which exclude, while yielding much talk and little action, is very real.

And nowhere is reform, and consequentially, trust and hope, more important than in relation to the global financial architecture. Restricted access to capital, its disproportionately high cost, it is inadequate scale and the overwhelming burden of debt, are now combining to force governments in the world's poorest countries and frankly, across many vulnerable middle-income countries, to devote more resources to debt service than to health, education, and infrastructure combined.

For far too many members of the human family, to paraphrase Bob Marley, “cold ground is their bed and rock is their pillow.” Too many millions go to bed with their bellies hungry. And too many have no bed. Our reset must therefore collectively build a common agenda that reflects and reinforces our shared humanity. It is that shared humanity which binds us together.

Mr. President,

Our African brothers and sisters got it right with their principle of Ubuntu, “I am because you are!’ I am because we are.” My wellbeing is tied to yours and our collective wellbeing is connected to Mother Earth's. These best voices the approach needed to give expression to the reset.

There are, however, glimpses of hope.

We have, for example, on Monday agreed on a Pact of the Future. We have agreed on a Global Digital Compact. We have agreed on a Declaration for Future Generations. All of this rests on the Common Agenda that the Secretary General had set out.

We have also yesterday agreed in a High-Level Meeting on a political Declaration on Antimicrobial Resistance. Following on the intervention of the Bridgetown Initiative, and the Paris Pact for People and the efforts of many, hope is also evident in the beginnings of reform of the international financial architecture.

These are all important steps, but we cannot take our eyes off the prize.

Barbados’ call for a fundamental reset, includes attitudes as much as actions or reforms.

Heads of Government agree that we must trigger national development agendas of transformation with both speed and scale. However, a failure to act with clarity of purpose and political will retards progress on the front of much needed reform within International Financial Institutions if they are to be equal to the current challenges of Member States and if we are not to perpetuate the discriminatory practices that result in undermining the transformational opportunities.

Friends, this, is precisely why we are launching a third iteration of the Bridgetown Initiative, which identifies three key principles.

First, we must change the rules of the international financial system and reform its governance and instruments.

Secondly, we must shockproof vulnerable economies by dealing with debt and liquidity in a comprehensive, development focused manner.

Thirdly, we must augment financing by boosting country capacity to invest in resilience by several means, including the rechanneling of Special Drawing Rights through our multilateral development partners. Indeed, we must address the challenge of how we secure the global public commons and how we fund it. It is not only the climate crisis and loss of biodiversity but all of the other global challenges that we face. Mr. President, these considerations are of fundamental importance to the sustainable existence of future generations.

Mr. President,

The SIDS Agenda is another story of promises made but not kept. Thirty years ago, the international community gathered in Barbados to act - for the first time — on the unique challenges faced by small island developing states (SIDS). We birthed in my home country, the first ever global agenda for SIDS which became known as the Barbados Programme of Action. I thank Mauritius for its Strategy of Implementation, Samoa for its Pathway, as carriers of the baton of a development agenda for small island developing states. In the intervening years, in the face of multiple global crises from health to climate to finance, the vulnerabilities of SIDS have become more pronounced. In May of this year, we gathered in Antigua and Barbuda for the fourth international conference on SIDS. I call on the international community and multilateral system to let us work together to ensure that the promise created in Bridgetown in 1994, is realized through delivery on the ABAS, the Antigua, and Barbuda Agenda for SIDS 2024.

Let me use this opportunity to inform that, two days ago, Barbados took over the presidency of the Climate Vulnerable Forum (CVF) (the V20 countries) from Ghana, whose President we thank for the excellent stewardship of the Group over the past two years. The priorities of my

term will be the multiple dimensions of climate change, the impact of climate change on human health, and the issue of debt and climate. I invite all climate vulnerable United Nations Member States, which have not yet done so, to join the other 70 countries that are in the CVF in order to strengthen our collective voice, enhance our efforts at advocacy and address the climate crisis with urgency. I commend to you the Declaration of the Leaders of the Climate Vulnerable Forum, adopted on September 25, Wednesday of this week.

Mr. President,

More than anything else, a reset is needed to secure a global peace.

There are few areas where the world is more in need of the United Nations and our collective action than in the areas of peace and security.

The conflicts that have engulfed Sudan, Ukraine, Myanmar, Israel, and Gaza and now Lebanon are but the tip of an iceberg of death, violence, and instability. Even the longest war in history ended. These too will end, but the question is at what costs and with how much loss of life. Innocent people are paying the price with their lives.

Unless we address the root causes of these wars and the manner in which they are sustained we will know more than we ever needed to know of war and the rumors of war.

The transmittal of these scenes of horror in real time into people's bedrooms and living rooms will trigger 2 extreme reactions, neither of which are acceptable - the desensitizing of ordinary people to the loss of lives, especially of innocent children and women on the one hand and the anger and inclination for vengeance that it spawns. We need peace. We must work for peace.

In the midst of this maelstrom, Barbados took the step this year, of recognizing and establishing diplomatic relations with the State of Palestine. We did this because it is clear to us that the State and people of Palestine are entitled to full recognition by, integration into, and support from the international community. We join with others in congratulating the State of Palestine on taking a seat among UN member states on September 10, 2024.

We condemn the actions of Hamas. We also strongly deplore the humanitarian catastrophe in Gaza which is the result of the disproportionate use of force by Israel. There is no justification for it. That is why treaties exist governing the rules of engagement for war.

A two-state solution, no matter how elusive it may appear to be now, is the only answer.

We insist that the killing in Ukraine must stop. The people of Ukraine must be allowed to live within the internationally recognized boundaries of their state, in peace and free from the threat or use of force.

There must be a singular commitment to building the peace.

Mr. President,

My own region has not escaped the scourge of instability and violence. The Americas do not constitute a theater of war, but we are today witnessing an unprecedented escalation in the number and caliber of assault weapons which are finding themselves in the hands of criminals who are wreaking havoc on the legal systems and societies of the small island states of the Caribbean and the countries of Central and Latin America. This scourge, caused by guns manufactured in the United States, also requires a fundamental reset. The right of persons to bear arms in countries not engaged in military conflict should not be an opening to accept assault weapons.

The fate of the people of Haiti continues to be at the center of the concerns of the Caribbean region.

The global community now has an opportunity for an essential reset with how it addresses its relationship with Haiti and support a transformational change in that sister Caribbean nation, by providing the people and government of Haiti with the full support of the international community in the short and long term.

That starts by extending the mandate of the Multinational Security Support force, escalating the work of the UN, and deploying all the tools of bilateral, regional, and global cooperation, including by meeting, and then significantly increasing, the pledged funds to assist with the stabilization and restoration of Haiti.

The Caribbean Community has been working hard to support our largest member state including through the efforts of the Eminent Persons Group of former CARICOM Prime Ministers which has been deeply involved in the search for political consensus in Haiti.

Please let me pause to salute the remarkable leadership of Kenya. After many delays, and in what represents a historical precedent, an African country has taken the lead in helping to tackle a peace and security challenge beyond its own continent.

Mr. President,

I must also observe that the continued embargo on Cuba, and the unjust designation of that country as a state sponsor of terrorism, flies in the face of everything we know about Cuba. Around the world and especially in the Caribbean, including in Barbados, Cuba has been a valuable partner across a range of areas of common interest, none more so than in the field of public health. It is time to lift the cruel and unjust embargo, condemned every year by this very Assembly. We pray that the people of Cuba and the people of Florida will recover from the devastation of Hurricane Helene as we have held the people of Nigeria in our prayers after the deadly floods. We have had to collaborate assiduously with our own people in Grenada and Cariacou and Petit St Vincent, St. Vincent and the Grenadines, Jamaica, and my own country.

The Season of Superlatives with its floods and droughts, its hurricanes and fires will take the lives and livelihoods of so many. The Climate Crisis is hitting us almost weekly across the globe. The deniers need a reset - a reset that will admit of the absolute necessity of collective action from us all to save our way of life and our planet.

Mr. President,

At the start of this week the skies were dark. They no longer are.

We leave New York, noting that the clouds are lifting, conscious that the sun is peeping through, filling us with a sense of renewed hope that a reset is not only possible but necessary.

That hope springs from the Pact for the Future and the many declarations that we have made, the terms in which my fellow leaders spoke, in essence capturing the concept of reset, even if they did not so call it.

It is as if we all truly understand and accept the challenge of rising to solve the major difficulties and redress the wrongs that have plagued our generation and our planet.

Recognition of the need for the reset is the first step. Eternal vigilance must be a companion as we take the steps to transform our attitudes, our institutions, our rules to be fit for purpose to the needs of our people and countries in this the 3rd decade of the 2lst century.

Mr. President,

I can think of no better way to conclude than with a song by Barbadian calypsonian, Edwin Yearwood, which I find truly appropriate:

“A voice in my head keep talk to me,
It tells me the road is long,
It tells me we must be strong,
Roll with the pain and strife,
Today is the start of the rest of your 1ife.”

May the new hope fostered here this week, signal the start of a New Deal for the people and countries of the world whose voices and presence have been recognized too often as mere statistics and not with the human dignity that is their birth right and their conferred right from these United Nations.

Mr. President, I thank you.

ANEXO G: Discurso completo de Mia Mottley na COP26 em 2021

Your Royal Highness, Excellencies, distinguished guests, ladies, and gentlemen.
The pandemic has taught us that national solutions to global problems do not work.
We come to Glasgow with global ambition to save our people and to save our planet. But we now find three gaps. On mitigation, climate pledges or NDCs – without more, we will leave the world on a pathway to 2.7 degrees, and with more, we are still likely to get to 2 degrees.
These commitments made by some are based on technologies yet to be developed, and this is at best reckless and at worst dangerous.
On finance, we are $20 billion short of the $100 billion. And this commitment even then, might only be met in 2023.
On adaptation, adaptation finance remains only at 25%; not the 50-50 split that was promised, nor needed, given the warming that is already taking place on this Earth. Climate finance to frontline small island developing states, declined by 25% in 2019.
Failure to provide the critical finance and that of loss and damage is measured in my friends, in lives and livelihoods in our communities. This is immoral and it is unjust.
If Glasgow is to deliver on the promises of Paris, it must close these three gaps.
So, I ask to you, what must we say to our people living on the frontline in the Caribbean, in Africa, Latin America, in the Pacific, when both ambition and regrettably some of the needed faces at Glasgow are not present?
What excuse should we give for the failure in the words of that Caribbean icon Eddie Grant, “will they mourn us on the frontline?”
When will we, as world leaders across the world, address the pressing issues that are truly causing our people angst and worry, whether it is climate or whether it is vaccines?
Simply put, when will leaders lead?
Our people are watching, and our people are taking note. And are we really going to leave Scotland without the resolve and the ambition that is sorely needed to save lives and to save our planet?
How many more voices and how many more pictures of people must we see on these screens without being able to move? Or are we so blinded and hardened that we can no longer appreciate the cries of humanity?
I have been saying to Barbadians for many years that many hands make light work. Today we need the correct mix of voices, ambition, and action.

Do some leaders in this world believe that they can survive and thrive on their own? Have they not learned from the pandemic? Can there be peace and prosperity if one third of the world literally prospers and the other two thirds of the world live under siege and face calamitous threats to our wellbeing?

What the world needs now, my friends, is that which is within the ambit of less than 200 persons who are willing and prepared to lead. Leaders must not fail those who elected them to lead.

And I say to you, there is a sword that can cut down this Gordian knot, and it has been wielded before. The central banks of the wealthiest countries engaged in $25 trillion of quantitative easing in the last 13 years. $25 trillion! Of that, $9 trillion was in the last 18 months to fight the pandemic.

Had we used that $25 trillion to purchase bonds to finance the energy transition or the transition of how we eat or how we move ourselves in transport, we would now today be reaching those 1.5 degrees limit that is so vital to us.

I say to you today in Glasgow that an annual increase in the SDRs of $500 billion a year for 20 years, put in a trust to finance the transition, is the real gap Secretary-General that we need to close, not the $50 billion being proposed for adaptation. And if $500 billion sounds big to you, guess what? It is just 2% of the $25 trillion. This is the sort we need to wield.

Our excitement one hour into this event is far less than it was six months ago leading up to this event.

Can we with those voices and these speeches from Sir David and others, find it within ourselves to get the resolve to bring Glasgow back on track? Or do we leave today believing that it was a failure before it starts?

Our world, my friends, stands at a fork in the road; one no less significant than when the United Nations was formed in 1945. But then, the majority of our countries here did not exist. We exist now. The difference is we want to exist 100 years from now. And if our existence is to mean anything, then we must act in the interests of all of our people who are depending on us.

And if we do not, we will allow the path of greed and selfishness to sow the seeds of our common destruction.

The leaders of today, not 2030, not 2050, must make this choice.

It is in our hands and our people, and our planet need it more than ever.

We can work with who is ready to go, because the train is ready to leave and those who are not yet ready, we need to continue to ring-circle and to remind them that their people, not our people, but their citizens need them to get on board as soon as possible.

Code Red. Code Red to the G7 countries, code red, code red to the G20.

Earth the COP. That is what it said. Earth to COP. For those who have eyes to see, for those who have ears to listen and for those who have a heart to feel, 1.5 is what we need to survive. 2 degrees, yes S-G, is a death sentence for the people of Antigua and Barbuda, for the people of the Maldives, for the people of Dominica and Fiji, for the people of Kenya and Mozambique, and yes, for the people of Samoa and Barbados.

We do not want that dreaded death sentence and we have come here today to say, “try harder, try harder,” because our people, the climate army, the world, the planet needs our actions now, not next year, not in the next decade.

Thank you.

ANEXO H: Discurso completo de Mia Mottley na COP27 em 2022

I came here to say a few things. I do not need to repeat the horror, and the devastation wrecked upon this earth over the course of the last 12 months since we met in Glasgow. Whether the apocalyptic floods in Pakistan, or the heat waves from Europe to China or in the last few days my own region, the devastation caused in Belize, with tropical storm Lisa, or the torrential floods a few days ago in St. Lucia. We do not need to repeat it because the pictures are worth a thousand words.

But what we do need to do is understand, why we are not moving any further. 1.5 to stay alive cannot be that mantra. I take no pride in having to repeat it over and over. We have the collective capacity to transform. We are in the country that built pyramids. We know what it is to remove slavery from our civilization. We know what it is to be able to find a vaccine within 2 years when a pandemic hits us. We know what it is to put a man on the moon.

But the simple political will that is necessary, not just to come here and make promises but to deliver on them, and to make a definable difference in the lives of the people whom we have a responsibility to serve, seems still, not capable of being produced.

I ask us, how much more must happen, and I say so because there is no simplicity, and we get it. I come from a small island state that has high ambition but that is not able to deliver on that high ambition because the global industrial strategy that we have, has fault lines in it.

Our ability to access electric cars or batteries or affordable panels are constrained by those countries that have a dominant presence and can produce for themselves, but the global south remains at the mercy of the global north on these issues.

But it is not only that. We heard Al Gore now speak about the difference and the cost of capital to those of us in the global south and I ask us, how many more people must speak before those of us who have the capacity to instruct our directors at the world bank, at the IMF, how many more countries must falter in a world that is now suffering the consequences of war and inflation and countries therefore are unable to meet the challenges of finding the necessary resources to finance their way to net zero?

This world looks, still, too much like when it was part of an imperialistic empire. The global north borrows with interest rates between 1 to 4%. The global south, around 14%. And then we wonder why the just energy partnerships are not working.

Similarly, we ask ourselves, if countries that want to finance their way to net zero and want to do the right thing cannot get the critical supplies, will they not have to rely again on natural

gasses? This is the reality. And we have come here to ask whether we open our minds to different possibilities.

We believe we have a plan, that there can be the establishment of a claim mitigation trust that unlocks 5 trillion dollars of private sector savings if we can summon the will to use the SDRs, 500 billion of SDRs in a way that unlocks the private sector capital.

We believe that that requires a change in the attitude of congress. Because the agreement that establishes the IMF requires 85% to change that agreement. And if the US government has 17% of the quota, then it can't be done, Mr. Gore, without your Congress.

Similarly, we accept that there was and must be a commitment to unlocking concessional funding for climate vulnerable countries. There is no way that developing countries can fight this battle without access to concessional funding.

We believe that it is critical to address the issue of loss and damage. I would like to salute Denmark, Belgium, and Scotland for their own modest ways of trying to accept the precepts and principles of loss and damage, as critical and morally just.

But for loss and damage to work we believe that it cannot be only an issue of asking State parties to do the right thing although they must, but we believe that the non-state actors, the stakeholders, the oil, and gas companies and those who facilitate them, need to be brought into a special convocation between now and COP28.

How do companies make 200 billion dollars in profits in the last 3 months and not expect to contribute at least ten cents in every dollar of profit to a loss and damage fund?

This is what our people expect.

And I ask us as we reflect on what a loss and damage fund can look like and who should access it that we convene a special congregation that does not only involve state parties but non state actors such as the same companies. We believe as well that the time has come for the introduction of natural disaster and pandemic clauses in our instruments.

I have said that if Barbados is hit tomorrow because we have natural disaster clauses, God forbid if we are hit tomorrow, we unlock 18% of GDP over the next 2 years. Because what we do is effectively put a pause on all of our debt and put it at the end for 2 years and we pay back that money at the end, but what we get is the flexibility in the first two years is to address issues of damage and loss, and finally we believe that the multi-lateral development banks have to reform.

Yes, it is time to remember that those countries that sit in this room today did not exist at the time that the Bretton Woods institutions was formed, for the most part. Therefore, we have not been seen, we have not been heard sufficiently, and if we are therefore to rise to the occasion,

to play our part to stop the tragic loss of life that we have seen on these screens, and the impact of livelihood that we are feeling across our countries, then there needs to be a new deal with respect to the Bretton Woods institutions. And we need to ensure that they have a different view…. that we look at the SDRs and innovative ways to expand the lending that is available from billions to trillions.

My friends, the time is running out on us. And yes, we have the power of choice. When asked what he should do when he became president of South Africa, should he pursue a path of vengeance or should he seek to build a state, Nelson Mandela chose to be able to build the state and keep the country together. He chose blessings instead of curses because he believed that it would make a defining difference.

When given the choice of how to treat post war Europe president Truman settled the Marshall plan, that made the definable difference to the countries that were responsible for the destruction of so much and the loss of life for so many. They chose to rise above it.

I ask us today, what will our choice be? We have the power to act or the power to remain passive and do nothing. I pray that we will leave Egypt with a clear understanding that the things that are facing us today are all interconnected. There needs to be peace.

Countries like ours continue to suffer as a result of a war that we are not part of. And a war that we want to see end. Our people on this earth deserve better. And what is more, our leaders, know better. Because while many of us may not have been alive during the great wars the consequences of those wars still live with us, and we have the capacity to choose differently.

I ask the people of the world and not just the leaders to hold us accountable and to ask us to act in your name to save this earth and to save the people of this earth. The choice is ours.

What will you do?

What will you choose to save?

ANEXO I: Declaração Nacional de Mia Mottley na COP28 em 2023

ANEXO J: Declaração Nacional de Mia Mottley na COP29 em 2024